



UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de Geociências

Ano 6, N.º 10, Jan./ Jun. 2017

CAPA

Skyline do Porto Maravilha, em destaque o edifício Vista Guanabara, erguido por *GTIS Partners* e *Autonomy Investimentos Imobiliários* – respectivamente, um fundo norte-americano e um fundo britânico de *private equity*, especializados em investimentos imobiliários. Fotografia tomada do Pier Mauá em junho de 2016, de Maurilio Lima Botelho.

“Além dessas parcerias público-privadas, vários empreendimentos privados foram anunciados na área do Porto Maravilha, alguns deles procedendo de fundos internacionais (...). São fundos gestores de várias empresas, que atuam em diversos segmentos e têm enxergado nos investimentos urbanos um potencial mercado, graças aos diversos rendimentos imobiliários (lucros, juros, renda). Com atuação nas principais cidades brasileiras e do mundo, esses fundos demonstram a globalização da produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, cuja viabilização é realizada pelo Estado em suas diversas esferas, mas principalmente pelo poder local”. Thiago Sardinha Santos, *O Capital Financeiro na Produção do Espaço Urbano e a Questão da Segurança Pública*, p. 101.

CONTINENTES

**Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em
Geografia e do Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

- Geografia Urbana –**
- Geografia Econômica –**
- Desenvolvimento Sustentável –**
- Processos Geomorfológicos –**
- Análise Geoambiental –**

Ano 6, N.º 10, Jan./ Jun. 2017

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do
Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 6, N.º 10, Jan./ Jun. 2017

<http://www.revistacontinentes.com.br>
continentes@ufrj.br

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jan. / Jun. 2017, Ano 6, número 10.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

Vice-Reitor: Luiz Carlos de Oliveira Lima

Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer

Chefe do DEGEO: Heitor Soares de Farias

Coordenador do Curso de Geografia: André Santos da Rocha

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Marcio Rufino Silva (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Pablo Ibañez (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Cristina da Silva (UFG)

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Ana Maria Marques Santos (UFRRJ)

Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Carlo Eugênio Nogueira (UFMT)

Clarice Cassab (UFJF)

Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)

Clézio dos Santos (UFRRJ)

Cristiane Cardoso (UFRRJ)

Dante Flávio da Costa Reis Jr. (UnB)

Denizart Fortuna (UFF)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo José Marandola Jr. (UNICAMP)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Ericson Hayakawa (UNIOESTE)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Florian José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jader de Oliveira Santos (UFC)

Jean Carlos Rodrigues (UFT)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandy Ross (USP)

Laura Delgado Mendes (UFRRJ)

Leonardo Arantes (UFF)

Leonardo Civalé (UFV)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFTM)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Monika Richter (UFRRJ)

Paul Claval (Paris IV - Sorbonne)

Renato Leone Miranda Léda (UESB)

Roberto Silva de Souza (UNEAL)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

Tony Vinicius Moreira Sampaio (UFPR)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 EDITORIAL

DOSSIÊ: CRISE DO MODELO OLÍMPICO

7 *O Rio de Janeiro no Urbanismo Militar e Empresarial*
Júlia Leite Valente

27 *Ascensão e Queda da Cidade Olímpica*
Maurilio Lima Botelho

53 *Depois do Modelo Olímpico*
Marcos Barreira

69 “A Baía da Guanabara não é um tema Olímpico”
Jogos do Rio 2016 e Sustentabilidade
Gilmar Mascarenhas
Leandro Dias de Oliveira
Jeferson Alexandre Pereira Pontes

ARTIGOS

88 *As Cidades após o Neoliberalismo?*
Neil Smith

108 *Alterações no Uso da Terra das App's do Rio Sagrado (Morretes/PR) e a Evolução das Feições Fluviais de Depósito*
Monica Kleina
Amanda Machado de Almeida
Eduardo Vedor de Paula
Leonardo José Cordeiro Santos

124 *Integração entre Áreas de Proteção de Poços, Vulnerabilidade de Aquíferos e Uso e Cobertura do Solo como Plano de Gestão de Recursos Hídricos*
Talissa Mira
Gabriel Lousada
Décio Tubbs Filho
Gustavo Mota de Sousa

RELATO DE PESQUISA

146 *O Capital Financeiro na Produção do Espaço Urbano e a Questão da Segurança Pública*
Thiago Sardinha Santos

RESENHA

169 *O Jovem Marx e o Debate sobre a “Lei do Furto de Madeira”*
Paulo Roberto de Andrade Castro

SUMMARY

1 EDITORIAL

DOSSIER: CRISIS OF THE OLYMPIC MODEL

7 *Rio de Janeiro under the Military and Entrepreneurial Urbanism*
Júlia Leite Valente

27 *The Rise and Fall of the Olympic City*
Maurilio Lima Botelho

53 *Beyond the Olympic Model*
Marcos Barreira

69 *"The Guanabara Bay is not an Olympic Matter"*
The 2016 Rio de Janeiro Games and Sustainability
Gilmar Mascarenhas
Leandro Dias de Oliveira
Jeferson Alexandre Pereira Pontes

ARTICLES

88 *Cities after Neoliberalism?*
Neil Smith

108 *Land Usage Change at the Rio Sagrado PPAs (Morretes/PR)*
and the Evolution of Fluvial Features of Deposit
Monica Kleina
Amanda Machado de Almeida
Eduardo Vedor de Paula
Leonardo José Cordeiro Santos

124 *Integration Between Wellheads Protection Areas, Aquifer Vulnerability*
and Use and Land Cover as Water Resources Management Plan
Talissa Mira
Gabriel Lousada
Decio Tubbs Filho
Gustavo Mota de Sousa

RESEARCH REPPORT

146 *Financial Capital, The Production of Urban Space*
and the Question of Public Security
Thiago Sardinha Santos

REVIEW

169 *The Young Marx and the Debate on the "Law on Theft of Wood"*
Paulo Roberto de Andrade Castro

SUMARIO

1 EDITORIAL

DOSSIER: CRISIS DEL MODELO OLÍMPICO

7 *Rio de Janeiro en el Urbanismo Militar y Empresarial*
Júlia Leite Valente

27 *Ascenso y Caída de la Ciudad Olímpica*
Maurilio Lima Botelho

53 *Después del Modelo Olímpico*
Marcos Barreira

69 *"La Baía de Guanabara no es un Tema Olímpico":
Juegos del Rio 2016 y Sostenibilidad -*
Gilmar Mascarenhas
Leandro Dias de Oliveira
Jeferson Alexandre Pereira Pontes

ARTÍCULOS

88 *¿Ciudades Después del Neoliberalismo?*
Neil Smith

108 *Cambios en el Uso del Suelo de Las APPs del Rio Sagrado (Morretes/PR) y
la Evolución de las Morfologías Fluviales de Depósito*
Monica Kleina
Amanda Machado de Almeida
Eduardo Vedor de Paula
Leonardo José Cordeiro Santos

124 *Integración entre Áreas de Protección de Pozos, Vulnerabilidad de Acuíferos y
Uso y la Cubierta del Suelo como Plan de Gestión de Recursos de Agua*
Talissa Mira
Gabriel Lousada
Decio Tubbs Filho
Gustavo Mota de Sousa

RELATO DE INVESTIGACIÓN

146 *El Capital Financiero en la Producción del Espacio Urbano
y la Cuestión de la Seguridad Pública*
Thiago Sardinha Santos

RESUMEN

169 *El Joven Marx y el Debate sobre la "Ley del Robo de Leña"*
Paulo Roberto de Andrade Castro

Chegamos ao décimo número da *Continents – Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geociências* numa conjuntura mundial crítica, num momento nacional tenso e com evidentes manifestações locais de um processo aprofundado de crise social e econômica.

Na escala mundial vivemos uma estranha tentativa de responder à última crise financeira com a renovação de uma espécie de “keynesianismo militar neoliberal”. Donald Trump, que foi eleito com um discurso antiglobalização, focado principalmente na proteção da economia nacional e na tentativa de repatriar as indústrias perdidas pelos EUA nas últimas décadas, não fez outra coisa senão aprofundar as medidas de desregulamentação – o abandono de acordos ambientais multilaterais e o desmonte inicial do *Obamacare*. Entretanto, em sua viagem ao Oriente Médio, assinou o maior acordo de fornecimento de armas da história do complexo industrial-militar dos EUA, contratado pela Arábia Saudita, o país que atualmente é o principal patrocinador do terrorismo sunita, tanto econômica quanto ideologicamente – através do wahabismo. Os caminhos da economia e da política externa norte-americana parecem indicar que Neil Smith estava certo ao dizer que, apesar da aparente corrida ao Estado após a crise de 2007/2008, era precipitado falar de fim do neoliberalismo. Recentemente, ao anunciar a “maior reforma tributária” da história dos Estados Unidos – basicamente concessão de isenção para empresas e redução do imposto de renda –, Trump confirma a tese de Neil Smith de que “o neoliberalismo está certamente em um estado de atrofia, mas seu poder econômico e militar perdura” (ver aqui, p. 116).

Por isso, não é de modo algum correto asseverar que a pretensa guinada da economia brasileira rumo à austeridade, a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, seja uma direção contrária aquela trilhada em termos internacionais. Não apenas o neoliberalismo nunca foi abandonado durante o “ciclo petista” no Palácio do Planalto, como foi aprofundado imediatamente após a reeleição, numa última tentativa de ajuste tentando conter os efeitos da crise em nossos domínios. Além disso, a própria crise levou a um reforço mundial dos vínculos financeiros entre Estado e Mercado, que se manifestam sobretudo na forma de uma ampliação da proteção estatal aos investimentos privados, aprofundamento da repressão, militarização das tensões e

corte de direitos sociais. “Um neoliberalismo sem Estado foi seu próprio mito.” (SMITH, p. 116). Isso parece ser um molde geral para a crise política brasileira: a recente guerra de parte da grande imprensa contra o novo/velho governo não é outra coisa senão a raivosa frustração diante de um grupo político deslegitimado e incapaz de levar às últimas consequências a austeridade fiscal e a desregulamentação econômica. O desafeto não decorre da falta de afinidades, mas da incapacidade de transformar em gesto o fundamentalismo neoliberal comum.

A crise sistemática que se abate sobre o estado do Rio de Janeiro não deixa dúvida que os princípios neoliberais estão à frente de preocupações político-institucionais: embora sob total controle do partido envolvido em todos os grandes escândalos de corrupção, o executivo e o legislativo continuam implementando sem obstáculos uma agenda de redução sistemática de garantias sociais e da estrutura estatal. O mesmo governador cassado pela justiça eleitoral é capaz de manter, em exercício, uma rotina de destruição dos “entraves sociais” para garantir as obrigações com os credores. A íntima ligação com o governador anterior, condenado e preso, não o impede de enfrentar com rigorosa repressão os protestos. Aqui fica visível que legitimidade política tem a ver menos com o reconhecimento social e sim com o cumprimento da agenda paraestatal do neoliberalismo. E esta não dispensa um forte uso do Estado, cada vez mais militarizado em seu trato social.

O mesmo processo começa a ser enxergado também na capital do estado. A poeira nos canteiros de obras das arenas nem havia assentado totalmente e já era possível enxergar a paisagem de ruínas completamente novas deixadas pelo “legado Olímpico” no Rio de Janeiro. Mas só agora, superada a euforia em torno dos Jogos, é que a chamada opinião pública parece ter se dado conta da crise corroendo também as estruturas urbanas, desmoronando a esperança olímpica de um futuro radiante para a cidade. Endividamento crescente, déficit fiscal gigantesco, corte de serviços públicos da municipalidade e explosão da violência são demonstrações óbvias de como o processo de crise mundial, em sua manifestação local, é fundamentalmente uma crise urbana. Na cidade do Rio, o amanhã chega sob a forma de ruínas.

Com o foco nessa escala local da crise, apresentamos inicialmente, neste primeiro volume do sexto ano da *Revista Continentes*, um dossiê voltado à análise da crise urbana no Rio de Janeiro pós-Olimpíadas. Intitulado “Crise do Modelo Olímpico”, ele reúne quatro artigos tratando das transformações operadas no espaço urbano do Rio de Janeiro, seus efeitos sociais, econômicos e ambientais.

O primeiro artigo, “O Rio de Janeiro no urbanismo militar e empresarial”, de autoria de Julia Leite Valente, analisa o papel do controle militar sobre o espaço urbano nas políticas neoliberais voltadas à gestão das cidades. O urbanismo militar, amplamente discutido por Mike Davis em diversas obras, e sistematizado por Stephen Graham, aparece assim como um braço instrumental do empresariamento urbano. A gestão de uma cidade voltada primordialmente a funcionar como um ambiente de negócios não pode dispensar o controle militarizado das populações excluídas e a tentativa de administrar a violência – o Rio de Janeiro, onde a ferida social é mais exposta, é exemplo singular e expressivo dessa estratégia.

O segundo artigo, “Ascensão e queda da cidade olímpica: especulação, endividamento e crise no Rio de Janeiro”, de nossa autoria, aponta que a crise no Rio de Janeiro, no contexto pós-Olímpico, não é a demonstração de uma oportunidade perdida, não resulta da corrupção ou decorre dos gastos exagerados do evento – trata-se de um processo estrutural de crise que os próprios Jogos Olímpicos terminaram por agravar. O foco é dirigido às qualidades até então atribuídas a esse megaevento: os grandes investimentos, a criação de infraestrutura e a ampliação de capacidade produtiva na cidade agravaram o quadro de crise, quando a intenção inicial era afugentá-la.

O artigo seguinte, “Depois do modelo olímpico: as favelas cariocas entre o mercado e a militarização”, de Marcos Barreira, é a continuação de suas análises sobre o fenômeno da pacificação nas favelas cariocas, aqui abordadas sob o ângulo da herança das Olimpíadas. Apesar da tentativa de integração de grande parte da cidade do Rio de Janeiro ao mercado ter sido um fiasco, a militarização do espaço urbano – principalmente sob a forma das Unidades de Política Pacificadora em áreas estratégicas da cidade – não deve ser abandonada tão facilmente. O argumento principal é que o fracasso do projeto de gestão urbana empreendedora deve exigir cada vez mais a repressão e o controle territorial para proteger as poucas áreas plenamente integradas ao mercado, à produção e ao consumo.

O quarto artigo, ““A Baía de Guanabara não é um tema olímpico””: Jogos do Rio 2016 e sustentabilidade – Crônicas de uma tragédia anunciada”, de Gilmar Mascarenhas, Leandro Dias de Oliveira e Jeferson Alexandre Pereira Pontes, reflete sobre o legado ambiental dos Jogos Olímpicos e se concentra principalmente nesta que é uma promessa eternamente incumprida por parte do poder público: a despoluição da Baía de Guanabara. Símbolo do Rio de Janeiro, expressão internacional de sua paisagem natural e de suas qualidades ambientais, a Baía tornou-se um verdadeiro esgoto a céu

aberto que sucessivos programas de despoluição foram incapazes de solucionar. Esperança renovada com o anúncio das Olimpíadas, o projeto recebeu logo um tratamento cínico por parte das autoridades, a ponto do prefeito ter admitido que este não era um “tema olímpico”.

A seguir temos um Relato de Pesquisa intitulado “O capital financeiro na produção do espaço urbano e a questão da segurança pública: o caso do Porto Maravilha, Rio de Janeiro”, de autoria de Thiago Sardinha Santos. São os primeiros resultados de uma pesquisa, no âmbito do Mestrado, em que o autor procura relacionar a reestruturação urbana patrocinada pelo capital financeiro com a ampliação de aparatos repressivos e de segurança. Na chamada “revitalização” da área portuária do Rio fica evidente essa íntima relação, onde diversos expedientes de controle territorial são utilizados. Esse texto não deixa de ser uma continuação e um complemento ao dossiê, já que a “recuperação” do Porto foi anunciada pela Prefeitura como o principal legado dos Jogos. Embora com pontos de contato, um diagnóstico comum sobre os evidentes vínculos entre a lógica neoliberal e o mais importante evento esportivo internacional, esses primeiros artigos diferem na avaliação do sucesso da gestão urbana empreendedora e do caráter da crise que se abate sobre a cidade do Rio de Janeiro – para alguns uma crise inerente ao capitalismo atual.

Abrindo a seção de artigos gerais temos “As cidades após o neoliberalismo?”, de Neil Smith. Traduzido por Ariane Melchior Nunes da Horta, Guilherme Chalo Nunes e Pedro Henrique Melchior Nunes da Horta, o artigo apresenta um amplo panorama do espaço urbano mundial durante a crise do neoliberalismo. Como indicado anteriormente, o geógrafo escocês, falecido em 2012, não acredita que o neoliberalismo tenha sido superado como consenso político-econômico mundial, mas sem dúvida seus principais argumentos e seus mitos foram desacreditados. O painel dramático que Smith traça envolve as cidades do centro e da periferia do capitalismo, mostrando o efeito destrutivo da crise econômica mundial e a proliferação de conflitos sociais e militares, um verdadeiro “caos urbano sistêmico”. Agradecemos a autorização do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (*Museu d’Art Contemporani de Barcelona - MACBA*) para sua publicação.

Mais dois artigos integram essa seção. O primeiro, “Alterações no uso da terra das APP’s do Rio Sagrado (Morretes/PR) e a evolução das feições fluviais de depósito” de Monica Kleina, Amanda Machado de Almeida, Eduardo Vedor de Paula e Leonardo José Cordeiro Santosi, relaciona as atividades em uma área de preservação com a dinâmica fluvial,

mostrando os vínculos entre cultivo, construção de estradas, atividades econômicas em geral e a erosão e deposição de sedimentos.

O artigo seguinte, “Integração entre áreas de proteção de poços, vulnerabilidade de aquíferos e uso e cobertura do solo como plano de gestão de recursos hídricos: um estudo de caso dos poços de Seropédica/RJ”, de autoria de Talissa Mira, Gabriel Lousada, Décio Tubbs Filho e Gustavo Mota de Sousa, apresenta o uso de um método de determinação de área de proteção de poços, o Raio Fixo Calculado, para um estudo do município de Seropédica. A autora e autores salientam que há ainda lacunas legais, principalmente no estado do Rio de Janeiro, para a proteção das águas subterrâneas.

Por fim, a revista se encerra com uma resenha de Paulo Roberto de Andrade Castro, “O Jovem Marx e o debate sobre a ‘Lei do furto da madeira’”, para o livro *Os Despossuídos*, de Karl Marx. Finalmente publicado no Brasil, o pequeno livro reúne artigos do jovem Marx jornalista que, ao investigar os processos criminais contra a coleta de madeira na Renânia, defrontou-se pessoalmente com as mudanças na legislação e o nascimento do direito burguês alemão amparado na propriedade privada.

Com textos que vão desde a Geografia Urbana, passando pela Geografia Econômica, Análise Ambiental, Geomorfologia, Hidrogeografia e História do Pensamento Social, esperamos oferecer, com o décimo número da *Revista Continentes*, um rico conjunto de reflexões.

[por Maurilio Lima Botelho]

DOSSIÊ:

CRISE DO MODELO OLÍMPICO

O RIO DE JANEIRO NO URBANISMO MILITAR E EMPRESARIAL

Júlia Leite Valenteⁱ

Resumo: No contexto do neoliberalismo que propaga uma sociedade regulada pelo mercado e por mecanismos de concorrência, ao mesmo tempo em que se exige um controle de populações e territórios problemáticos, o urbanismo militar e a governança empresarial surgem como duas facetas de um mesmo projeto de cidade. O artigo pretende observar como esse modelo tem sido adotado no Rio de Janeiro nas últimas décadas – tendo seu ápice com os megaeventos nos últimos anos – a partir dessas duas tendências: por um lado, a cidade empresarialista, e, o outro lado da mesma moeda, o urbanismo militar que busca assegurar a “ordem urbana” a partir de modelos de militarização, controle e pacificação.

Palavras-chave: neoliberalismo; megaeventos; militarização; empresariamento urbano

RIO DE JANEIRO UNDER MILITARY AND ENTREPRENEURIAL URBANISM

Abstract: As neoliberalism engenders a society regulated by the market and by competitiveness, at the same time requiring strict control of problematic populations and territories, corporate governance and militarized urbanism become paradigmatic. This paper explores how that *modus operandi* was adopted in the city of Rio de Janeiro in the last decades, culminating in the recent urban transformations associated with the hosting of mega-events. Those transformations are interpreted under two different, but interrelated, perspectives: the entrepreneurial city and the military urbanism that seeks to enforce “urban order” by means of militarization, control and pacification.

Keywords: neoliberalism; mega-events; militarization; urban entrepreneurialism

LA VILLE DE RIO DE JANEIRO SOUS L'ÉGIDE DE L'URBANISME MILITAIRE ET ENTREPRENEURIA

Resumé: Caractérisé par l'hégémonie du marché et de la concurrence oligopoliste, le néolibéralisme demande aussi le contrôle de la population et des territoires « problématiques ». Dans ce contexte, l'urbanisme militaire et la gouvernance entrepreneurial sont les deux facettes d'un même projet de ville. Ainsi, notre article vise à comprendre comment ce projet a été adopté à Rio de Janeiro au cours

ⁱ Advogada e Mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, autora do livro *UPPs: Governo Militarizado e a Ideia de Pacificação* (Rio de Janeiro: Revan, 2016). Contato: julialeitevalente@gmail.com

des dernières décennies, en atteignant son apogée avec les méga-événements à partir de deux tendances: d'une part, la ville entrepreneurial ; d'autre part (le revers de la médaille), l'urbanisme militaire et sa responsabilité d'assurer « l'ordre urbain » à partir des modèles de militarisation, contrôle et pacification.

Mots-clés: néolibéralisme; méga-événements; militarisation; urbanisme entrepreneurial; Rio de Janeiro.

1. Introdução

8

Nos últimos 10 anos, o Exército Brasileiro já teve que ir às ruas em mais de 1.300 dias, o que equivale a mais de três anos de operações – foi o que apurou um levantamento do Ministério da Defesa e pelo Comando do Exército (CARVALHO e DURÃO, 2017). O emprego de militares na segurança pública exercendo papel de polícia é constitucionalmente permitido no Brasil: o art. 142 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar 69 de 1991, prevê a atuação das Forças Armadas nas questões de *lei e ordem*, de acordo com as diretrizes do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio— são as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Entretanto, a indefinição do que seja *lei e ordem* cria livre espaço para a interpretação por parte do Estado.

O Exército participou 67 vezes de operações GLO na última década em 17 Estados, particularmente atuando na segurança de reuniões, encontros e cúpulas com autoridades de Estado, 15 eventos esportivos e 9 eleições ou plebiscitos (CARVALHO e DURÃO, 2017). Na cidade do Rio de Janeiro, essa atuação se tornou fato normalizado, com as tropas fazendo ações de patrulhamento e ronda urbana, bem como nas ocupações para “retomada de territórios” nas favelas. Em fevereiro de 2017, o Governo Federal, a pedido do Governo Estadual, mobilizou 9.000 soldados do Exército e da Marinha para “garantir a segurança” às vésperas do Carnaval, uma vez que o Estado se encontra falido e o salário dos policiais atrasados.

Sobre essa exceção normalizada na cidade do Rio de Janeiro, Felipe Brito comenta:

Tempos atrás (mas nem tanto assim), quando homens de farda verde-oliva saíam das casernas com armamentos pesados, aparecendo com mais frequência e quantidade pelas ruas da cidade, era sinal de que a ordem normativa do país estava no mínimo ameaçada. Hoje essa aparição contínua é veículo da reprodução da ordem normativa como tal e indica um entrelaçamento crescente entre os regimes democráticos vigentes, em especial na periferia do sistema capitalista, e a acumulação de violência. A democracia brasileira comporta tal acumulação, na medida em que engendra focos (com diâmetros cada vez maiores) de suspensão da ordem normativa, do próprio estado de direito (BRITO, 2013: 80).

Para além da “policização das forças armadas”, a militarização é cada vez mais presente nas cidades de todo o mundo. Loïc Wacquant, comentando a expansão do projeto penal do neoliberalismo, afirma que este encerra um paradoxo: incrementa “mais Estado” nas áreas policial, na justiça criminal e nas prisões para solucionar o aumento generalizado da insegurança objetiva e subjetiva que é, ela mesma, causada por “menos Estado” no *front* econômico e social (WACQUANT, 2007). Esse projeto é muito mais nefasto quando se infiltra nos países marcados por profundas desigualdades como é o caso do Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, que é marcada pela segregação sócio-espacial, uma polícia altamente militarizada e violenta se faz presente nos territórios de pobreza e exclusão, onde também a atuação das Forças Armadas se tornou fato normalizado.

(...) a articulação da extrema desigualdade, da violência das ruas e da punição em massa nas cidades brasileiras sob o duplo consenso de Washington na economia de mercado e no controle do crime estimula a efetiva *reductio ad absurdum* do Estado a seu aparelho repressivo e à fusão de suas forças militares e civis para a manutenção da ordem. Isso transforma a segurança pública em um empreendimento marcial e o combate ao crime em um campo de prova para uma liderança política vigorosa voltada para os “resultados” imediatos e tangíveis. E faz com que a imposição da lei nos e ao redor dos infames bairros de classe baixa se transforme, literalmente, em uma guerra com seus moradores, com batalhas armadas e manobras, espionagem e execuções blindadas, controle de fronteiras e contagem de corpos, extensos “efeitos colaterais” e a vil demonização do “inimigo” pela mídia e as autoridades, incluindo o visível “repúdio a qualquer referência aos direitos dos criminosos” (WACQUANT, 2007: 215-216).

Se o Estado neoliberal propaga uma sociedade regulada pelo mercado e por mecanismos de concorrência, ao mesmo tempo em que tem que controlar as populações e os territórios problemáticos, o urbanismo militar e a governança empresarial surgem como duas facetas de um mesmo projeto de cidade.

Esse projeto de cidade é impulsionado com os megaeventos, que permitem a atração de investimentos e visitantes, colocando as atenções de todo o mundo naquele lugar. Mas a criação de uma imagem de cidade para ser vendida tem sempre por trás uma série de violações de direitos. Segundo relatório da Anistia Internacional, publicado em 2016, relativo ao legado de violência daqueles Jogos Olímpicos (ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2016), observou-se uma repetição do padrão de violações já observado em outros eventos esportivos de grande porte realizados na cidade, como os Jogos Pan Americanos, em 2007, e a Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Dezenas de milhares de militares e integrantes da Força Nacional de Segurança foram mobilizados para desempenhar tarefas de segurança pública em ações que resultaram na morte de pelo menos oito pessoas em operações policiais realizadas em favelas no período dos Jogos (5 a 21 de agosto de 2016). Assim como aconteceu em 2007 e 2014, o número de pessoas mortas pela polícia aumentou com a aproximação dos Jogos: em 2016, o aumento foi de 103 %. Representantes do Comando Geral da Polícia Militar confirmaram à Anistia Internacional que 12 pessoas haviam sido mortas em consequência de operações policiais na cidade do Rio de Janeiro, apenas naqueles dias, e que outras 44 pessoas foram mortas em eventos nos quais as forças de segurança não estavam envolvidas. Além disso, a polícia se envolveu em 217 confrontos durante operações realizadas no estado do Rio de Janeiro, em áreas como Acari, Cidade de Deus, Borel, Manginhos, Alemão, Maré, Del Castilho e Cantagalo.

Enquanto aos olhos do mundo o Brasil apresentava um dos maiores espetáculos que já se viu, a poucos quilômetros dos locais das competições olímpicas, cercados de forte segurança, as populações marginalizadas permaneciam sob o medo constante da repressão violenta da polícia militar e demais forças de segurança. Além das mortes, moradores de favelas também relataram outros abusos cometidos por esses agentes, como buscas ilegais, ameaças diretas e agressões físicas e verbais.

Concluiu o relatório que este megaevento teve por resultado concreto o incremento da militarização da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Estes eventos, bem como o falido projeto das Unidades de Polícia Pacificadora — implementadas às dezenas nas favelas do Rio de Janeiro e apresentadas como solução para o problema da segurança

pública — se inserem em um mesmo projeto militarista-empresarial de governança das cidades, típico do capitalismo neoliberal. Tudo articulado a um projeto maior: resgatar uma imagem de Cidade Maravilhosa a ser apresentada e vendida ao mundo. Nesse sentido, fundamental entender as duas tendências internacionais que estão por trás dessa visão de mundo: por um lado, de cidades cada vez mais orientadas para o mercado e, por outro, de uma presença cada vez maior de técnicas e ideias militares em segurança pública.

2. A cidade como empresa

A designação “cidade global” remete às mudanças vivenciadas pelas metrópoles diante do novo contexto econômico mundial, caracterizado pelas alterações estruturais do sistema produtivo internacional com a substituição das atividades industriais pelo setor terciário¹. Enquanto em sua origem o termo “cidade global” se aplicava ao diagnóstico de um processo histórico concreto experimentado por algumas metrópoles do Primeiro Mundo, com o passar do tempo o termo foi apropriado para designar também um paradigma de cidade a *ser buscado*.

A busca por se tornar uma “cidade global” é o que vem orientando o modelo neoliberal de gestão urbana adotado por cidades que desejam se inserir em uma boa colocação em um *ranking* de cidades atrativas internacionalmente. Esta se tornou a grande meta

¹ Explica Mônica de Carvalho: “a origem do conceito de cidade global está diretamente relacionada aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70. As transformações na economia mundial teriam conduzido a uma crise da centralidade econômica daquelas metrópoles que perderam o controle sobre as atividades industriais, porque as empresas por elas responsáveis, favorecidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes. A crise fiscal consequente, o aumento do desemprego, a ausência de solução para os problemas urbanos agora acrescidos, somaram-se aos demais como ingredientes preocupantes que colocavam em xeque o futuro das metrópoles. Paralelamente ao diagnóstico da crise, identificava-se uma mudança no perfil das metrópoles que, em substituição às atividades industriais, passavam a sediar empresas de prestação de serviços altamente especializados, ligados em sua maioria ao setor financeiro e da informação e de origem quase sempre transnacional. Se, por um lado, as metrópoles pareciam caminhar para um futuro incerto, por outro, readquiriam importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. Não se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua re-significação no interior do sistema produtivo internacional. Essas metrópoles assim re-significadas se passou a chamar de cidade global” (CARVALHO, 2000).

da gestão pública de locais como o Rio de Janeiro e São Paulo, que adotam um modelo empresarial de gestão urbana através do chamado *planejamento estratégico*. Difundido na América Latina a partir de agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores interacionais, o planejamento estratégico se inspira em conceitos e técnicas do planejamento empresarial. A *nova questão urbana* passa a ter como nexos centrais a problemática da *competitividade urbana* pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial, na atração de novas indústrias e negócios, no preço e na qualidade dos serviços, na atração de força de trabalho adequadamente qualificada (VAINER, 2002).

Nesse contexto, os megaeventos representam oportunidade de alavancar as cidades na competição internacional.

A relação entre megaeventos e cidade esteve, desde o princípio, caracterizada por uma troca de benefícios que incluem o prestígio nacional e a projeção mundial da sede em contrapartida ao fortalecimento da “marca” do evento, por meio de uma correta e bem estruturada organização. Ao longo do tempo, com o desenvolvimento das técnicas, a mundialização da economia e das cidades, os megaeventos passaram a representar uma oportunidade única de atração de investimentos em larga escala que possibilitam realizar operações urbanas jamais possíveis em um período tão curto de tempo e em condições tão favoráveis em termos políticos e sociais (BOTTURA, 2014).

Assim, as Olimpíadas de Barcelona (1992) e Pequim (2008) representam modelos de sucesso do uso dos Jogos como propulsores da reconstrução de uma imagem de cidade e sua projeção no contexto global. O modelo de reforma urbanística adotado em Barcelona, propiciado pelo *marketing* dos Jogos Olímpicos, passou a ser reconhecido internacionalmente como paradigma do Planejamento Estratégico.

O Rio de Janeiro, desde os anos 1990, a partir do prefeito César Maia (1993-1997, 2001-2009), se tornou a porta de entrada do ideário do planejamento estratégico no Brasil. Buscando superar o estigma de cidade desorganizada e violenta, o Rio passou por uma série de programas de embelezamento, como o Rio Cidade e o Favela Bairro. Várias políticas urbanas voltadas à requalificação dos cartões-postais foram postas em prática, sempre focadas na valorização e embelezamento da zona sul. Nasceu daí a primeira candidatura carioca a sede dos Jogos Olímpicos (2004), que contou com consultoria

catalã e o desejo de transformar o Rio de Janeiro em uma nova Barcelona (VAINER, 2011: 2).

De lá para cá, a cidade foi palco de grandes eventos como a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O Rio passou a figurar nos principais *rankings* de metrópoles globais.²

O Rio de Janeiro das últimas décadas ilustra bem o que David Harvey (1989) chamou de empresariamento urbano (*urban entrepreneurialism*) e que passou a ter lugar a partir dos anos 1970 e 1980 nos países mais desenvolvidos, na transição de um regime fordista-keynesiano de acumulação de capital para um regime mais flexível, aberto geograficamente e baseado no mercado. Seus adeptos argumentam que, com a globalização, “debilitado, o Estado-nação ter-se-ia tornado ‘pequeno demais’ em face do grande capital transacional, ao passo que, para a promoção ágil do desenvolvimento econômico e do bem estar dos cidadãos, mostrar-se-ia ‘grande demais’” (SOUZA, 2006: 128) e assim a escala nacional estaria perdendo importância em detrimento das escalas global e local.

Em um contexto globalizado, a problemática da *nova questão urbana* passa a ser a competitividade da cidade por investimentos, negócios, serviços, turistas, trabalhadores qualificados etc. Para os “empresarialistas urbanos”, a cidade deve funcionar tal qual uma empresa, concorrendo com outras para atrair capitais, na base da construção de uma *gestão* eficiente. Ao Estado cabe “costurar ‘pactos’ e ‘consensos’ locais, ajudar a criar um bom ‘ambiente de negócios’ e promover a imagem da cidade no país e no mundo” (SOUZA, 2006: 129).

Além de ser um sujeito-empresa, no novo planejamento a cidade é também uma mercadoria a ser vendida em um mercado em que concorre com outras cidades, ela deve ser amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado por e para o mercado (*market oriented*) (VAINER, 2011: 2). Para isso, o *marketing* urbano foca nos atributos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional: aeroportos

² No *ranking Global Cities 2016* da consultoria A.T. Kearney, o Rio de Janeiro figura na 50ª colocação, dentre 125 (KEARNEY, 2016).

internacionais, hotéis de luxo, espaços para convenções e feiras etc. Um dos caminhos do empreendedorismo urbano é buscar melhorar a competitividade da região com relação à divisão espacial do consumo, o que se traduz em investimento em tudo aquilo que simboliza “qualidade de vida”.

Gentrificação, inovação cultural, modernização física do ambiente urbano (inclusive o recurso aos estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações de consumo (estádios desportivos, shoppings e centros de convenção, marinas, restaurantes exóticos) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos temporários ou permanentes) se tornaram facetas muito mais proeminentes das estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade deve parecer um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver ou visitar, onde se divertir e consumir (HARVEY, 1989: 9, tradução nossa).

Os consumidores desse produto são os investidores internacionais, mas também os visitantes e *usuários solventes* (CASTELLS e BORJA, 1996).

Para produzir uma imagem de cidade vendável, é necessário “recorrer a quem entende do *métier*”, deixá-la “nas mãos de *businessmen*” (VAINER, 2002: 87), algo a ser alcançado com a superação da separação rígida entre os setores público e privado (CASTELLS e BORJA, 1996: 159) – o que, na verdade, quer dizer “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas” (VAINER, 2002: 88).

Para tanto, vários expedientes são empregados como a noção de “parceria público-privada” para que os governos atraiam fontes externas de investimentos. Especulativa por natureza, o setor público assume os riscos do empreendimento, enquanto o setor privado auferir os benefícios. Além disso, os grandes projetos de reestruturação urbana permitem a mobilização de recursos públicos em larga escala para finalidades empresariais, “os recursos drenados pelos planos de ‘renovação’ em áreas simbólicas e nos locais com maior potencial de valorização imobiliária são a garantia – fornecida pelo Estado – para investimentos privados que, de outra forma, não se realizariam” (BARREIRA, 2016).

Para Carlos Vainer, esse planejamento urbano pós-moderno, competitivo e estratégico sinaliza a emergência do que, inspirado em Agamben, ele denomina cidade de exceção (VAINER, 2011: 9). A cidade de exceção pressupõe uma crise urbana e se constitui em

uma nova forma de regime urbano em que, embora as instituições republicanas e democráticas funcionem formalmente, progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes, aos poucos transferidos a grupos de interesse empresarial, agências “livres de burocracia e controle político” (VAINER, 2011: 10).

No Rio de Janeiro, os megaeventos que a cidade sedia há uma década (desde os Jogos Pan-americanos de 2007) permitem a mobilização de capital. É necessário reestruturar e adequar a cidade aos padrões internacionais de turismo a fim de vender sua imagem.

A expectativa em relação aos efeitos positivos que grandes eventos como os Jogos Olímpicos poderiam trazer para a cidade logo se revela um paradoxal fim em si mesmo: produz-se uma mobilização econômica temporária capaz de remodelar cenograficamente a cidade e mantê-la em evidência, preparando novos eventos que, por sua vez, deveriam trazer novos investimentos ao preço de mais um conjunto de intervenções onerosas e pontuais (BARREIRA, 2016).

Harvey, antes de 1990, já alertava para os riscos desse modelo, presentes na própria competitividade e na fluidez do capital, características do mundo globalizado:

A ênfase no turismo, produção e consumo de espetáculos, promoção de eventos efêmeros em um dado local, comportam todos os sinais de serem remédios favorecidos para sanear economias urbanas. Investimentos urbanos desse tipo podem render rapidamente correções efêmeras para problemas urbanos. Mas elas são frequentemente altamente especulativas. A preparação para se candidatar à sede das Olimpíadas é um exercício caro, por exemplo, que pode ou não compensar. (...) Projetos especulativos desse tipo são parte e parcela de um problema macroeconômico muito mais geral. Posto de forma simples o financiamento de shoppings, estádios desportivos e outras facetas de conspícuo alto consumo são projetos de alto risco que podem facilmente cair em maus momentos e assim exacerbar (...) os problemas de superacumulação e superinvestimento aos quais o capitalismo como um todo tão facilmente se inclina (HARVEY, 1989: 13, tradução nossa).

Inserido nesse projeto de cidade, a política de pacificação das favelas através das UPPs foi formulada a partir de um canal direto do governo estadual com os empresários e acadêmicos reunidos em *Think Tanks* (como o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e o Instituto de Política Econômica).

É inovadora a forte articulação desta ação governamental com a atuação de grupos empresariais que participam diretamente no planejamento e execução desta política com diferentes ações, desde a formulação até o seu financiamento direto. A expectativa é que possam se beneficiar por meio da integração de áreas estrategicamente situadas nas zonas mais cobiçadas pelo

mercado imobiliário, em uma cidade que vive um clima de euforia com sua inserção na economia dos eventos globais (FLEURY; OST, 2013: 638).

O projeto foi fundamental no desenvolvimento da cidade empresarialista. O Estado ocupa e passa a controlar territórios militarmente, gerando novos campos para a expansão do capital.

No Rio de Janeiro, como em outras “cidades globais” de países periféricos, para o sucesso do projeto é necessário conjugar intervenções urbanísticas com o antigo tema da “ordem urbana”. A cidade-empresa supõe/propõe a despolitização da cidade, sua negação enquanto espaço político (*polis*). Além disso, nem todos os setores sociais podem ser contemplados pelo projeto, mas apenas alguns tipos de cidadãos, dentre os quais não estão os pobres (estes, só podem ser incluídos enquanto novo mercado consumidor): “A constituição e legitimação da nova cidadania conferida aos *segmentos estratégicos* caminha *pari passu* com a destituição dos grupos com ‘*escassa relevância estratégica*’” (VAINER, 2002: 89).

Nas palavras de BARREIRA:

A premissa da orientação pró-mercado do novo urbanismo é que o espaço da cidade não seja mais pensado como um todo e que a atuação dos governos se realize de forma localizada e pontual. Seus defensores alegam que o objetivo é superar as antigas concepções burocráticas de planejamento estatal. Mas isso é apenas uma forma de os governos e administrações municipais se desobrigarem do compromisso com os direitos sociais e as políticas de tendência mais universalizante que marcaram o período da modernização (BARREIRA, 2016).

Nesse aspecto, muito importante a venda da cidade *segura*. Jordi Borja e Manuel Castells (1996), teóricos do planejamento estratégico e responsáveis pela difusão do modelo catalão na América Latina, falam que a pobreza urbana e marginalização afetam a atratividade da cidade. Os pobres devem ser controlados, seus territórios constituem “entorno social” e por isso podem ser tratados como problema paisagístico ou ambiental, sendo essa a forma que o poder público lida com as favelas no Rio de Janeiro.

3. A cidade competitiva tem que ser *pacificada*

Se o modelo de cidade buscado no neoliberalismo tem como uma de suas facetas a gestão urbana nos moldes de uma empresa, o outro lado da moeda é o urbanismo militar, a extensão das ideias e técnicas militares para o cotidiano das cidades. Para assegurar a “ordem urbana”, a segurança pública deve se basear em modelos de militarização, controle e pacificação.

Nas últimas décadas, não apenas no Brasil a segurança pública se tornou mais (re)militarizada.³ Forças policiais de todo o mundo se militarizam, adotando equipamentos e táticas militares, mudam sua forma de treinamento e mesmo sua estética e seu vocabulário, aproximando a simbologia policial à militar. Em países centrais e periféricos, de todos os continentes, a imagem do policial coberto de armadura e fortemente armado (submetralhadoras, fuzis, blindados) está presente em repressões violentas a protestos e operações especiais.

Se a cidade é um espaço sujeito a atos de subversão, mobilização, resistência e protesto, o Estado neoliberal deve buscar meios de controle dos dissidentes e exclusão dos indesejados. A militarização se justificaria pelo perene conflito urbano de baixa intensidade – é o que os autores têm denominado “novas guerras” (Herfried Münkler), “guerra civil molecular” (Hans Enzensberger), “guerra fria urbana” (Mike Davis, Edward Soja), “guerra civil global” (Michael Hardt e Antonio Negri) ou “estado de exceção como paradigma de governo” (Giorgio Agamben), o que aquece o mercado da segurança e da “pacificação”.

A militarização da segurança pública vai muito além da mera estruturação militarizada da polícia. Ela possui sentido amplo e é definida por CERQUEIRA como “um processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrina, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza policial, dando assim uma feição militar às questões de segurança pública” (1998: 140). Já Maximo Sozzo caracteriza a militarização como

³ Nos moldes de CERQUEIRA (1996), no Brasil há que se falar em uma *remilitarização* da segurança pública, uma vez que historicamente nossas polícias sempre foram militarizadas (VALENTE, 2012).

“o processo de ‘modelação’ da norma, da organização, da cultura e da prática policial em torno da norma, da organização, da cultura e da prática militar” (SOZZO, 2012: 530). No Brasil, a militarização é visível em diversos aspectos: da estrutura e organização das PMs aos moldes militares, à adoção de uma ideologia e suas táticas militares que se

“Se o modelo de cidade buscado no neoliberalismo tem como uma de suas facetas a gestão urbana nos moldes de uma empresa, o outro lado da moeda é o urbanismo militar, a extensão das ideias e técnicas militares para o cotidiano das cidades. Para assegurar a “ordem urbana”, a segurança pública deve se basear em modelos de militarização, controle e pacificação.

reflete em sua atuação violenta com base em um modelo de guerra, cujo objetivo é aniquilar o “inimigo”. Mas além disso há uma crescente “policização” das Forças Armadas, com seu crescente uso em questões de segurança pública,⁴ particularmente com as Operações de Lei e Ordem, mencionadas acima.

O geógrafo inglês Stephen Graham explicita como o *novo urbanismo militar* constitui a vida urbana hoje em todo o mundo (GRAHAM, 2011). Graham sinaliza para a militarização da sociedade civil, que ele entende como a extensão de ideias militares para os espaços e

circulações cotidianos, fazendo da guerra e da preparação para a guerra fatos normalizados. Trata-se de uma “militarização da questão urbana” (SOUZA, 2008), que se manifesta no difundido uso da guerra como a metáfora dominante nas narrativas sobre as sociedades urbanas: guerra contra as drogas, contra o crime, contra o terrorismo etc.

Nesse novo urbanismo, as fronteiras entre o civil e o militar estão cada vez mais difusas com o crescente uso de tecnologias militares na segurança pública. Graham cita alguns exemplos: o emprego de *drones* israelenses por forças policiais em todo o mundo; operadores privados das prisões estadunidenses de segurança máxima são os mesmos que participam da “guerra ao terror”; corporações militares privadas monopolizam os

⁴ O mesmo ocorre em países como o México, onde a partir de 2006 o governo federal passou a usar as Forças Armadas no combate ao narcotráfico. Desde então, segundo dados da Anistia Internacional, houve mais de 100 mil assassinatos no país – aumento de mais de 160% com relação ao período anterior à militarização – e 26 mil desaparecidos (SANTORO, 2015).

contratos de “reconstrução” tanto no Iraque quanto em Nova Orleans pós-Katrina; especialistas israelenses em controle populacional são procurados por aqueles que planejam operações de segurança para grandes eventos; mísseis guiados e exércitos privados trabalham na segurança de eventos como as Olimpíadas, Copa do Mundo, reuniões do G20 e encontros políticos – e por aí vai (GRAHAM, 2011).

Nesse sentido, o Estado de Israel desenvolveu uma indústria de segurança de ponta, sendo hoje o maior exportador de soluções de segurança para portos, aeroportos, prédios governamentais, instituições financeiras, eventos internacionais etc. Segundo o autor, Israel apresenta a “essência do urbanismo hipermilitarizado”: uma visão da vida urbana na qual cada momento, cada ação, requer escrutínio e negociação de pontos de passagem arquiteturais ou eletrônicos para provar o direito de passagem (GRAHAM, 2011: 254). Suas técnicas se espalharam ao redor do mundo explorando as tendências globais de militarização dos espaços cotidianos: as “armas não letais” utilizadas pelas polícias para reprimir violentamente manifestações sociais são as mesmas usadas pelo Exército israelense; as técnicas de segregação na Cisjordânia são vendidas ao redor do mundo como soluções de segurança (GRAHAM, 2011).

Tanto os experimentos das “novas zonas de guerra colonial”, como Gaza ou Bagdá, quanto as operações de segurança em megaeventos esportivos internacionais ou cúpulas políticas servem para testar tecnologias e técnicas de segurança. O que Graham narrou em 2011 foi bastante visível durante os megaeventos no Brasil:

Encarceramento preventivo, banimentos e criminalização em massa começam a puncionar normas legais já precárias do devido processo legal, *habeas corpus*, direito ao protesto, direito internacional humanitário e direitos humanos de cidadania. Cada vez mais as sempre frágeis noções de cidadania nacional homogênea se desgastam e desintegram na medida em que diferentes grupos e etnias são preventivamente perfilados, rastreados e tratados diferentemente. (...) A lei é empregada para suspender a lei, abrindo a porta para “estados de exceção” e emergência mais ou menos permanentes (GRAHAM, 2011: 94, tradução nossa).

A geografia deve ser cada vez mais fragmentada, sendo necessário separar as pessoas e circulações “perigosas” das “não-perigosas”, delimitando seus respectivos territórios. Os “inimigos internos”, ou seja, as pessoas consideradas perigosas, sem valor ou fora do seu lugar, se tornam cada vez mais descartáveis, violáveis e excluíveis à força – o *homo*

sacer de que fala AGAMBEN (2002): é o afro-americano de Nova Orleans, o habitante da *banlieue* parisiense, o imigrante ilegal, o mendigo ou o traficante da favela carioca na beirada dos locais turísticos do Rio de Janeiro (GRAHAM, 2011: 95). A estratégia de segurança é sempre criar um *Outro*, ao qual deve ser assinalado um território, cuja transposição não pode ser feita com tranquilidade. Aí se insere a visão de “*cidade partida*”, que permeia o imaginário carioca nas últimas décadas.

A “*pacificação*” longe de ser uma exclusividade carioca, movimenta uma indústria global: as mesmas constelações de companhias de “*segurança*” frequentemente vendem, estabelecem e operam as técnicas do novo urbanismo militar tanto nas zonas de guerra quanto nas cidades. O exemplo citado é o da G4S, a maior companhia de segurança do mundo, que tem a maior força de segurança privada (mais de 600.000 pessoas) e faz a segurança de prisões e centros de detenção a embaixadas e aeroportos, operando em 125 países. Em 2008, o grupo passou a realizar operações no Iraque; em 2012 foi o principal contratado para a segurança das Olimpíadas de Londres. Nesse contexto, não é coincidência que a polícia dos EUA utilize na segurança pública um veículo conhecido como o “*Pacificador*” (*Peacemaker*), o blindado M113A1 que se move em trilhos de tanque e inclui uma metralhadora de calibre 50. No Rio de Janeiro, temos os também “*pacificadores*” caveirões, que se enquadram na categoria de veículos blindados de transporte de pessoal. No edital de 2013 para a aquisição de oito novos veículos blindados de uso policial para transporte de tropas, a Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro justificou a compra da seguinte maneira:

Estas unidades [especializadas das Polícias Civil e Militar] possuem atualmente equipamentos, armamentos e, sobretudo veículos blindados obsoletos e/ou defasados comprometendo tanto as *ações diárias, cada vez mais voltadas para a consolidação, e pacificação de territórios de exclusão em comunidades antes dominadas pelo tráfico de armas e drogas, quanto àquelas envolvendo contra medidas a ataques assimétricos terroristas, no tocante a preservação da vida e na dignidade da pessoa humana de toda população ordeira, e ainda, da segurança das equipes policiais de forma coletiva e individual.*

As demandas geradas pelos diversos eventos de vulto internacional, em que o BOPE e o BPCHOQUE da PMERJ e ainda a CORE da PCERJ se fazem necessárias, como unidades de apoio tático, tanto às forças de segurança nacional quanto internacional, sobretudo no tocante ao *contra terrorismo e ainda àquelas causadas pelas demandas rotineiras, são hoje mitigadas em razão dos obsoletos e desatualizados equipamentos.*

O Estado do Rio de Janeiro tem enfrentado ao longo das últimas décadas diversos desafios na provisão de segurança pública à sociedade. As particularidades da criminalidade da região e, mais recentemente, a responsabilidade de sediar grandes eventos como Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, exigem do Estado um grande investimento no reaparelhamento e na modernização de suas polícias (RIO DE JANEIRO, 2013: 19-20, itálico nosso).

Graham salienta que os governos, em sua preocupação crescente com a “segurança”, buscam alcançar uma “urbanidade controlada”, “que envolve a remoção, demonização ou encarceramento dos consumidores falhos; a instalação de novas formas de controle do acesso ao espaço; e o estabelecimento de facilidades chave para o lazer urbano empresarial, turismo, e megaeventos esportivos” (GRAHAM, 2011: 102, tradução nossa). Murar, isolar e encarcerar preventivamente se tornam atos ainda mais comuns durante os “estados de emergência” que acontecem quando cúpulas políticas, eventos esportivos internacionais e grandes espetáculos acontecem. Por aqui, a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas trouxe à tona o debate sobre os megaeventos e a ocultação da pobreza, pois é sabido o impacto que os preparativos para eventos desse porte têm sobre vida dos pobres em lugares onde a desigualdade é patente. Como disse Mike Davis:

no Terceiro Mundo urbano, os pobres temem os eventos internacionais de alto nível – conferências, visitas de dignitários, eventos esportivos, concursos de beleza e festivais internacionais –, que levam as autoridades a iniciar cruzadas de limpeza da cidade: os favelados sabem que são a “sujeira”, ou a “praga” que seus governos preferem que o mundo não veja (DAVIS, 2006: 111).

Na busca de conter os indesejados, as estratégias de segurança fazem com que parte das cidades se tornem “ilhas de segurança” temporárias, cercadas com dispositivos militarizados (GRAHAM, 2011: 121).

A perspectiva de Graham é semelhante à de Loïc Wacquant, que afirma que os bairros de abandono urbano – as favelas brasileiras, o *hiper-gueto* estadunidense ou as *banlieues* francesas – são territórios em que o Estado penal neoliberal (e sua guerra securocrática) está sendo montado, adotado e testado de forma concreta (WACQUANT, 2007: 216). Para ele, as cidades brasileiras são especialmente reveladoras das

consequências do descarte penal dos detritos humanos de uma sociedade varrida pela insegurança social e física (WACQUANT, 2007: 215).

É, portanto, no contexto de emergência de uma governamentalidade neoliberal, que tem por instrumento o urbanismo militar, que se insere a (re)militarização da segurança pública no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro em particular. O cenário bélico não é novidade no Rio de Janeiro. Há décadas metáforas belicistas têm sido usadas para tratar do “clima social” na cidade. Sendo assim, aos poucos foi se tornando normalizada e aceita a colonização permanente de aparatos militares na paisagem e nos espaços cotidianos. Desde os anos 1990, reforçou-se a militarização na cidade. Entre 1994 e 1995, durante a Operação Rio, várias favelas foram ocupadas pelas Forças Armadas, sendo essa a primeira tentativa de intervenção militar prolongada. A difusão de uma imagem de cidade violenta pela opinião pública e os meios de comunicação favoreceu a política de controle contra as populações marginalizadas. Essa lógica militarizada, territorializante e excludente culminou no projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, que possuem uma lógica territorial que

alcança – direta ou indiretamente – os locais que desempenham um papel estratégico no modelo de cidade do empresariamento urbano: áreas com destinação turística, locais de concentração de eventos, principais vias de circulação, áreas com potencial de valorização etc. Para o urbanismo seletivo orientado pelas expectativas de lucro, a preocupação com a “segurança” torna-se cada vez mais proporcional à importância econômica dos lugares e, em última análise, significa uma proteção dos segmentos da população e do espaço urbano mais integrados pelo consumo (BARREIRA, 2016).

Na tendência internacional de militarização da segurança pública e proliferação de territórios de exceção, a política das UPPs guarda proximidade com outros tipos de ocupações territoriais com o uso de forças policiais militares, como os *Proyectos Urbanos Integrales* em Medellín, nos quais se inspirou, mas também com as ocupações das favelas em Porto Príncipe pela MINUSTAH (missão da ONU protagonizada pelo Exército Brasileiro que foi, de certa forma, um laboratório para as UPPs), como os territórios palestinos ocupados por Israel e com a contrainsurgência dos EUA no Iraque e no Afeganistão⁵.

⁵ Vide VALENTE (2016), cap. 3.

4. Conclusão

Buscando suprir uma lacuna de dados oficiais específicos sobre o tema e revelar a real dimensão da violência armada na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2016, a Anistia Internacional lançou o aplicativo “Fogo Cruzado”, uma plataforma colaborativa para registro em tempo real da incidência de disparos de arma de fogo. Em seus primeiros 6 meses de existência, foram feitas 2517 notificações de tiros/disparos de arma de fogo, uma média de quase 14 por dia, sendo registrados no aplicativo pelo menos 539 mortos e 570 feridos. As áreas mais afetadas são favelas e periferias, que sofrem ainda com a interrupção dos serviços públicos.

Esses são apenas alguns dados que ilustram a nova escalada dos índices de violência na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, fazendo com que a imagem de uma cidade em guerra se tornasse mais uma vez presente no imaginário carioca. Quando o modelo empresarialista de cidade recai em locais do capitalismo periférico como o Rio de Janeiro, marcado por desigualdades estruturais, os investimentos trazidos por megaeventos conseguem apenas disfarçar ou tentar ocultar os reais problemas urbanos. Os benefícios tendem a ser efêmeros e não beneficiar a cidade como um todo. O projeto empresarial de cidade corre o risco de reforçar a fragmentação e incrementar a desigualdade, o que resulta em mais violência e insegurança.

Ao problema da segurança, gerado pela própria dinâmica excludente do capitalismo, a resposta do Estado é militarizada. Essa forma de lidar com a cidade e com os problemas da cidade não é exclusividade do Rio de Janeiro ou do Brasil. Como vimos, a lógica da guerra se faz presente nas *urbes* de todo o mundo. Entretanto, no caso carioca, a militarização e a segregação de territórios sempre representaram uma forma de governar a pobreza. Passada a euforia trazida pelos megaeventos e no contexto de um estado falido, o que resta é a guerra como fato normalizado em que os pobres são, mais uma vez, as maiores vítimas.

5. Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. *Um legado de violência: homicídios praticados pela polícia e repressão a protesto nas Olimpíadas Rio 2016*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional Brasil, 2016. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/09/PT_briefing_resultado_rio2016.pdf. Acesso em 25 de abril de 2017.
- ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. *Fogo Cruzado: Relatório 2º semestre 2016*. Rio de Janeiro: Fogo Cruzado, 2016. Disponível em: <http://fogocruzado.org.br/relatorio-2o-semester-2016/>. Acesso em 06 de maio de 2017.
- BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexó entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Orgs.). *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.
- BARREIRA, Marcos. *Depois do modelo olímpico: as favelas cariocas entre o mercado e a militarização*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/08/depois-do-modelo-olimpico-as-favelas-cariocas-entre-o-mercado-e-a-militarizacao/>. Acesso em: 19 de abril de 2017.
- BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: _____ (Org.). *Paz Armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 55-102.
- BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Orgs.). *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 79-114.
- BOTTURA, Ana Carla de Lira. O paradigma da cidade global e as Olimpíadas do rio de Janeiro. *Oculum Ens*, v. 11, n. 1, pp. 119-135, 2014.
- CARVALHO, Marco Antônio; DURÃO, Mariana. Exército inicia ação no Rio; em 10 anos, tropa teve de ir às ruas em 1/3 dos dias. *Estadão*, São Paulo, 15 fev. 2017. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-inicia-acao-no-rio-em-10-anos-tropa-teve-de-ir-as-ruas-em-13-dos-dias,70001666018>. Acesso em 25 de abril de 2017.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, jul. 1996, pp. 152-166.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio. *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 141-168, 1996.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FLEURY, Sonia; OST, Sabrina. O mercado sobe o morro. A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 3, p. 635-671, 2013.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. London/New York: Verso, 2011.

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, 71b, p. 3-17, 1989.

KEARNEY, A. T. *Global Cities 2016*. Disponível em: <https://www.atkearney.com/documents/10192/8178456/Global+Cities+2016.pdf/8139cd44-c760-4a93-ad7d-11c5d347451a>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Casa Civil. Pregão presencial de âmbito internacional nº 1/2013. Rio de Janeiro, 2013.

SANTORO, Maurício. *México: guerra, impunidade, desaparecimentos*. Anistia Internacional, 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/mexico-guerra-impunidade-desaparecimentos/>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Cidades, globalização e determinismo econômico. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 123-142, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOZZO, Máximo. Polícia, governo e racionalidade: incursões a partir de Michel Foucault. *Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 19/20, p. 511-554, 1º e 2º semestres de 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 75-103.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*; 23-27 mai. 2011; Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VALENTE, Júlia. “Polícia Militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP, Marília*, ed. 10, p. 204-224, dez. 2012.

VALENTE, Júlia. *UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

WACQUANT, Loïc. Rumo à militarização da marginalização urbana. *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 15/16, p. 203-220, 1º e 2º semestres 2007.

ASCENSÃO E QUEDA DA CIDADE OLÍMPICA: Especulação, Endividamento e Crise no Rio de Janeiro

Maurilio Lima Botelhoⁱ

Resumo: O objetivo do texto é apontar que a crise econômica na cidade do Rio de Janeiro não é um processo provocado pelos Jogos Olímpicos ou algo que os Jogos fracassaram em evitar, mas como um processo anterior a esse megaevento e que foi por ele aprofundado. A crise urbana do Rio de Janeiro, deste modo, deve ser vista como a crise de um modelo de administração urbana cujo objetivo principal era superar as dificuldades econômicas mas que acabou por ampliá-las.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; urbanismo empresarial; crise urbana, superacumulação de capital.

THE RISE AND FALL OF THE OLYMPIC CITY: SPECULATION, DEBT AND CRISIS IN RIO DE JANEIRO

Abstract: This paper argues that the economic crisis currently affecting the city of Rio de Janeiro was not prompted by the recent Olympic Games, nor could have been expected to be retarded by them. But, while that crisis predated the Games, the effect of the mega-event was to intensify it. Therefore, the city's urban crisis must be seen as the crisis of a model of urban management, whose main aim was to overcome economic difficulties which it ultimately only amplified.

Keywords: Olympic Games; urban entrepreneurialism; urban crisis, overaccumulation of capital.

ASCENSO Y CAÍDA DE LA CIUDAD OLÍMPICA: ESPECULACIÓN, ENDEUDAMIENTO Y CRISIS EN RÍO DE JANEIRO

Resumen: El objetivo del texto es apuntar que la crisis económica en la ciudad de Río de Janeiro no es un proceso provocado por los Juegos Olímpicos o algo que los Juegos fracasaron en evitar, sino resultado de un proceso anterior a ese mega evento y que fue por él profundizado. La crisis urbana de Río de Janeiro, de este modo, debe ser vista como la crisis de un modelo de administración urbana cuyo objetivo principal era superar las dificultades económicas, pero que acabó por ampliarlas.

Palabras clave: Juegos Olímpicos; urbanismo empresarial; crisis urbana, superacumulación de capital.

ⁱ Professor do curso de Geografia da UFRRJ (Campus Seropédica) e do Mestrado em Geografia da mesma instituição. Contato: maurilio_botelho@oi.com.br.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos foi vista como resultado e coroação do bom desempenho da economia brasileira no momento imediatamente anterior a essa conquista. Entretanto, durante a realização dos Jogos, uma cuidadosa narrativa tentava enfatizar o seu papel na descolagem da economia municipal da crise enfrentada pelo país e, principalmente, pelo estado do Rio de Janeiro. O esgotamento do *boom* das *commodities* no mercado internacional, a desaceleração da economia brasileira, o grave colapso do setor de petróleo estadual e as dificuldades de várias indústrias nacionais (siderúrgicas, automobilísticas etc.) pareciam não afetar a municipalidade: a preparação para o grande evento esportivo mundial aparentava salvar o Rio de Janeiro do abismo econômico.

Nosso argumento é que a realização dos Jogos Olímpicos, como meio para a transformação urbana do município, foi diretamente responsável pela queda das condições econômicas da cidade. Ao contrário do alardeado, a crise não se abateu no Rio de Janeiro após as Olimpíadas; foi o resultado de um modelo de gestão empenhado em aproveitar as oportunidades de reformulação urbana e que, ao tentar superar as dificuldades econômicas já existentes, aprofundou-as. Nosso foco principal, a seguir, é demonstrar que as qualidades apontadas no ambiente social e econômico do Rio de Janeiro, nos últimos anos, foram na maioria das vezes efêmeras (por exemplo, a baixa taxa de desemprego), ilusórias (a sustentabilidade das finanças municipais) e tiveram um efeito negativo sobre a sociedade, apesar dos elogios cegos do mercado financeiro (a alta nos preços dos imóveis, que encareceu o custo de vida).

Encaramos como “modelo olímpico” uma forma de administração urbana que, embora enfatize a preparação de grandes eventos, é mais amplo que isso e se caracteriza principalmente por utilizar expedientes financeiros para tentar contornar a manifestação urbana dos processos de crise estrutural do capitalismo. Uma faceta ainda pouco explorada desse modelo diz respeito aos instrumentos financeiros usados pelas administrações de caráter “empreendedor” para contornar manifestações urbanas dos processos estruturais de crise e para sustentar temporariamente a imagem das cidades como locais atrativos. Nesse sentido, argumentamos que o chamado modelo olímpico não pode ser entendido como a causa da crise econômica em curso, mas que esta forma

de gestão urbana foi concebida como solução para problemas econômicos de natureza estrutural. Isso não impede a constatação de que o resultado das políticas urbanas orientadas para os Jogos Olímpicos foram responsáveis pelo aprofundamento da crise. O forte investimento em infraestrutura urbana levou ao agravamento de capacidade instalada ociosa, o que contribuiu para o fortalecimento de uma crise estrutural que tem uma face carioca muito singular.

1. Cidade do amanhã: expansão do crédito e bolha imobiliária no Rio de Janeiro

Em aparente contradição com a Europa e, principalmente, EUA, que sofriam uma forte crise imobiliário-financeira, o Brasil passou a apresentar expressiva alta nos preços dos imóveis a partir de 2009. Até então um fenômeno localizado em determinados bairros nobres e áreas em processo de gentrificação (como a Lapa, no Rio de Janeiro), a forte alta no mercado imobiliário se generalizou por quase todas as cidades brasileiras, sobretudo as capitais, a partir do ativismo anticíclico do governo federal. Aumento do financiamento estatal, criação do Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e uma retomada dos preços das *commodities* no mercado mundial – depois de uma forte queda em 2008/2009 – permitiram uma vertiginosa ampliação do crédito na economia nacional (BARREIRA e BOTELHO, 2016). O financiamento ao consumo imobiliário no país saiu de um já recorde de 49,6 bilhões de reais, em 2009, para 83,1 bilhões, em 2010, e deu um salto para 114 bilhões de reais no ano seguinte. Somente a Caixa Econômica Federal, principal responsável pelo financiamento imobiliário no país, emitiu 80 bilhões de reais em 2011 (uma década antes, em 2002, seu financiamento era de apenas 4,8 bilhões). Nos anos seguintes, o crédito oferecido pelo banco atingia volumes ainda maiores, chegando ao inédito teto de 135 bilhões de reais, em 2013.¹

¹ Esse patamar foi rebaixado nos anos posteriores em virtude dos primeiros sinais do esgotamento do *boom* imobiliário. Ver sobre isso: O corte de crédito da CEF e o mercado imobiliário, *Folha de São Paulo*, disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-corte-de-credito-da-cef-e-o-mercado-imobiliario-imp-,1694176>. Acesso em maio 2017.

O maior programa de financiamento imobiliário da história do Brasil, Minha Casa Minha Vida, também acompanhou essa trajetória, mas seu auge foi um pouco mais duradouro: passando de 14 bilhões de reais, em 2013, e quase 16 bilhões, em 2014, o programa foi ampliado no ano da reeleição de Dilma, atingindo a marca de 19,3 bilhões de reais.

A esse volume de financiamento nas duas pontas do mercado imobiliário devemos acrescentar também a conquista dos megaeventos para o país (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) para entender a euforia em torno do “desenvolvimento urbano” no Brasil, cujos impactos foram sentidos principalmente na cidade do Rio, sede principal dos dois jogos. A perspectiva criada com a chamada política de pacificação nas favelas da Zona Sul e parte da Zona Norte carioca também atingiu diretamente o mercado imobiliário, através da forte valorização patrimonial ao redor das UPPs. Tudo isso criou uma verdadeira bolha imobiliária no mercado nacional e principalmente na cidade olímpica, apesar dos otimistas afugentarem esse termo através dos mais variados subterfúgios.

Os números do mercado imobiliário demonstram a alta exponencial: levantamento realizado com base no Índice FipeZap aponta para uma trajetória acelerada de crescimento dos preços dos imóveis desde o início do primeiro Lula, invertendo uma tendência de queda verificada desde o ano de 2000 e uma estabilidade no período anterior (década de 1990).² Entre 2004 e 2014, o índice nacional sofreu uma alta de 191 %. Isso é ainda mais expressivo quando se considera, a partir da correção inflacionária, que durante 36 anos, apesar de todas as altas e baixas, o índice teve um saldo de apenas 53 % de crescimento.³ Estamos às voltas com um fenômeno de expansão gigantesca na década do “lulismo” cuja explicação é uma inflação de ativos muito acima da progressão do PIB, que acumulou um crescimento real nesse período de 44 %.

O mais significativo, entretanto, é a aceleração ainda maior a partir exatamente de 2009, quando temos a enxurrada de recursos patrocinada pelo crédito estatal e a euforia em torno da escolha do Rio como sede das Olimpíadas – até 2014, o índice FipeZap crescerá 76 %, um alta ainda maior do que a do período anterior (2004-2009), de 66 %.

² O Índice FipeZap tem limitações por ser um indicador do anúncio dos imóveis, não seu preço efetivo de venda, mas por isso mesmo ele é eficaz para a indicação das tendências do mercado. Além disso, ele oferece a série histórica mais antiga do país para o mercado imobiliário.

³ Valorização de imóveis no Brasil, *Blog RExperts*, disponível em: <http://rexperts.com.br/valorizacao-dos-imoveis-brasil-fipe-zap/>. Acesso em maio 2017.

Não é um acaso que o Rio de Janeiro tenha sido a cidade de maior crescimento imobiliário no país durante todo esse tempo, puxando a média nacional para o alto. O índice FipeZap para a venda de imóveis no município, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2014, teve uma alta real (descontada a inflação do período) de 211 %, muito acima da valorização nacional. Entre 2009 e 2010, uma pesquisa realizada pelo Ibope apontou para um crescimento dos preços no mercado nacional de 22 %, o terceiro mais acelerado do mundo (perdendo apenas para Hong Kong e Cingapura), mas no Rio a valorização foi de 27 %. Alguns bairros apresentaram elevações maiores, o que indica a seletividade dos investimentos imobiliários em determinadas áreas “nobres”. Entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010, por exemplo, um imóvel de alta renda (quatro quartos) em Ipanema subiu 126,65 %, no Flamengo havia aumentado em 79,04 % e no Leblon, 62,45 %. Outros tipos de imóveis também tiveram os preços inflados, como o de três quartos na Tijuca (valorização de 66,91 % em apenas um ano) ou São Cristovão (68,93 %). No período posterior, os índices foram ainda mais elevados: entre setembro de 2009 e o mesmo mês de 2010, os bairros de Botafogo, Copacabana e Leblon tiveram a maior alta no preço dos imóveis de toda a cidade, respectivamente de 139,76 % (apartamentos de 4 quartos), 115,23 % e 102,73 %.⁴

A tendência de alta continuaria nos anos seguintes, mas a trajetória se inverte bruscamente a partir de 2015. O segundo governo de Dilma é marcado por uma retomada da austeridade fiscal e temos um corte de cerca 4,8 bilhões no programa Minha Casa Minha Vida.⁵ As dificuldades econômicas decorrentes da queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e desaceleração do crescimento chinês começam a secar o crédito. No ano anterior, apesar de toda a estratégia de fachada realizada para a reeleição de governos municipais, estaduais e, principalmente, federal, a economia brasileira já se esgarçava: o “crescimento” do PIB naquele ano foi de 0,1 %. Os últimos trimestres já apontavam para uma recessão acobertada a qualquer custo por meio do aparato de propaganda eleitoral.

⁴ O Brasil na elite mundial, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/brasil-elite-mundial-576261/>. Acesso em jun. 2011.

⁵ Governo vai reduzir R\$ 4,8 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida, *Agência Brasil*, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/governo-vai-reduzir-r-48-bilhoes-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: maio 2017.

O desmonte de uma conjuntura econômica inflada pelo crédito e baseada no endividamento, se não já estava claro, torna-se incontestável logo após o período eleitoral. Temos um recuo no financiamento da construção imobiliária no país em 2016, um verdadeiro tombo para o programa Minha Casa Minha Vida, que sofre com uma previsão de corte de cerca de 10 bilhões.⁶ O mercado imobiliário nacional foi praticamente paralisado.

Na prática, o que observou-se no ano de 2016 foi a paralisação dos recursos - e das obras - o que levou muitas empresas aos empréstimos e às dívidas. As obras atrasaram e não foram entregues. Além disso, o mau desempenho da economia aumentou a inadimplência entre os beneficiários da Faixa 1 - em outubro, o número de devedores chegava a 25% do total dos contemplados.⁷

Os índices imobiliários já estavam em queda em 2015: a alta de preços dos imóveis teve uma desaceleração nos últimos meses de 2014 e começou a se inverter no ano seguinte. Mesmo com índice de crescimento positivo – nos últimos meses de 2014 e início de 2015 –, houve na verdade uma queda real dos preços dos imóveis, pois a alta foi inferior à inflação do período, que chegou a mais de 10 % em 2015. Neste ano, a redução real nos preços dos imóveis chegou a 8,4 % em todo o país,⁸ um tropeço que mostrava o quanto a forte valorização dos anos anteriores tinha pés de barro. No ano seguinte, também mais um recuo real, de 5,4 %.⁹ As últimas notícias apontam para uma redução no ritmo de queda, mas ainda assim uma continuidade na desvalorização real: até abril de 2017, através do FipeZap era possível notar um recuo real dos preços de 3,3 %.¹⁰

⁶ Ministro das Cidades garante que Minha Casa Minha Vida será mantido, *Portal Brasil*, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/06/ministro-das-cidades-garante-que-minha-casa-minha-vida-sera-mantido>. Acesso em maio 2017.

⁷ Previsões para Minha Casa Minha Vida e Financiamentos Caixa em 2017, *Terra*, disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/previsoes-para-minha-casa-minha-vida-e-financiamentos-caixa-em-2017,cfff77b4f8f60935a4ff604541695ffawkxpuft6.html>. Acesso em maio 2017.

⁸ Preço dos imóveis tem queda real de 8,48% em 2015, diz FipeZap, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/01/preco-dos-imoveis-tem-queda-real-de-848-em-2015-diz-fipezap.html>. Acesso em maio 2017.

⁹ Preços dos imóveis têm queda real de mais de 5% em 2016, diz FipeZap, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/precos-dos-imoveis-tem-queda-real-de-mais-de-5-em-2016-diz-fipezap.ghtml>. Acesso em maio 2017.

¹⁰ Pelo 2º mês seguido, preço médio de imóveis fica estável, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/pelo-2-mes-seguido-preco-medio-de-imoveis-fica-estavel.ghtml>. Acesso em maio 2017.

No acumulado de todo esse período, o resultado é um verdadeiro colapso imobiliário, expresso sobretudo numa publicação da instituição responsável pela medição desse mercado: um *Boletim FipeZap* de fins de 2015 alertava que os preços dos imóveis poderiam voltar no ano seguinte aos mesmos patamares de 2011.¹¹ Os próprios “especialistas” do mercado, que durante tanto tempo afugentaram a classificação da alta como uma bolha, agora admitiam a contragosto que os ganhos obtidos no período de forte crescimento poderiam ser rapidamente revertidos, alimentando “as preocupações com a saúde e sustentabilidade do mercado imobiliário”.¹² Isso é mais grave porque o mercado imobiliário nacional, apesar das desregulações patrocinadas nas últimas décadas, está longe da flexibilidade e liquidez de outros mercados. Mesmo considerado uma forma de investimento sólida e confiável, devido à garantia de um ativo quase inviolável – o imóvel propriamente dito –, o mercado imobiliário tornou-se “insustentável”.

Como não seria de estranhar, o Rio de Janeiro, que havia apresentado as maiores altas, segue a mesma dinâmica acentuada na queda: os maiores índices de desvalorização ocorreram em imóveis localizados na “cidade maravilhosa”. A partir de abril de 2015, meses antes da queda nos indicadores nacionais, a cidade já passava por um recuo nominal nos preços dos imóveis. Ou seja, não apenas sofria uma queda real nos preços dos imóveis, mas mesmo os preços nominais (ignorando-se a inflação) estavam em trajetória descendente. Num período de dois anos, entre abril de 2015 e abril de 2017, o Índice FipeZap para a venda de imóveis teve uma queda nominal de 17,8 %. Acrescentando-se a inflação no período, de pelo menos 16 %, teremos uma queda real de mais de 30 % no preço dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro! Ou seja, durante o período mais intenso de preparação para os Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro sofria um verdadeiro desmoronamento no mercado que nos anos anteriores havia sido o indicador de nosso dinamismo econômico.

¹¹ Em 2016 seu imóvel voltará ao preço de 2011, diz FipeZap, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/preco-dos-imoveis-sobe-1-em-2015-e-cai-em-2016-diz-fipezap/>. Acesso em maio 2017.

¹² Em 2016 seu imóvel voltará ao preço de 2011, diz FipeZap, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/preco-dos-imoveis-sobe-1-em-2015-e-cai-em-2016-diz-fipezap/>. Acesso em maio 2017.

Que isso pareça algo surpreendente só revela o quanto a máquina de fabricação de consensos operou de modo frenético nos últimos anos, em particular na adesão da chamada “opinião pública” ao modelo olímpico, isto é, a uma forma de gerenciamento urbano cujo centro dinâmico é a preparação da cidade a eventos internacionais através de fortes investimentos fictícios (especulativos), parcerias público-privadas e espetacularização levada ao extremo.¹³

Não é um acaso que no centro deste modelo estejam os empreendimentos imobiliários, a expansão de zonas de incorporação, a recuperação de áreas centrais abandonadas e a opção por museus assinados por arquitetos de grife. O modelo olímpico importado pelo Rio era parte de uma estratégia efêmera muito mais ampla, nacional. A expansão imobiliária e a concentração de grandes programas na produção urbana (os dois principais voltados à moradia e à infraestrutura, MCMV e PAC) não foram resultados de um ciclo econômico virtuoso, mas mecanismos necessários para alavancar a ficcionalização de riqueza do período de crédito farto gerado pela bolha das *commodities*. A face meramente externa do *boom* do governo Lula (o empenho do agronegócio e das mineradoras em destruir os ambientes naturais para conseguir saldos recordes na balança comercial) foi “completada” por uma política interna de inversões especulativas na produção do espaço urbano durante o governo Dilma. Formou-se uma expectativa de retorno, a médio prazo, de grandes investimentos que, antes mesmo de inaugurados, já estavam arruinados.

A ilusão compactuada pelo Estado, pela grande imprensa, pelos investidores e até mesmo por grande parte dos intelectuais e da esquerda em torno do crescimento da Era Lula, deve-se ao fato de que, necessariamente, a produção urbana tem uma aparência palpável muito material, que embaralha a análise econômica na hora de diferenciar o que é economia real e ficcionalização de riqueza. A superficialidade física de avenidas, túneis, museus e conjuntos habitacionais pesa para uma avaliação

¹³ “No Rio, mas também em cidades que vivenciam de forma menos intensa esse tipo de reestruturação, o abandono de prioridades por parte dos governos, em seus vários níveis, não deixa de ser sentido pela população, mas esse tipo de incongruência tende a perder visibilidade quando ignorado pelo otimismo político oficial e pela insensibilidade interessada das empresas de mídia. Mais do que isso, o projeto olímpico é apresentado como uma espécie de ‘sonho coletivo’ que, em seguida, dissemina-se na sociedade a ponto de produzir uma imagem positiva unificadora, um verdadeiro consenso em relação a sua pretensa necessidade” (BARREIRA, 2013: 142-143).

materialista vulgar dos seus impactos econômicos. Contudo, boa parte dos investimentos realizados em infraestrutura urbana hoje são nada mais do que empreendimentos especulativos, mera inversão de excesso de capital que objetiva multiplicar a massa monetária sob a forma de capital fictício. Capitalização no sentido preciso do termo, não acumulação de capital via valorização. Mais do que um ciclo de crescimento real, a alta da economia brasileira nesse período – e da cidade do Rio de Janeiro como um dos seus motores – foi fruto de um processo de coordenação financeira em torno dos ganhos de rendimentos com a propriedade imobiliária.¹⁴

Uma das estratégias, já nos primeiros anos do governo Lula, foi construir mecanismos financeiros capazes de aproveitar as potencialidades contidas no baixo nível de desenvolvimento do mercado imobiliário brasileiro. Dando continuidade à política de flexibilização da Era FHC, o governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores iniciou um processo amplo: (1) de facilitação da circulação de imóveis (alterou e agilizou, por exemplo, a lei de despejos), (2) de estímulo à forma hipotecária de financiamento (algo então quase desprezível no Brasil), (3) de criação de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) – o que envolveu a alienação de ativos imobiliários de empresas estatais – e até mesmo a (4) instituição do Sistema de Financiamento Imobiliário, em 2004, que criou a securitização do mercado nacional. Embora os resultados tenham sido tímidos pelo fato de a maior parte dos financiamentos continuar sendo realizada pelo Estado, isso abriu a oportunidade inédita para investidores internacionais acessarem o mercado imobiliário brasileiro. Uma reportagem de periódico econômico, em 2010, dava conta exatamente dessa nova fase do mercado de terras urbanas no Brasil:

É a primeira vez que o mercado brasileiro, tradicionalmente acanhado e pouco pujante para os padrões internacionais, assume uma posição de destaque no cenário

¹⁴ “A especulação financeira e, no centro dela, a capitalização baseada na propriedade imobiliária, não deve ser vista meramente como uma forma sofisticada que o capitalismo encontra para sobreviver, como uma ferramenta entre outras de formação e resolução de crises. As crises constantes, cada vez mais comuns, de frequência acelerada e de destruição amplificadas não podem nos levar à conclusão fácil de que o próprio sistema de produção imobiliária contribui para a solução das crises. Há algo mais grave aí e que precisa ser teoricamente enfrentado: a mistura das formas de capital não significa uma sofisticação de ferramentas para os novos tempos. A produtividade necessária à manutenção do sistema (geração de lucro) cada vez mais é substituída por formas improdutivas, simulação de riqueza (juros e renda). A ilusão de que isso possa ser uma forma nova de reprodução capitalista não revela apenas um mecanismo de afastamento subjetivo dos perigos sociais, mas principalmente uma incompreensão teórica dos fundamentos do capitalismo” (BOTELHO, 2016).

global. Diversos fundos estrangeiros passaram a investir em imóveis no Brasil nos últimos anos, como o Abu Dhabi Investment Authority, maior fundo soberano do mundo, e a gestora britânica Autonomy.¹⁵

Uma representação dessas oportunidades especulativas abertas pelo Brasil foi a concessão do título de *investment grade* à cidade do Rio de Janeiro em 2010. A agência de rating *Moody's* elevou as notas de avaliação do município justificando principalmente o “forte histórico de desempenho financeiro”.¹⁶ Pouco tempo depois, outra conquista para fomentar ainda mais a especulação imobiliária em nosso quintal: em janeiro de 2011, o Rio de Janeiro recebia o prêmio de melhor cidade arquitetônica do mundo pela revista inglesa de *design* e arquitetura *Wallpaper*, graças aos projetos em andamento na cidade.¹⁷

Não deixa de ser irônica a lembrança de que as mesmas empresas de classificação de risco que premiavam o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro também haviam apostado nos pacotes de hipotecas *subprime* como bons investimentos, na década anterior, nos Estados Unidos. Agora se repetia o mesmo erro de avaliação, facilmente explicado tanto pela ilusão em torno da sustentabilidade das obras em curso quanto pela natureza sempre momentânea dos juízos do mercado financeiro. Poucos anos depois do furor com que anunciavam essa nova fronteira para o mercado financeiro mundial, o Rio de Janeiro afundava numa crise econômica inédita. Um dos primeiros sintomas disso, antes mesmo do término das obras para o Jogos Olímpicos – anunciado pelos mais pessimistas como o limite para a euforia em nossa municipalidade –, foi a explosão do desemprego.

¹⁵ O Brasil na elite mundial, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/brasil-elite-mundial-576261/>. Acesso em jun. 2011.

¹⁶ Cidade do Rio recebe grau de investimento, *Jornal Extra*, disponível: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cidade-do-rio-recebe-grau-de-investimento-19347.html>. Acesso em maio 2017.

¹⁷ Wallpaper: Rio é eleita a melhor cidade do mundo, *Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*, disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/wallpaper-rio-e-eleita-a-melhor-cidade-do-mundo>. Acesso em maio 2017.

2. Ilusionismo urbano e desemprego em alta

Quando o Rio de Janeiro foi escolhido pelo Comitê Olímpico para sediar os Jogos, a conquista não deixou de ser louvada por lideranças políticas, intelectuais e mesmo pela grande imprensa como a coroação do momento de bonança da economia brasileira, como resultado da consolidação do Brasil como país que ingressava no primeiro escalão internacional e como uma espécie de chancela do consenso lulista como forma acertada de governo.

No discurso de candidatura do Brasil aos Jogos, o então presidente Lula disse que o Brasil vivia um momento “excelente, com uma economia organizada e pujante”.¹⁸ Comparando o país com a Coréia do Sul, o secretário-geral do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Roberto Osório, argumentou que a conquista dos Jogos simbolizava o ingresso do país no rol das grandes nações, projetava a “Marca Brasil” no mundo e era uma oportunidade para a continuação do “rápido crescimento da economia”: “Nós vemos os Jogos Olímpicos como uma parte estratégica do crescimento da economia brasileira, e como uma festa reveladora para o país, para apresentar sua nova face para o mundo”.¹⁹ Eduardo Paes, filiado ao partido responsável pelo *impeachment* de Dilma, não deixou de reconhecer a importância dos presidentes anteriores durante a realização do evento.²⁰

Entretanto, a partir de 2015, quando a economia brasileira já exibia as dificuldades incontestáveis de uma crise duradoura, o “vigor” da economia na “cidade maravilhosa” não deixou de ser apresentado como uma diferença marcante em relação ao resto do país.

¹⁸ Dilma não aproveitou o potencial das Olimpíadas, diz ex-ministro do Esporte, *UOL*, disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/08/05/dilma-nao-aproveitou-o-potencial-das-olimpiadas-diz-ex-ministro-do-esporte/>. Acesso em maio 2017.

¹⁹ Como o Rio conseguiu ser sede da Olimpíada de 2016. *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/como-rio-conseguiu-ser-sede-olimpiada-2016-593831/>. Acesso em maio 2017.

²⁰ Eduardo Paes: “Seria injusto não reconhecer o papel de Lula e Dilma na Olimpíada”, *El País*, disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/22/politica/1471902803_731026.html. Acesso em maio 2017.

Cerca de um ano depois, já na discussão sobre o “legado”, Marcelo Neri, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e uma espécie de porta-voz oficial do discurso sobre a “nova classe média”, concluía que o Rio de Janeiro, diferente de um Brasil em dificuldades, apresentava fortes índices de crescimento e superava a longa crise supostamente resultante da extinção do Estado da Guanabara. Entre os principais indícios de uma melhora nas condições sociais do Rio Olímpico estariam a alta na renda do trabalho, a diminuição da pobreza e evolução em setores como habitação, educação e serviços públicos.²¹

O levantamento de índices realizado por cientistas cegos para as contradições sociais carecem mais de rigor do que a amnésia midiática. Elogiar os ganhos de renda para o trabalhador carioca sem contrapor à gigantesca alta no custo de vida na cidade do Rio de Janeiro é seletividade e frieza estatística. A própria Fundação Getúlio Vargas demonstrou, em 2015, como a inflação no Rio de Janeiro se destacava acima da média nacional: “A partir de 2012 a inflação carioca começa a superar a média das capitais, o que se mantém nos últimos três anos”, afirmou um pesquisador da fundação.²² Contava para isso também a alta elevada nos preços dos imóveis, como visto há pouco. Enquanto investidores e parte da classe média se jactavam com a valorização desenfreada de seus “ativos” imobiliários, o efeito imediato disso era encarecimento do custo de vida, que não deixava de afetar a própria classe média, preterida durante anos diante de uma política econômica dividida entre a parceria com as elites econômicas e as políticas compensatórias de redução da miséria.

Enquanto a opinião pública comemorava as medalhas olímpicas conquistadas nos campos e pistas da Zona Norte e nas lagoas da Zona Sul, os números da violência cotidiana explodiam, houve piora no tratamento de esgotos do município (FGV, 2017: 40), o tempo de deslocamento no transporte aumentou – apesar das “grandes obras de mobilidade” – e mesmo com toda publicidade envolvendo os programas habitacionais

²¹ ‘O Rio sofreu uma transformação em sete anos’, diz Marcelo Neri, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-rio-sofreu-uma-transformacao-em-sete-anos-diz-marcelo-neri-2-19832256>. Acesso em maio 2017.

²² Com Olimpíadas, inflação no Rio é a mais alta do Brasil, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/com-olimpiadas-inflacao-no-rio-e-a-mais-alta-do-brasil/>. Acesso em maio 2017.

construídos em parcerias da Prefeitura com o governo federal, a população de rua triplicou entre 2013 e 2016.²³

Durante anos, a imprensa seguiu o discurso oficial dos organizadores dos Jogos Olímpicos, apontando que estes eram grandes geradores de emprego, ainda que uma parte deles temporários. O comitê organizador divulgava, em março de 2015, que 80 mil empregos temporários seriam criados com o evento.²⁴ Nas vésperas dos Jogos, um portal oficial do governo federal anunciava que 4.080 novos postos de trabalho seriam gerados somente em turismo no mês do evento.²⁵ Essa foi a ilusão mais forte construída em torno das Olimpíadas, porque vinculava diretamente o Olimpo esportivo ao cidadão comum que teria uma oportunidade aberta em um emprego direto ou indireto, exatamente num momento em que a taxa de desemprego em todo Brasil avançava fortemente. Em 2014, a taxa de desemprego havia fechado em 6,5 % no país, segundo o IBGE; em 2015 já encerrava o ano com 9 % e em 2016 atingiu o patamar de 12 %.

Entretanto, o Rio de Janeiro, durante anos considerado uma “cidade do pleno emprego”, não estava longe dessa realidade nacional. Seguindo a euforia dos Jogos e se aproveitando dos últimos resquícios do “espetáculo de crescimento” da bolha da *commodities*, o município do Rio de Janeiro ostentou a menor taxa de desemprego entre o fim do ano de 2014 e o segundo trimestre de 2015. Oscilando entre 4,4 % e 4,2 % de desocupados, foi a menor taxa do município nos últimos anos. A partir dali, exatamente no momento em que houve maior incremento nas obras dos Jogos Olímpicos, quando pelo menos 30 mil trabalhadores estavam empregados diretamente em obras para o evento, a taxa de desemprego subiu vertiginosamente, atingindo rapidamente 7,3 % no segundo trimestre de 2016 e fechando este ano com 10,4 % de desempregos. Em menos de três anos, a população desempregada da cidade saiu de um mínimo de 132

²³ População de rua do Rio triplica em três anos e faltam vagas em abrigos, *CBN*, disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2017/01/16/POPULACAO-DE-RUA-DO-RIO-TRIPLICA-EM-TRES-ANOS-E-FALTAM-VAGAS-EM-ABRIGOS.htm>. Acesso em maio 2017.

²⁴ Rio 2016 vai gerar 80 mil empregos temporários, revela comitê organizador, *Globoesporte*, disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2015/03/rio-2016-vai-gerar-80-mil-empregos-temporarios-revela-comite-organizador.html>. Acesso em maio 2017.

²⁵ Olimpíada deve gerar 4.080 postos de trabalho no Rio, *Portal Brasil*, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/07/olimpiada-deve-gerar-4-080-postos-de-trabalho-no-rio>. Acesso em maio 2017.

mil para chegar a 354 mil desempregados (FGV, 2017: 16-17). Embora ainda com uma média menor do que do restante do país – a cidade é marcada por uma tradição de subemprego e trabalho por conta própria que mascara as taxas de desocupação na cidade –, o Rio de Janeiro apresentou um ritmo de crescimento maior do desemprego. A ilusão foi desfeita muito rapidamente, um ano antes da realização da festa que deveria ter representado a maioria de nossa sociabilidade urbana.

3. De volta para o passado: endividamento e redução de receitas municipais

O decréscimo do desemprego na cidade do Rio de Janeiro, até o início de 2015, não foi parte de uma política econômica coerente capaz de arregimentar a sociedade para o emprego estável, duradouro e para um mercado consumidor sustentável. Isso foi pura ilusão criada durante o consenso lulista, que envolvia inclusive anteriores inimigos políticos nas esferas estaduais e municipais.²⁶ A base dessa quase unanimidade política em torno do bom andamento do país – já que em questões econômicas raramente temos a pura representação pairando sobre os processos sociais – foi a abundância de crédito e, como sua face mais evidente, o endividamento generalizado. Isso foi pouco discutido nesse período de “espetáculo do crescimento”, inclusive o contrário era anunciado como parte da bonança econômica: segundo os apologetas do lulismo e seus correligionários em vários partidos, na imprensa e na universidade, o país estava reduzindo suas dívidas.

É claro que a era Lula, graças exatamente à liquidez obtida nos mercados internacionais de *commodities*, esteve longe de se caracterizar por uma explosão do endividamento total como foi o período anterior de FHC. Contudo, os anúncios de uma anulação da dívida externa e de sustentabilidade dos gastos públicos foram todos exagerados. É

²⁶ Eduardo Paes foi um dos principais protagonistas das investigações que apuravam as denúncias envolvendo o mensalão petista, como subrelator da CPI dos Correios enquanto deputado do PSDB. Na ocasião, o futuro prefeito do Rio chamou Lula de “chefe da quadrilha” e de “psicótico”. Poucos anos depois, em 2008, Lula já participava de sua campanha eleitoral, quando foi candidato pelo PMDB. Ao longo das duas administrações de Eduardo Paes na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, fizeram parte de sua equipe também Índio da Costa, Carlos Osório e Jandira Feghali, candidatas à prefeitura do Rio quando Paes tentou a sucessão através de Pedro Paulo. A falência da economia nacional e o desmonte do modelo olímpico levou à ruptura do consenso e à fragmentação política.

possível acompanhar a trajetória da dívida pública total brasileira e perceber que, atingindo um patamar equivalente ao de 60,4 % do PIB no final do governo FHC, o mais elevado até então, os anos seguintes não apresentam reduções significativas. É verdade que chegamos a 51,8 % do PIB, no final de 2010, mas isso não foi uma trajetória rigorosa de redução de endividamento, pois no ano anterior já havia sido atingido o elevado nível de 61,1 %. Os meses e anos seguintes seriam de ampliação da dívida pública nacional, que se acentua com o declínio das taxas de crescimento da economia brasileira. Em maio de 2016, quando assume o novo governo durante o processo de *impeachment*, a dívida pública bruta nacional atinge o recorde de 67,7 %, continuando a crescer nos meses seguintes com o recrudescimento da austeridade econômica.

É correto dizer que a taxa de endividamento da economia nacional é baixa comparada aos países centrais, que em sua imensa maioria ultrapassam 100 % do PIB. Mas aí precisaríamos torcer elementos explicativos para negligenciar exatamente os efeitos disso numa economia periférica, como os juros elevados e o estrangulamento de gastos com o serviço da dívida. Esse não é nosso tema aqui, cujo objetivo é apenas demonstrar os rumos de um endividamento que, temporariamente controlado graças às reservas internacionais – que chegaram a ultrapassar a dívida total em moeda estrangeira –, voltou a crescer ao fim do ciclo de alta das *commodities*, já tendo espasmos durante o próprio *boom*. Na verdade, a única parcela da dívida sob controle foi a do endividamento externo, pois enquanto foi possível segurá-la graças à forragem da economia com divisas estrangeiras, a dívida interna brasileira explodiu. E as medidas tomadas pelo governo federal, mesmo durante o período de crescimento da Era Lula, foram decisivas nessa explosão: entre 2006 a 2009, a dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) aumentou em 28,6 % e, comparando-se 2009 a 2017, esse fração do endividamento federal se ampliou em 131 %.²⁷

Também a cidade do Rio de Janeiro percorreu uma trilha de rápido endividamento durante esse período, agravado aqui em virtude da necessidade dos compromissos assumidos para a preparação para os Jogos Olímpicos. Contudo, essa face da economia

²⁷ Todas os índices de dívida pública foram obtidos em informativos e séries do Banco Central, principalmente no endereço <http://www.bcb.gov.br/htms/Infocon/seriehistDBGGFC.asp>. Acesso em maio de 2017.

municipal foi durante muito tempo escamoteada, seja pelo “grau de investimento” atribuído por agências de classificação de risco ou pela blindagem política em torno da gestão municipal do período de preparação dos Jogos, que parecia incólume até mesmo às denúncias de corrupção envolvendo empreiteiras responsáveis por grande parte de suas obras.

É verdade que poucos meses antes do processo eleitoral de 2012, veio a público um relatório da Secretaria de Fazenda do município que previa para 2017 uma explosão do serviço municipal com a dívida: o comprometimento orçamentário com o pagamento de empréstimos seria quatro vezes maior depois do fim do sonho olímpico.²⁸ Entretanto, como se tratava de uma notícia às vésperas das eleições e foi utilizada por candidatos opositores,²⁹ o terremoto fiscal foi rapidamente negligenciado pela chamada “opinião pública”.

Também quando recebeu o título de *investment grade*, em 2010, a grande imprensa teve que colocar em funcionamento sua máquina de fabricação de consensos para afugentar fatos dissonantes diante da grande conquista municipal. Três meses antes da titulação dada pela agência *Moody's* e quatro meses antes da conferida pela agência *Fitch*, a prefeitura do Rio obteve um empréstimo de um bilhão de dólares junto ao Banco Mundial. Na ocasião da concessão do empréstimo, Makhtar Diop, diretor do Banco Mundial, em meio a diversos elogios protocolares à “cidade maravilhosa”, salientou que “esse acordo dará à cidade ainda mais competitividade fiscal, que ajudará o Rio a tirar ainda mais proveito de seu potencial”. Aqui fica evidente o aparato de inversões lógicas operado pela cultura econômica: como a ampliação do endividamento municipal poderia ser representada sob a forma de “competitividade fiscal”?³⁰

Esse empréstimo internacional obtido pela cidade de certo modo comprova, por via negativa, os argumentos utilizados por Manuel Castells, Jordi Borja (1996) e mesmo

²⁸ Prefeitura do Rio prevê uma dívida quatro vezes maior em 2017, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/prefeitura-do-rio-preve-uma-divida-quatro-vezes-maior-em-2017-5544348>. Acesso em maio 2017.

²⁹ Otavio Leite pede auditoria na dívida da prefeitura do Rio, *O Globo*, <https://oglobo.globo.com/brasil/otavio-leite-pede-auditoria-na-divida-da-prefeitura-do-rio-5559547>.

³⁰ “Prefeitura e Banco Mundial formalizam empréstimo de R\$ 1,9 bilhão para investimentos na cidade”, *Secretaria Municipal de Fazenda*, 20 ago. 2010. Disponível em: <http://portal5.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?article-id=1058226>. Acesso em: jan. 2013).

Saskia Sassen (1993) de que as cidades se transformaram em “atores políticos” fundamentais na arena internacional, ultrapassando até mesmo a escala nacional ao lidar diretamente com instituições e agentes externos: as necessidades do financiamento espetacular dos megaeventos exigia fontes de recursos para além de território nacional.

Passados alguns anos dessa liberação de recursos por parte do Banco Mundial, Eduardo Paes esteve às voltas com o problema das receitas municipais e à frente da reunião de prefeitos, regularmente realizada em Brasília (Frente Nacional de Prefeitos), para reclamar junto ao Ministério da Fazenda uma ampliação da margem de endividamento dos municípios.³¹ Uma de suas propostas insistia que os municípios respondessem à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que representaria a ampliação de gastos acima das receitas muito além de uma medida provisória de 1999, que regulava até então as dívidas das prefeituras.³²

Não foi nenhum raio em céu azul que, encerrada a cerimônia de despedida dos Jogos Olímpicos de 2016, a imprensa já começasse a apontar as dificuldades financeiras municipais – não era mais possível segurar a tampa de uma panela fiscal sob forte pressão financeira. Dias depois do fim dos jogos, reportagem da *BBC Brasil* questionava o legado econômico e os gastos públicos para a realização do evento, entretanto, a prefeitura continuava a repetir a ladainha do “endividamento sob controle”.³³ Em setembro de 2016, menos de um mês após o fim dos Jogos, já era noticiado que o tão prestigiado VLT, ícone futurista da “cidade do amanhã”, corria o risco de paralisação

**“... os investimentos
infraestruturais
realizados na cidade do
Rio de Janeiro não
resultaram em abertura
de novas oportunidades
de negócios na cidade,
mas promoveram a
ampliação da capacidade
instalada no município e
uma piora na utilização
de equipamentos
públicos e privados.”**

³¹ Paes defende aumento de endividamento dos municípios, Revista Exame, disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/paes-defende-aumento-de-endividamento-dos-municipios/>. Acesso em maio 2017.

³² Paes propõe que endividamento de municípios siga limites da LRF, *Jornal Extra*, disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/paes-propoe-que-endividamento-de-municipios-siga-limites-da-lrf-6599709.html?versao=amp>. Disponível em maio 2017.

³³ Qual deve ser o impacto da Olimpíada para a economia do Rio?, *BBC Brasil*, disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37171467>. Disponível em maio 2017.

diante do atraso de repasses da prefeitura para a empresa de manutenção dos bondes.³⁴ O problema se acumula desde então, ultrapassando uma dívida de 100 milhões de reais, em fevereiro de 2017.

Também algumas das obras que foram regularmente citadas como “legado” para a cidade haviam sido interrompidas – durante os Jogos, para não atrapalhar a circulação na cidade, os canteiros tinham sido desmontados. Foi o caso da Transbrasil, o principal corredor viário de ônibus da cidade, que seria construído sobre a via mais movimentada de todo o município.³⁵ Até mesmo a blindagem política do então prefeito começou a ser desfeita com o fim da entrega de medalhas, pois no último mês de sua administração, Eduardo Paes foi obrigado a se defender de acusações de corrupção proferidas por testemunhas da Operação Lava-Jato.³⁶ Nos meses seguintes, não faltaria o seu nome no noticiário em denúncias sobre o recebimento de caixa-dois, propinas e superfaturamento nas obras das Olimpíadas.³⁷

O resultado lógico de toda essa desconstrução de uma unanimidade política e econômica é o gravíssimo estado das contas públicas municipais. Conforme já anunciado por aquele relatório da Secretaria de Fazenda do município, em 2012, o orçamento de 2017 da Prefeitura do Rio foi duramente impactado pelo serviço da dívida. As contas recentes foram atualizadas por um estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre a situação do município: enquanto em 2016 as receitas municipais destinaram 837 milhões de reais para o pagamento de dívidas, em 2017 essa parcela aumentou para 1,16 bilhão, um salto de 40 % (FGV, 2017: 26). A ampliação de compromissos com credores não é apenas grave pelo seu aumento em termos absolutos – coincidência do encerramento de uma série de prazos, eles revelam bem o caráter ficcional de todo o crescimento da economia

³⁴ Alstom dá ultimato a Paes: se não receber, suspenderá manutenção do VLT, *O Globo*, disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/alstom-da-ultimato-paes-se-nao-receber-suspendera-manutencao-do-vlt.html>. Acesso em maio 2017.

³⁵ Obras do BRT Transbrasil estão paradas desde a olimpíada do Rio, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/obras-do-brt-transbrasil-estao-paradas-desde-a-olimpiada-do-rio.ghtml>. Acesso em maio 2017.

³⁶ Delator da Odebrecht cita caixa dois para Pezão, Paes, Lindbergh e Garotinho, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delator-da-odebrecht-cita-caixa-dois-para-peza-paes-lindbergh-garotinho-20623985>. Acesso em maio 2017.

³⁷ Eduardo Paes recebeu R\$ 15 milhões em propina pela Olimpíada, segundo delação, *Terra*, disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/11/eduardo-paes-recebeu-r-15-milhoes-em-propina-pela-olimpiada-segundo-delacao/>. Disponível em maio 2017.

municipal, isto é, mera “antecipação de ganhos futuros” e “adiamento de dívidas correntes”.

Enquanto, em 2016, o valor total do orçamento comprometido com o pagamento da dívida interna e externa da administração direta era de R\$ 837 milhões, em 2017, o valor passa a ser R\$ 1,16 bilhão, quase 40% maior. Desse montante, aproximadamente 56% correspondem a contratos firmados entre a Prefeitura e o BNDES, principalmente para construção das várias linhas de BRTs, um montante de R\$ 647 milhões.

Comparando-se o ritmo de pagamentos nota-se que há uma sobrecarga para o período atual, que terá de arcar com R\$ 3,3 bilhões no espaço de 4 anos, enquanto que, de 2011 até 2016, o município pagou R\$ 868 milhões.

(...).A situação de deterioração da economia do município tem impacto direto sobre a vida dos cariocas. O aumento do desemprego e a redução da massa salarial implicam em uma renda média menor da população. A tendência é a de que, uma vez com renda menor, as pessoas comecem a utilizar mais os serviços públicos. Desta forma, a população pode passar a depender mais da rede de serviços e de proteção social do município. Por exemplo, cidadãos que até então possuíam planos de saúde e cujos filhos estudavam em escolas particulares podem passar a procurar atendimento médico municipal, assistência social e escolas públicas (FGV, 2017: 26-28).

Também conta para a piora das condições sociais o fato de que, passado o efeito efêmero dos Jogos, a receita municipal terá uma forte compressão, caindo de 28,5 bilhões de reais (2016) para 26,3 bilhões (2017), o mesmo patamar de 2012. Esse resultado é ainda mais expressivo porque há anos a cidade do Rio de Janeiro tem operado em déficit, portanto, diferente de todo o palavreado que compara o bom desempenho da cidade diante do governo estadual, há um risco de forte contingenciamento de receitas para os próximos meses e anos, o que pode levar ao atraso de salários de funcionários e ao corte de serviços públicos.³⁸ A mesma grave situação estadual, que foi parcialmente compensada nos últimos dois anos pela transferência de serviços para a Prefeitura do Rio, pode se alastrar pela cidade do Rio de Janeiro – e isso já foi indicado pelo novo prefeito.³⁹

³⁸ Isso é ainda mais surpreendente se lembrarmos que no último ano da administração de Paes, a Prefeitura passou a cobrar IPTU de dezenas de milhares de imóveis que até então estavam isentos. Essa ampliação da base de arrecadação de um dos principais impostos municipais não foi suficiente para compensar a perda de receita.

³⁹ Crivella: prefeitura do Rio pode não ter como pagar funcionalismo em setembro, Agência Brasil, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-04/crivella-prefeitura-do-rio-pode-nao-ter-como-pagar-funcionalismo-em>. Acesso em maio 2017. Obras faraônicas e gastos desnecessários põem Rio no precipício, *Terra*, disponível em: <http://www.jb.com.br/opiniao/noticias/2017/04/25/obras-faraonicas-e-gastos-desnecessarios-poem-rio-no-precipicio/>. Acesso em maio 2017.

4. Conclusões

Não são apenas as contas públicas que apontam para uma falência do modelo olímpico. Se a explosão da taxa de desemprego já a demonstra, seria preciso acrescentar que os investimentos infraestruturais realizados na cidade do Rio de Janeiro não resultaram em abertura de novas oportunidades de negócios na cidade, mas promoveram a ampliação da capacidade instalada no município e uma piora na utilização de equipamentos públicos e privados.

Não é preciso apelar para os exemplos intermináveis de instalações esportivas, equipamentos de lazer e ao próprio Parque Olímpico, abandonados ao fim do evento.⁴⁰ São os impactos econômicos negativos do volume exorbitante de investimentos, realizados no período de crédito farto e endividamento, que são agora percebidos pela economia privada em nossos limites municipais. Já durante o evento principal realizado na cidade, o setor de turismo anunciava os efeitos de uma recessão econômica duradoura: mesmo com a ocupação plena durante as semanas das Olimpíadas, o setor de hotelaria da cidade absorvia o impacto de uma ampliação de 50 % de sua oferta de quartos em apenas seis anos. A ampliação da infraestrutura hoteleira ociosa seria inevitável, o que se agravaria com a entrada de 100 novos hotéis no mercado carioca, que ainda estavam em construção enquanto os Jogos se realizavam.⁴¹

Os investimentos em moradia desaceleraram assim que as inaugurações do mercado imobiliário encontraram dificuldades para encontrar novos consumidores. Apesar dos recordes registrados na venda imediata de lançamentos imobiliários no passado, os apartamentos sem compradores estão se acumulando nas carteiras das incorporadoras, entre eles os milhares de novas unidades colocadas no mercado com a inauguração da

⁴⁰ Legado da Rio 2016 é colocado em xeque com a crise, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/legado-da-rio-2016-e-colocado-em-xeque-com-a-crise/>. Acesso em maio 2017.

⁴¹ Para hotelaria, legado olímpico será excesso de quartos, *Wall Street Journal*, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/para-hotelaria-legado-olimpico-sera-excesso-de-quartos-1470196994?tesla=y>. Acesso em maio 2017.

Vila Olímpica na Barra da Tijuca.⁴² Com o colapso dos preços, muitos empreendimentos interromperam suas obras e outros foram cancelados.

Também as tão enaltecidas obras na área portuária do Rio de Janeiro, consideradas pela prefeitura como um dos principais legados urbanos dos Jogos, têm se mostrado um enorme fiasco devido à superoferta de escritórios. O conjunto de cinco torres anunciado por várias empreiteiras sob a denominação de *Trump Towers* (de propriedade do atual presidente norte-americano), sequer saíram do papel em virtude do excesso de oferta registrado no local. Em 2015, um ano antes da inauguração do tão prestigiado *Boulevard Olímpico* na Zona Portuária, o mercado imobiliário já havia reduzido os investimentos em virtude da capacidade excedente disponível na área em processo de “revitalização”: com 22 % dos escritórios na área portuária vazios, obras paralisaram e novos empreendimentos foram cancelados com a perspectiva de agravamento da capacidade não utilizada: “Nós imaginávamos que esta crise ocorreria só depois das Olimpíadas em 2016”, afirmou um representante do setor imobiliário, “mas está acontecendo agora, pondo em questão as apostas agressivas feitas em projetos que visavam os Jogos Olímpicos”.⁴³ Até mesmo o ritmo de financiamento através do mercado de títulos imobiliários – grande motor para a recuperação urbanística da área portuária através dos Certificados do Potencial Adicional de Construção (CEPACs)– mostrou-se muito abaixo do que havia sido planejado pela administração pública, que comparece sempre para compensar as perdas financeiras através do uso privado do orçamento estatal.

Ao oferecer títulos ao mercado em 2016, quando a Cdurp [Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro] reivindicou cerca de R\$ 1,2 bilhão para mais uma fase de obras, o Fundo Porto Maravilha não encontrou compradores. Com papéis sem investidores interessados, o fundo se declarou ilíquido e não pôde repassar o montante à Prefeitura. Ao longo dos anos, segundo dados da Cdurp, a quantidade de Cepacs que de fato foram realizadas em licenciamento de obras – sua função inicialmente estabelecida –, é bastante inferior ao que havia sido inicialmente planejado nos estudos de viabilidade. Assim, um instrumento idealizado para financiar

⁴² Projetos imobiliários impulsionados pelos Jogos frustram investidores, *Wall Street Journal*, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/projetos-imobiliarios-impulsionados-pelos-jogos-frustram-investidores-1470196992>. Acesso em maio 2017.

⁴³ Com mira nas Olimpíadas, mercado imobiliário do Rio já aparenta ressaca, *UOL*, disponível em: <http://m.noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2015/11/14/com-mira-nas-olimpiadas-mercado-imobiliario-do-rio-ja-aparenta-ressaca.htm>. Acesso em maio 2017.

a revitalização da região portuária vem sendo usado frequentemente para especulação financeira.

Com as obras de revitalização do Porto necessitando de financiamento, a Prefeitura, no ano passado, recorreu a estratégias emergenciais para dar continuidade aos investimentos (...).

O problema da reaquisição de Cepacs pela Cdurp e Prefeitura, como forma de pagamento, é que a venda dos títulos será realizada por um preço superior ao preço que o mercado está disposto a pagar.

Em síntese, o Porto Maravilha tem, em sua engenharia financeira, apresentado indícios de problemas estruturais e, como um todo, deve passar por uma avaliação conjunta da atual administração, da Comissão de Valores Imobiliários e da Caixa Econômica Federal (FGV, 2017: 46-47).⁴⁴

O próprio Porto do Rio de Janeiro, ampliado recentemente em sua capacidade de operação de cargas,⁴⁵ tornou-se um exemplo singular de instalação ociosa em todo o Brasil: apresentando uma queda em operação maior do que os demais terminais portuários, hoje contribui para uma ociosidade que atinge a média de 80 % para o setor em todo o país.⁴⁶

Até mesmo para uma cidade que há muito não é exemplo por sua atividade industrial, o Rio tornou-se um dos contribuintes para a crise do mercado de *commodities* que pôs fim à ilusão de crescimento nacional. A *Companhia Siderúrgica do Atlântico*, notoriamente conhecida pelos impactos sociais e ambientais provocados na zona oeste do Rio – inaugurada em 2010 como o maior empreendimento privado realizado no país (não sem uma série de subsídios públicos) –, nunca operou com seu volume de produção total. Sendo uma das maiores siderúrgicas das Américas, a sua entrada no mercado

⁴⁴ O que já havia sido realizado desde o princípio, o subsídio estatal ao projeto de revitalização do Porto, via compra dos títulos pela Caixa Econômica Federal, volta a ocorrer através do orçamento municipal. Sobre o início desse processo ver BOTELHO (2013). Veja também as mudanças no projeto de ocupação do Porto anunciados pela Prefeitura, ver Rio muda estratégia para estimular moradias na Zona Portuária, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-muda-estrategia-para-estimular-moradias-na-zona-portuaria-1-20037887>. Acesso em maio 2017.

⁴⁵ Dilma inaugura primeira fase de ampliação do Porto do Rio, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/dilma-inaugura-primeira-fase-de-ampliacao-do-porto-do-rio.html>. Acesso em maio 2017.

⁴⁶ “A perda de mercado do Porto do Rio é explicada por uma combinação de fatores. Os portos públicos vêm perdendo participação em contêineres para novos terminais privados criados após a lei de 2013 que facilita a instalação de portos privados, mas o Rio vem caindo mais. O nível de ociosidade média fica na faixa dos 80%, segundo o sindicato dos operadores portuários. Muitos dos novos portos são especializados em contêineres — nos quais são transportados produtos de maior valor agregado — com estrutura verticalizada, que facilita a negociação com armadores e tem vantagens em custos trabalhistas.” (Movimento no Porto do Rio cai três vezes mais que a média nacional, *O Globo*, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/movimento-no-porto-do-rio-cai-tres-vezes-mais-que-media-nacional-21115030>. Acesso em maio 2017).

ampliou ainda mais o excesso de oferta de aço no mercado mundial,⁴⁷ razão que a torna um elefante-branco para o mercado.⁴⁸

Esse conjunto de informações está longe de indicar que os Jogos Olímpicos foram uma “oportunidade perdida” pelo Rio de Janeiro, como agora os ufanistas de ontem e a imprensa irrefletida de sempre gostam de apontar.⁴⁹ Pelo contrário, como é típico da natureza da sociedade capitalista, foram as oportunidades criadas pelos investimentos olímpicos e aqueles que giraram ao seu redor que ampliaram as condições econômicas para retomar a crise em um patamar mais elevado. A crise estrutural do capitalismo, em sua manifestação local, foi agravada pelo excesso de capacidade produzida pelos investimentos especulativos com os Jogos. É próprio a uma condição de superacumulação monetária que a liquidez abundante seja transformada em investimentos, aparentemente produtivos por sua natureza física, mas que se revelam sem fundo pelo fato de que são baseados na antecipação de riqueza futura; servem à mera circulação de capital em excesso sob a forma monetária e, quando mobilizam o mercado imobiliário, aproveitam para se multiplicar através de rendimentos não-produtivos (juros, renda etc.).

Aqui tomamos o modelo olímpico não como uma nova forma de gestão urbana baseada na realização de megaeventos, uma definição usual que tende a superdimensionar a importância das grandes festas e competições (tornando-se refém do discurso espetacularizado dos seus realizadores) e conferir aos acontecimentos culturais (feiras literárias, bienais de arte, museus de grife, festivais de música etc.) um protagonismo econômico que não é inerente às suas lógicas próprias. O modelo olímpico é apenas um exemplo disponível entre outros de uma administração urbana de emergência em

⁴⁷ ThyssenKrupp foca em exportações com mercado interno, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/thyssenkrupp-foca-em-exportacoes-com-mercado-interno/>. Acesso em maio 2017.

⁴⁸ CSA vira elefante branco, está à venda e pode fechar alto-forno, *O Globo*, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/csa-vira-elefante-branco-esta-venda-pode-fechar-alto-forno-5958758>. Acesso em maio 2017.

⁴⁹ O próprio prefeito Eduardo Paes fez esse diagnóstico nos últimos momentos de preparação dos Jogos, mas para responsabilizar a crise nos níveis federais e estaduais por isso. Veja Olimpíada é 'oportunidade perdida' para o Brasil, diz prefeito do Rio, *Folha de São Paulo*, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790585-olimpiada-e-oportunidade-perdida-para-o-brasil-diz-prefeito-do-rio.shtml>. Acesso em maio 2017.

tempos de crise estrutural da economia mundial que, incapaz de propor um desenvolvimento urbano diante das manifestações locais da crise, instrumentaliza economicamente os eventos disponíveis para obter resultados efêmeros. Os ganhos imediatos obtidos são rapidamente desfeitos, compensados pela retomada dos processos de crise e terminam por agravar ainda mais um ponto crítico contra o qual os megaeventos supostamente deveriam contribuir para uma solução.

Diante do caráter fugaz dos benefícios, não é incomum a cidade que tenha sediado um grande evento seja obrigada a encadear novos acontecimentos para tentar postergar a imagem de sucesso tenuemente obtida durante o processo. Se lembrarmos o conjunto de eventos realizados no Rio de Janeiro na última década (Jogos Pan-americanos, Jogos Militares Mundiais, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Jornada Mundial da Juventude e Jogos Olímpicos), não podemos guiar a conclusão sobre o seu legado por meio de um moralismo em apontar os erros e desvios nos gastos públicos (que não foram poucos).

A principal reflexão que devemos fazer é que a falência econômica, ao fim de todo esse ciclo, não é um elemento estranho e acidental, mas uma condição necessária pois foi contra uma *condição estrutural de crise* que os eventos foram arregimentados e se mostraram fracassados em superá-la. E aqui não se trata das dificuldades herdadas da transferência da capital, como alguns analistas, indiferentes a todo o processo que ocorre debaixo de seus olhos, ainda insistem em indicar.⁵⁰ A cidade do Rio, assim como a economia nacional, sofre os mesmos problemas estruturais de um capitalismo em crise e tenta mitigar isso através de espasmos de crédito farto, investimentos fictícios e, como ocorreu em nosso quintal, através de uma especial política de produção de espaço urbano.⁵¹ Os megaeventos são uma oportunidade para justificar ainda mais esses

⁵⁰ Veja quanto a isso a recente intervenção de um professor da UERJ que argumentou que a “crise do Rio não é pontual. É crônica e data da transferência da capital [1960], que a privou dos investimentos e da contribuição federal que lhe era paga desde tempos imemoriais, sem lhe dar qualquer indenização” (Por que o Rio deveria virar um segundo Distrito Federal, segundo este pesquisador, *Nexo*, disponível em [https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/04/ Por-que-o-Rio-deveria- virar-um-segundo-Distrito-Federal-segundo-este-pesquisador](https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/04/Por-que-o-Rio-deveria- virar-um-segundo-Distrito-Federal-segundo-este-pesquisador). Acesso em maio 2017.

⁵¹ Em vários outros lugares essa mesma estratégia enfrenta os resultados de sua própria ampliação de capacidade excedente: “Shopping centers e estádios esportivos financiados a crédito, assim como outras facetas do consumo conspícuo, são projetos de alto risco, que podem, com facilidade, defrontar-se com tempos difíceis, exacerbando, como a ‘supershoppincenterização da América’ dramaticamente ilustra, os

expedientes. Isso não é específico do Rio de Janeiro e já foi observado em outras cidades. Até mesmo no modelo principal de gestão urbana – Barcelona –, passado o efeito dos Jogos Olímpicos, foi preciso inventar um novo evento capaz de repetir, ainda que de modo menos intenso, a “magia” da atenção internacional e da confiança dada à capital catalã (BOTELHO, 2004).

O encadeamento de eventos na cidade do Rio de Janeiro, completado por uma política de militarização do espaço urbano, revela o quanto de ilusório foram os discursos sobre a integração social: como os eventos não eram para todos e muito menos renderiam frutos para a maioria, os desajustados, excluídos e removidos desse processo deveriam ser de algum modo controlados. A ampliação de excesso de capacidade em toda a cidade, infraestrutura ociosa, explosão de desemprego e redução dos gastos públicos, principalmente aqueles com finalidades sociais, pode abrir um horizonte ainda mais dramático de controle social direto por meios repressivos. Talvez esse seja o verdadeiro legado dos Jogos.

Referências bibliográficas

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre os nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio Lima Botelho. *A implosão do “pacto social” brasileiro*. Disponível em: <http://www.krisis.org/2016/a-imploso-do-pacto-social-brasileiro/>. Acesso em jul. 2016.

BOTELHO, André. A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004. In: *GEOUSP: Espaço e Tempo*, no. 16, 2004, p. 111-124.

BOTELHO, *Cidade do Amanhã: urbanização simulada e ficcionalização do capital no paraíso tropical*. Mimeo. 2013.

problemas da superacumulação e do excesso de investimento, aos quais o capitalismo, como um todo está tão facilmente propenso” (Harvey, 2001: 184).

BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. In: *Espaço e Economia*, no. 8, 2016. Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/2273>. Acesso em out. 2016.

BUSTAMANTE, Julia; LIMA, Caio. *O que escondem os gastos dos Jogos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

FGV. *O Rio em Perspectiva: um diagnóstico de escolhas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

DEPOIS DO MODELO OLÍMPICO

As Favelas Cariocas Entre o Mercado e a Militarização

Marcos Barreiraⁱ

Resumo: O ensaio pretende discutir as transformações no Rio de Janeiro no momento de esgotamento do chamado modelo olímpico, isto é, uma política de empresariamento urbano que tentou integrar a cidade aos fluxos financeiros globais. Embora a estratégia de integração econômica das favelas, via empreendedorismo dos pobres, fosse parte desse contexto, o seu fiasco não necessariamente deve representar o fim da “pacificação”, pois esta deve continuar como controle armado das populações excluídas, ainda que arregimentando outros meios além do “controle territorial”.

Palavras-chave: empresariamento urbano; favelas; segregação urbana; novo urbanismo militar.

BEYOND THE OLYMPIC MODEL: RIO DE JANEIRO'S SLUMS BETWEEN THE MARKET AND MILITARIZATION

Abstract: This paper argues that the so-called Olympic development model – the policy of urban entrepreneurialism which attempted to integrate Rio de Janeiro into global financial capitals – has reached its limits, and discusses the transformations the city has been consequently undergoing. Although the strategy for economic integration of the favelas, via the entrepreneurialization of the poor, was part of that model, the latter's demise will not entail the end of “pacification”, which will remain in place as the armed control of excluded populations, and will further employ new resources in addition to “territorial control”.

Keywords: urban entrepreneurialism; favelas; urban segregation; new urban militarism.

DESPUÉS DEL MODELO OLÍMPICO LAS FAVELAS CARIOCAS ENTRE EL MERCADO Y LA MILITARIZACION

Resumen: El ensayo pretende discutir las transformaciones en Río de Janeiro en el momento de agotamiento del llamado modelo olímpico. Es decir, una política de empresarización urbana que intentó integrar

ⁱ Marcos Barreira é formado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Psicologia Social também por esta instituição. Contato: marcosbarreira01@hotmail.com.

la ciudad a los flujos financieros globales. Aunque la estrategia de integración económica de las favelas, a través del espíritu empresarial de los pobres, fuera parte de ese contexto, su fiasco no necesariamente debe representar el fin de la "pacificación", pues esta debe continuar como control armado de las poblaciones excluidas, aunque englobe otros medios más allá del "control territorial".

Palabras clave: ciudades emprendedoras; favelas; segregación urbana; nuevo urbanismo militar.

1.

Desde os anos 1990, ganhou forma no Rio de Janeiro um modelo de urbanismo seletivo e superficial. Esse novo urbanismo pretende maquilar as contradições do espaço urbano enquanto os agentes da esfera política simulam uma situação de normalidade capitalista e criam a imagem da cidade como "lugar atrativo" para empresas e projetos turísticos. Os Jogos Olímpicos estão no centro da estratégia das três últimas administrações municipais para reverter a imagem negativa da cidade, consolidada desde a crise dos anos 1980/90. A primeira iniciativa nessa direção ocorreu em 1996, com o projeto Rio-2004, que já considerava os Jogos como uma "oportunidade" de superação da crise. Também a referência de renovação urbana usada no *Plano Estratégico (1993/95)* adotado pela Prefeitura era o "modelo Barcelona", até então, aparentemente bem-sucedido. A imagem do Rio de Janeiro como "Cidade Olímpica" seria alçada a um patamar internacional e vendida como um produto para criar contextos favoráveis aos investimentos.

Esses discursos remetem às "estratégias locais" de política urbana, nas quais as cidades e os agentes de mercado reforçam cada vez mais o seu protagonismo, o que, por sua vez, indica uma guinada histórica ocorrida na década de 1990: o recuo dos projetos falidos de desenvolvimento nacional periférico e a ascensão em escala global das políticas neoliberais. Em termos mais gerais, é possível falar da "crise do capitalismo de intervenção estatal" da segunda metade do século XX (POSTONE, 2015), resultando não só nas políticas de desregulamentação econômica, mas também no crescimento do papel de algumas cidades como centralidades financeiras e culturais. Essa tendência pode ser descrita como a passagem do sistema de economias nacionais coerentes para

uma rede de cidades diretamente integradas à economia mundial pelos fluxos financeiros e pelos novos sistemas de comunicação. O planejamento estratégico é basicamente a política urbana que visa uma maior integração da cidade à dinâmica da globalização. Essa valorização de experiências urbanas particulares ditadas pela lógica empresarial significa que, também no plano local, a esfera política, que antes organizava todo o espaço da economia nacional, se vê rebaixada a um aspecto secundário dos processos econômicos.

2.

A premissa da orientação pró-mercado do novo urbanismo é que o espaço da cidade não seja mais pensado como um todo e que a atuação dos governos se realize de forma localizada e pontual. Seus defensores alegam que o objetivo é superar as antigas concepções burocráticas de planejamento estatal. Mas isso é apenas uma forma de os governos e administrações municipais se desobrigarem do compromisso com os direitos sociais e as políticas de tendência mais universalizante que marcaram o período da modernização. Essa mudança de perspectiva ficou visível no Rio de Janeiro quando os programas de melhoramento de áreas marginalizadas, que fizeram parte, na década de 1980, de uma nova atitude política do governo em relação aos direitos dos moradores nas favelas e periferias – embora já não houvesse recurso para uma ampla política habitacional na conjuntura “pós-milagre” de estagnação econômica – começaram a diminuir em favor das ações orientadas pelas ideologias de mercado.¹ A partir daí, o que

¹ Desde os anos 1980, a ausência de uma ampla política habitacional pública decorrente da crise do modelo de desenvolvimento periférico já antecipava em mais de um aspecto essa viragem em favor do mercado (BOTELHO, 2013). Nos anos 1990, a persistência da política de urbanização das favelas foi uma espécie de transição – com rupturas e continuidades – entre o modelo falido de inclusão da década anterior e a lógica neoliberal de reprodução dos espaços segregados. Quando, no final da última década, verificou-se uma retomada da política habitacional para os setores de baixa renda, ela se deu em conformidade com uma orientação de mercado e funcionou como suporte para as remoções do projeto olímpico. Sobre a relação entre os programas de habitação popular e o retorno das remoções nas favelas, ver Fátima Tardin, “Os projetos de urbanização do Morar Carioca começaram a ser feitos apenas para criar números de casas a serem removidas”, *Agência de Notícias das Favelas*, disponível em: <http://www.anf.org.br/dossie-olimpiadas-x-favelas-entrevista-fatima-tardim/>. Acesso em set. 2016.

se verificou foi o abandono progressivo dos investimentos em serviços básicos. Por outro lado, os efeitos polarizadores de longo prazo desse tipo de política exigem a ampliação da ação compensatória por parte do Estado em termos de programas sociais. Em última análise, a lógica da privatização do espaço urbano e os programas de renda mínima andam juntos, como subprodutos do contexto geral de esgotamento dos processos econômicos inclusivos.

A forma preponderante de atuação do Estado é cada vez mais a chamada parceria público-privada. Não se trata, é claro, de uma associação visando ampliar os bens de consumo coletivo, mas do crescente peso do mercado nas decisões administrativas, sem as mediações do “interesse público”. O Estado despe-se de sua roupagem universal para se tornar um agente direto dos grupos privados. Esse conluio mafioso entre as elites política e empresarial funciona, em última instância, como uma cobertura estatal dos investimentos. Processos de reestruturação urbana talvez sejam, nos dias de hoje, o meio mais utilizado de mobilização dos recursos públicos em larga escala para finalidades empresariais. Os recursos drenados pelos planos de “renovação” em áreas simbólicas e nos locais com maior potencial de valorização imobiliária são a garantia – fornecida pelo Estado – para investimentos privados que, de outra forma, não se realizariam.

No caso do Rio de Janeiro, os grandes eventos têm desempenhado um papel fundamental na mobilização dos recursos. Há quase uma década (desde os Jogos Pan-americanos de 2007), a cidade ingressou em um ciclo de eventos internacionais de grandes proporções, cujo encadeamento deveria alavancar os investimentos. No entanto, antes de ser “vendida” mundo afora como lugar atrativo, a estrutura urbana precisa se adequar aos padrões internacionais de consumo e às dispendiosas exigências de cada um desses eventos. Os principais gastos ficam por conta dos equipamentos e das obras de mobilidade, mas também aqui não há qualquer orientação pelo interesse geral: tais obras correspondem mais aos acordos com os “parceiros” privados ou – no caso da Olimpíada – à logística dos próprios eventos do que às demandas da população local. Também crescem os gastos com intervenções urbanísticas estetizantes em pontos importantes para a recriação da imagem da cidade. Com isso, o endividamento estatal

não para de crescer, numa tendência que muito rapidamente se torna insustentável. A expectativa em relação aos efeitos positivos que grandes eventos como os Jogos Olímpicos poderiam trazer para a cidade logo se revela um paradoxal fim em si mesmo: produz-se uma mobilização econômica temporária capaz de remodelar cenograficamente a cidade e mantê-la em evidência, preparando novos eventos que, por sua vez, deveriam trazer novos investimentos ao preço de mais um conjunto de intervenções onerosas e pontuais.

3.

No mesmo período em que o Brasil encaminhava suas reformas econômicas, com abertura de mercados e “modernização” do Estado, a gestão da cidade começava a ser pensada em termos empresariais. Não por acaso, foi nessa mesma conjuntura, em meados dos anos 1990, que surgiram, quase simultaneamente, o primeiro projeto de renovação urbana do Rio baseado na experiência de Barcelona e o discurso sobre a necessidade de ocupação militar das favelas. Entre 1994 e 1995, diversas favelas cariocas foram ocupadas pelas Forças Armadas, na Operação Rio, a primeira intervenção prolongada – e reconhecidamente fracassada – para produzir uma “sensação de segurança” junto às camadas médias da população. No período em questão, formaram-se, a partir desse segmento da população, vários movimentos e campanhas midiáticas alegadamente “contra a violência”. Ao invés da perspectiva inclusiva das ideologias desenvolvimentistas, sobretudo o esforço de escolarização integral que, ainda nos anos 1980, figurava no centro dos debates sobre a crise social, a conjuntura dos anos 1990 na cidade do Rio de Janeiro foi marcada pelo reforço da militarização. A imagem da cidade reproduzida nos meios de comunicação se confundiu com o discurso das camadas médias sobre a criminalidade violenta, o que alimentou uma política conservadora de “ordem urbana” direcionada contra as populações marginalizadas. Na década seguinte, a política de segurança permaneceu orientada pela retórica belicista da “guerra ao tráfico”, com recurso frequente, embora limitado, às Forças Armadas, enquanto pequenos grupos locais direta ou indiretamente articulados ao

próprio aparato policial começaram a ocupar e a exercer um controle territorial informal, como grupos “milicianos”, de favelas e áreas periféricas da Região Metropolitana.² O governo estadual foi buscar na cidade de Medellín, um dos palcos da guerra do Estado colombiano contra grupos insurgentes e paramilitares pelo controle das favelas, um modelo experimental de ocupação permanente para áreas nas quais ele tinha um controle apenas limitado. Na retórica do governo, a “guerra urbana” foi transformada em “pacificação” por meio da ocupação de territórios. Entre a inauguração da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no final de 2008, e o anúncio da escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, transcorreram poucos meses. Em 2009, a marca “UPP” já fazia parte – e com um papel destacado – da concepção de política local baseada no *marketing* urbano. Mais do que isso, a UPP foi, desde o início da campanha Rio 2016, a principal fiadora do projeto da “Cidade Olímpica” – e, como exemplo de sucesso no Rio de Janeiro, chegou a se tornar um produto de exportação para outras cidades brasileiras. A missão de oferecer a imagem de um ambiente seguro fez com que as UPPs, muito rapidamente, avançassem de simples experiências locais à condição de um projeto mais abrangente de intervenção urbana articulado com o novo momento de projeção da cidade.

Com a ocupação militar das favelas, também a gestão da segurança foi integrada ao novo urbanismo. Já não se falava apenas da necessidade de colocar o Exército nas ruas e a polícia nos morros. A viabilidade do projeto dependia de que as ocupações se revestissem de retóricas afirmativas e inclusivas. É provável que a “pacificação” não tivesse ganhado as dimensões atuais, com mais de 40 unidades implantadas em diversas áreas da cidade, sem os megaeventos internacionais. A miséria dos estudos sobre “violência urbana” reside na tentativa sistemática de desfazer esse nexos a partir de enfoques tradicionais. Pretende-se analisar a implantação das UPPs a partir de

² Embora exista um longo histórico de atuação de “grupos de extermínio” nas periferias, especialmente nas cidades da Baixada Fluminense, sempre vinculada a setores do aparato policial e com algum tipo de influência sobre a política institucional, as milícias que surgiram na década de 2000 apresentam diferenças em termos de atuação, especialmente a organização autônoma de atividades econômicas e de serviços informais – o que, por sua vez, ampliou a necessidade de controle territorial direto e estimulou a deflagração de uma guerra contra as facções do tráfico de drogas pelo controle de porções do espaço urbano.

“contextos particulares”, sem levar em consideração a lógica territorial das ocupações de favelas e a sua relação com um determinado projeto de cidade. Não por acaso, essa abordagem descontextualizadora enxergava nas UPPs uma “novidade positiva” e uma possibilidade de reforma das práticas policiais. “As UPPs viraram um macabro consenso”, como disse a socióloga Vera MALAGUTI (2012: 55). Mesmo os posicionamentos não comprometidos diretamente com a suposta “desmilitarização” das polícias relativizam as práticas das UPPs em função das “rotinas locais”, de modo que ela não poderia ser considerada, em si mesma, nem um avanço no sentido da reforma da instituição policial, nem uma mera continuação das práticas anteriores. É claro que, a partir de situações particulares, é sempre possível identificar, por exemplo, alguma efetiva redução dos confrontos e das mortes violentas, mas justamente esse caráter particular impede uma conclusão válida para a cidade como um todo. Aqui, tal como no planejamento estratégico, não há mais nem sinal de uma visão de conjunto dos processos sociais.

Para além da vitrine de segurança ou da criação de ambientes favoráveis aos lucros – e, de modo especial, os da especulação imobiliária –, as UPPs também são um *braço armado* através do qual o Estado exerce o controle sobre uma parte das camadas pobres da população. Mas, ainda assim, é limitador falar em ocupação dos “espaços da pobreza”, pois a maior parte das áreas mais pobres – que são também as mais violentas – ficou de fora dos planos da Secretaria de Segurança. A lógica territorial da “pacificação” é mais complexa. Ela alcança – direta ou indiretamente – os locais que desempenham um papel estratégico no modelo de cidade do empresariamento urbano: áreas com destinação turística, locais de concentração de eventos, principais vias de circulação, áreas com potencial de valorização etc. Para o urbanismo seletivo orientado pelas expectativas de lucro, a preocupação com a “segurança” torna-se proporcional à importância econômica dos lugares e, em última análise, significa uma proteção dos segmentos da população e do espaço urbano mais integrados pelo consumo. É sabido que mesmo as UPPs apresentam diferenças significativas, de acordo com a área da cidade em que se encontram. Nesse sentido, “UPP” é apenas um rótulo ou uma marca que encobre muitas realidades: sua presença nos bairros mais pobres não produz os

mesmos efeitos - sociais e econômicos – verificados nas favelas da parte rica da cidade (BARREIRA, 2014).

Por outro lado, as áreas periféricas permanecem à margem da regulação estatal e são dominadas por um conjunto de relações informais e modalidades de violência cada vez mais distantes da mediação institucional. Ainda mais grave é o fato de, em tais lugares, a “segurança” ter se tornado um negócio privado organizado por poderes mafiosos fragmentários: de maneira silenciosa, as “milícias” estabelecidas nas periferias expõem a incapacidade de o Estado assumir as respectivas funções básicas. Desse modo, o “poder público” começa a se desagregar – por dentro e por fora das instituições – em bandos armados que tem como finalidade praticar a pilhagem da sociedade (SCHANDL, 2009). Tal aprofundamento da divisão do espaço urbano em áreas “nobres” e periféricas, com padrões inteiramente diferenciados de atuação do Estado, faz parte da lógica da “pacificação”. Seu objetivo não declarado sempre foi restringir a “guerra urbana” aos espaços periféricos. Nesse aspecto, ao contrário do que se poderia imaginar, ela não é um completo fracasso: o resultado até agora alcançado não foi a redução dos conflitos armados, mas a ampliação da polarização social entre as áreas onde as UPPs realizam uma função de contenção e as periferias nas quais a disputa pelo controle territorial informal foi intensificada.

4.

Outro aspecto da “pacificação” de favelas é a ideologia da integração. Esse discurso foi estimulado por uma conjuntura recente de expansão do crédito para o consumo de baixa renda. Por esse motivo, ele se dá preferencialmente em termos de oportunidades de mercado e não de acesso a direitos sociais. Por trás de tudo isso se encontra uma ideologia do “capitalismo popular” que se resume na ideia de que os pobres podem conquistar um lugar na sociedade atual, sem a necessidade de mudanças estruturais – ou melhor: que a inclusão econômica dos pobres seria a maior de todas as transformações. O empreendedorismo dos pobres, que é outro aspecto da ideologia do “capitalismo popular”, logo se tornou a panaceia para os problemas das favelas. O fim

dos conflitos armados permitiria desenvolver o “potencial oculto” de milhares de “empresários populares” e multiplicar seus exemplos. A UPP Social deveria promover o “desenvolvimento local dos territórios pacificados” por meio do estímulo às iniciativas econômicas ou atividades definidas como “culturais”: crédito popular, capacitação profissional, grafite e esportes, produção de moda, agências de turismo e intercâmbio, entre muitas outras. Desse modo, até mesmo a ação “social” foi pensada em termos de mercado, como investimento em “capital humano”.

As formas mais diretas de estímulo ao desenvolvimento econômico das favelas são as linhas de crédito, apoio técnico a pequenos empreendedores e a criação de bancos comunitários. Na Cidade de Deus está em circulação, desde 2011, uma moeda social que funciona como projeto piloto para outras áreas da cidade. Com um uso restrito e empréstimos sem juros para moradores e comerciantes, o banco, que depende do financiamento governamental, visa estimular o comércio local, concentrando o consumo dentro da favela. Entre os investidores privados, destacam-se iniciativas como a *F Holding*, que reúne dez empresas que atuam exclusivamente em favelas e propõe uma “revolução social pela via econômica”. Outros projetos, como o Rio Top Tour, financiado pelos governos federal e estadual, apostam no desenvolvimento de atividades e negócios relacionados ao turismo nas “comunidades pacificadas” e se definem como programas de inclusão social. O que os unifica é a ideia de mudança da matriz econômica da favela: dos mercados informal e “paralelo” à integração nos “novos mercados” de serviços e atividades culturais. Afinal, “sem capitalismo não há justiça social”, afirmou o ex-governador Sergio Cabral na inauguração da UPP no Complexo do Alemão.³ Um plano que simbolizou esse momento de otimismo em torno da ascensão pelo consumo foi o projeto fracassado de *shopping center* no interior do mesmo Complexo, anunciado para 2014, com lojas populares e 100% de mão de obra local. Mas algo assim pressupõe, igualmente, consumidores locais, o que demonstra a

³ Governador do Rio inaugura UPPs no Alemão e diz que capitalismo é fundamental para “justiça social”, *Uol Notícias*, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/18/governador-do-rio-inaugura-upps-no-alemao-e-diz-que-capitalismo-e-fundamental-para-justica-social.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em maio 2017.

convergência entre o discurso recente sobre a emergência das “novas classes médias” e as ideologias do empreendedorismo e do “capital humano”.

É evidente que essa integração econômica corresponde a efeitos localizados e segmentados, tornando visível uma espécie de “gentrificação” das favelas com maior potencial econômico e turístico. Junto com a integração, no entanto, ocorre um agravamento das condições de vida na cidade como um todo – algo que nem interessa, nem pode ser captado pelos “discursos locais”. A pequena diminuição da desigualdade entre a cidade “formal” e a favela verificada nos últimos anos decorreu mais da deterioração da primeira do que da melhoria da segunda. Mesmo que algumas favelas tenham se beneficiado parcialmente da conjuntura de ampliação do consumo e dos recursos estatais, isso implica um deslocamento dos moradores mais pobres produzido pelas pressões econômicas. Além do incremento do mercado imobiliário local (particularmente visível em favelas como Rocinha, Vidigal ou Santa Marta), também ocorre uma substituição parcial da economia informal pelos serviços de grandes redes comerciais. Ambos os processos acarretam aumento dos custos de vida ou endividamento dos moradores, o que reforça a diferenciação social, embora o *marketing* urbano os esconda, transformando experiências localizadas e exemplos individuais de sucesso na concorrência em símbolos de uma era de prosperidade para as favelas.

As UPPs desempenham, portanto, um papel essencial na ideologia da integração dos pobres. É como se a “pacificação” fosse uma condição para o desenvolvimento das relações de mercado. Essa conexão, no entanto, é ilusória. Ainda que alguns críticos do empresariamento urbano e da “gentrificação” da cidade acreditem tratar-se de um novo padrão de acumulação (via espoliação) das camadas populares, como se a expansão capitalista nas favelas resultasse em formas negativas de inclusão, esse tipo de administração armada de territórios tem pouco a ver com mecanismos reais de integração econômica. Associadas ao aparente sucesso do “capitalismo popular”, as ocupações militares fazem parte, na verdade, de um quadro de segregação social e urbana que resulta no deslocamento interno da pobreza, em remoções forçadas ou “brancas” etc. Em tais casos, as ocupações assumem a forma de uma administração

repressiva de massas sobrantes, revelando um quadro de incapacidade estrutural de absorção da força de trabalho pelos mercados emergentes do comércio popular e dos serviços precarizados.

Até mesmo nas favelas que possuem um mercado mais desenvolvido, muitas pessoas continuam forçadas à marginalização e à pobreza extrema. Obviamente, não se trata de um fenômeno local ou apenas conjuntural. O relatório da OIT sobre “trabalho decente

“... as ocupações militares fazem parte de um quadro de segregação social e urbana que resulta no deslocamento interno da pobreza, em remoções forçadas ou “brancas” etc. Em tais casos, as ocupações assumem a forma de uma administração repressiva de massas sobrantes, revelando um quadro de incapacidade estrutural de absorção da força de trabalho pelos mercados emergentes do comércio popular e dos serviços precarizados.”

e juventude” afirma que, na América Latina, 20% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam fora da escola e do mercado de trabalho (2017). No Rio de Janeiro, uma pesquisa com 700 jovens de favelas com UPPs revelou que 26 % dos entrevistados encontravam-se na situação descrita pela OIT, sem trabalho e fora da escola – um percentual semelhante ao dos países mais pobres da América Latina, como Honduras e Guatemala.

O aspecto ilusório de todo esse discurso sobre a integração dos pobres reside no fato de a universalização das relações de mercado ocorrer sempre através da “exclusão interna”. Nesse sentido, a razão estrutural para a integração falhada das populações de

baixa renda, em uma metrópole como o Rio de Janeiro, é que, quanto mais a sociedade se mercantiliza, mais frágeis se tornam os laços sociais e maior é a concorrência entre as pessoas. No caso das favelas, uma dinâmica como esta tem aspectos particulares, pois ela não se refere, como acontece em outras esferas da sociedade, a uma diminuição do papel regulador e “compensatório” do Estado (ao contrário, neste caso, o que se verifica é um aumento da presença estatal, embora o próprio aparato institucional adote uma visão e um desempenho articulados com a lógica de mercado).

A mercantilização das favelas falha duplamente: ao colocar em segundo plano as necessidades coletivas, provoca a expulsão das camadas mais pobres para as periferias; além disso, a mercantilização promove uma brusca transformação no cotidiano da população integrada pela ampliação dos pequenos empreendimentos e pela “formalização” das atividades já existentes. Uma das principais características dessa transformação é a substituição da cultura de solidariedade prática entre os moradores pela lógica econômica dos “serviços”. Os casos mais bem-sucedidos de integração e valorização patrimonial, verificados em algumas favelas da zona sul carioca, não representam uma ascensão social em larga escala dos moradores, mas uma verdadeira renovação da população local ditada pela concorrência. Dessa forma, a integração também pode ser vista – ao menos em parte – como “queda” de uma fração das camadas médias empobrecidas, forçada a abandonar seu *status* anterior. O fato de que alguns aspectos do modo de vida das camadas médias sejam reproduzidos em “favelas turísticas” por uma minoria de empreendedores e representantes da ascensão pelo consumo é uma compensação limitada diante do crescimento contínuo das periferias, que permanecem como áreas de exclusão social estruturalmente inviáveis.

A relação da cidade com os seus espaços de pobreza é sempre contraditória. Alguns pesquisadores afirmam que a ocupação de um território pela UPP pode ser entendida como o contrário da integração: ela tende a reforçar a separação entre bairros normalizados e territórios “pacificados”. Uma forma de desfazer essa divisão seria romper com o conceito de ocupação permanente. Integrar a favela como bairro dependeria não só de um tratamento igualitário no plano dos direitos, mas igualmente da viabilidade econômica desses espaços. Novamente, estamos diante de um tipo de argumentação em que a via econômica aparece como a forma de superar diferenciações sociais. E, se é assim, a diminuição ou reforço da diferença entre favela e cidade tem que ficar a critério do mercado. Daí as políticas públicas para a favela, seguindo a tendência geral iniciada nos anos 1990, também se esforçarem para adaptar a condição dos pobres da cidade aos critérios empresariais. De qualquer forma, essa integração, sempre reduzida a poucos lugares, é indissociável da reprodução dos espaços de pobreza a partir da mobilidade interna. Outro aspecto da contradição é que a integração mercantil da

favela depende da imagem e das identidades locais construídas pela separação entre a cidade e a própria favela. Vender a cultura da pobreza em forma estilizada, como se fosse um elogio à “diferença”, se torna uma alternativa imediata para a falta de integração das camadas populares em condições “normais” de mercado. Em outras palavras, a mercantilização só pode integrar o separado enquanto separado. Essa reprodução no plano simbólico da fragmentação social e territorial é o que se esconde no bem intencionado discurso da integração econômica.

5.

O modelo olímpico pertence a uma dinâmica global de ciclos especulativos: ele foi idealizado, no plano nacional, como um símbolo do que se considerava até há pouco o sucesso do projeto de crescimento com inclusão social e, no plano da cidade, como indutor da conjuntura econômica, isto é, como portador da esperança na retomada do crescimento local. Tanto um quanto o outro se baseavam no crescente endividamento estatal e na capitalização da expectativa de lucros futuros que dificilmente se realizarão. Nesse aspecto, o Rio de Janeiro não é um caso isolado. Por toda parte, como uma verdadeira tendência global, os recursos são mobilizados para a construção de espaços de consumo turístico de alta renda (como Dubai) ou para a construção de edifícios residenciais e centros de consumo sem uso, como nas “cidades fantasmas” da China. Também nas grandes cidades brasileiras, após a crise de 2008, o crédito facilitado para a moradia das camadas sociais precarizadas e outras modalidades de gastos estatais sem cobertura foram empregados para manter girando a roda da economia.

Na era da globalização não é apenas o protagonismo das cidades que fica em evidência, mas também as manifestações locais da crise do capital. Nesse aspecto, o caso do Rio é exemplar. Até agora, os gastos imediatos com a infraestrutura olímpica foram obscurecidos pelo consenso midiático em torno do espetáculo esportivo. Contudo, o agravamento da crise fiscal transforma rapidamente as esperanças ilusórias em frustração. O esgotamento do modelo de crescimento produz uma mudança de expectativa da sociedade em relação ao futuro. A tentativa de usar o governo afastado

como bode expiatório da crise e insistir nos Jogos Olímpicos como uma oportunidade de renovação do ambiente político e econômico não abre qualquer possibilidade real de retomada.⁴ Idealizado no final da década passada como parte de uma era de prosperidade, o projeto olímpico, que era para ser uma vitrine internacional do sucesso brasileiro, serviu apenas para expor mundialmente as mazelas nacionais – principalmente as parcerias entre o Estado e as grandes empreiteiras envolvidas nas obras de reestruturação urbana. Sua crise é também o fim da imagem do Rio como uma cidade integrada e sem conflitos. Não há como separar o fracasso econômico e político do urbanismo de mercado e as UPPs como sua dimensão militarizada. De certa forma, pode-se falar de um retorno à situação crítica dos anos 1990, quando a única alternativa apresentada pelos governos era ocupar de modo violento as favelas. Dessa vez, no entanto, não há nenhum novo portador de esperanças. Sem a conjuntura especulativa que inflou a bolha de consumo e com o fracasso anunciado da maior parte dos investimentos imobiliários na cidade, a começar pela tão sonhada expansão do centro financeiro para a área do porto, a “pacificação” tende a abandonar sua frágil legitimação social e se restringir cada vez mais à execução do controle social armado.

Diante dos limites da integração mercantil, a sociedade – a começar pelas periferias em expansão – perde progressivamente suas formas básicas de conexão, que, em seguida, são “preenchidas” pela regulação armada. Não estamos lidando apenas com a ampliação das desigualdades ou com a reafirmação da separação entre a favela e a cidade. A polarização social crescente faz com que proliferem, de um lado, as zonas segregadas de insegurança e, de outro lado, os espaços exclusivos intensivamente vigiados. Em ambos os casos, as partes “formal” e “informal” da cidade se tornam objeto do controle policial. É o que sugere a expressão “novo urbanismo militar” (GRAHAM, 2016). As tecnologias de controle utilizadas nas favelas, em situações alegadamente excepcionais, tornam-se rotineiras. Ao invés de uma integração das populações marginalizadas na esfera dos direitos, é a própria esfera dos princípios jurídicos formais que começa a ser erodida. De fato, a igualdade perante a lei é um princípio irrealizável

⁴ Os Jogos Olímpicos ocorreram durante o processo de afastamento da presidente eleita, confirmado poucos dias após a cerimônia de encerramento. Na ocasião, setores da imprensa nacional apostavam no sucesso do evento como uma oportunidade de renovação da política estadual ou até mesmo nacional.

quando a socialização mercantil produz exclusão em larga escala. Um dos efeitos mais imediatos desse movimento de desintegração da sociedade e da estrutura política como universalidade abstrata é a resolução do interesse geral no interesse privado. Isso não vale apenas para o *modus operandi* da elite política. Aqui também estão os elementos para a elucidação de um fenômeno pós-político de erosão do gerenciamento estatal como as “milícias”.

Até bem pouco tempo, mesmo com a crise de legitimação do programa de “pacificação”, a UPP era ainda a última unanimidade. Hoje, seu prosseguimento como política formal já é posto em questão. A falta de financiamento para a expansão do modelo de segurança da “Cidade Olímpica” acontece no momento em que ele já alcançou todos os seus objetivos. Se olharmos sem idealizações para esse modelo, veremos o quão funcional ele foi para as políticas segregadoras e para a dinâmica especulativa – e mais ainda, como ele continua a atuar como instrumento de controle de populações. Se há um fracasso, não há de ser o da militarização, pois nada indica que o aparato de controle, com ou sem financiamento regular, será desmontado. O que fracassou foi o projeto de uma cidade voltada para o mercado. É por isso que a crise de legitimidade das UPPs aparece antes como reafirmação da lógica de confronto do que como uma nova retórica de integração social.

Referências bibliográficas

BARREIRA, Marcos. A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 3, n.5, 2014. Disponível em <http://r1.ufrrj.br/revistaconti/index.php/continentes/article/view/64>. Acesso em maio 2017.

BOTELHO, Maurilio Lima. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 169-215.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MALAGUTI, Vera. O alemão é muito mais complexo: In: MALAGUTI, Vera (org.). *Paz Armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 55-102.

OIT. *Trabajo Decente y Juventud en América Latina*. Organización Internacional del Trabajo/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2013. Disponível: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--americas/--ro-lima/documents/publication/wcms_235577.pdf. Acesso em maio 2017.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SCHANDL, Franz. Pilhagem social: mosaico de uma desintegração feito com pedras desordenadas. In: *Sinal de Menos*, n. 1, 2009, p. 144-155.

“A BAÍA DE GUANABARA NÃO É UM TEMA OLÍMPICO”:

JOGOS DO RIO 2016 E SUSTENTABILIDADE –

Crônicas de uma Tragédia Anunciada

Gilmar Mascarenhasⁱ

Leandro Dias de Oliveiraⁱⁱ

Jeferson Alexandre Pereira Pontesⁱⁱⁱ

Resumo: A Baía de Guanabara, corpo hídrico de inquestionável importância histórica e ecológica, é constantemente motivo de uma promessa ambiental sequer próxima de ser cumprida: a despoluição de suas águas. Os recentes Jogos Olímpicos de Verão do Rio de Janeiro – 2016 recorreram a este compromisso falacioso e indicaram, por meio dos desígnios da sustentabilidade, a sua despoluição como meta principal e maior legado. Como farsa ou tragédia, o recorrente fracasso da despoluição da Baía de Guanabara permanece como única herança de diferentes planos econômico-ambientais, governos e megaeventos.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Baía de Guanabara; sustentabilidade; Programa de Despoluição da Baía de Guanabara; poluição.

"THE GUANABARA BAY IS NOT AN OLYMPIC MATTER": THE 2016 RIO DE JANEIRO GAMES AND SUSTAINABILITY CHRONICLE OF A TRAGEDY FORETOLD

Abstract: Despite the announcement, over the decades, of numerous plans for the cleanup of the Guanabara Bay, a water body of unquestionable historical and ecological importance, none has been, so far, remotely close to completion. In the context of the 2016 Rio de Janeiro Summer Olympic Games, those plans were again evoked by a discourse of sustainability, and their completion was portrayed as a major legacy of the mega-event. But the repeated failure to cleanup the Guanabara Bay remains the only true legacy of different economic-environmental plans, administrations and mega-events.

ⁱProfessor do PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: gilmasc2001@yahoo.com.br.

ⁱⁱProfessor do PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: ldiasufrj@gmail.com.

ⁱⁱⁱMestre, bacharel e licenciado em Geografia pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: alexandreuerj@yahoo.com.br.

Keywords: Olympic Games; Guanabara's Bay; sustainability; Guanabara Bay Cleanup Program; pollution.

**"LA BAÍA DE GUANABARA NO ES UN TEMA OLÍMPICO":
JUEGOS DEL RIO 2016 Y SOSTENIBILIDAD -
CRÓNICAS DE UNA TRAGEDIA ANUNCIADA**

Resumen: La Bahía de Guanabara, cuerpo hídrico de incuestionable importancia histórica y ecológica, es constantemente motivo de una promesa ambiental ni siquiera próxima de ser cumplida: la descontaminación de sus aguas. Los recientes Juegos Olímpicos de Verano de Rio de Janeiro - 2016 recurrieron a este compromiso falaz e indicaron, por medio de los designios de la sostenibilidad, su descontaminación como meta principal y mayor legado. Como farsa o tragedia, el recurrente fracaso de la descontaminación de la Bahía de Guanabara permanece como única herencia de diferentes planes económico-ambientales, gobiernos y mega eventos.

Palabras clave: Juegos Olímpicos; Bahía de Guanabara; sostenibilidad; Programa De descontaminación de la Bahía de Guanabara; contaminación.

Introdução

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, uma esperança paira no ar. O capitalismo parecia haver encontrado a mágica conciliação entre os grandes interesses empresariais e a preservação do meio ambiente. Neste *intermezzo* de 25 anos após a Conferência do Rio, parece tão utópica quanto defasada a perspectiva de que a adoção unívoca dos pressupostos do desenvolvimento sustentável – nas esferas pública e privada, nos países centrais e nos periféricos, no campo e na cidade, nas camadas mais abastadas e nas mais empobrecidas – implicaria numa relação mais profícua entre sociedade e natureza. Todavia, ao contrário de Estocolmo-1972, quando as delegações diplomáticas dos países centrais e periféricos se enfrentaram sobre qual deveria ser o ritmo do crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável, celebrado na Rio 92, simbolizava a conciliação entre economia e ecologia por meio de uma espécie de “neoliberalismo ambiental”. Sob a perspectiva de gerar lucros, a preservação e conservação da natureza se tornavam um atraente negócio.

Assim, tomado e celebrado como novo receituário mundial, o aclamado pacote de princípios que rege a utopia “oficial” do desenvolvimento sustentável não poderia deixar de adentrar as portas do movimento olímpico. Nesse sentido, cumpre registrar que, já em 1994, o Comitê Olímpico Internacional assinava um acordo de cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e logo no ano seguinte organizava a I Conferência Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente, em Lausanne (Suíça), estabelecendo uma carta de princípios e compromissos a serem adotados pelas futuras cidades interessadas em sediar olimpíadas. Foi imediatamente criada a Comissão de Esporte e Meio Ambiente, que estabeleceu que as candidaturas deveriam fornecer o Estudo de Impactos Ambientais para cada instalação esportiva, além de instrumentos outros de valorização ambiental, como “recuperação de áreas danificadas” e “reutilização de instalações”. Em 1997, foi realizada a II Conferência Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente, que ressaltou a importância do estímulo à prática esportiva como parte do projeto de construção de uma sociedade sustentável (SCHMMIT, 2002). E, em 1999, culminando este movimento inicial, o COI criou sua própria Agenda 21. Desde então, diversas cartas e leis foram produzidas no sentido da “ambientalização” dos Jogos (KARAMICHAS, 2013).

Refletindo o supracitado, as candidaturas olímpicas (seguidas mais tarde por outros megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol) passaram a contemplar aspectos ambientais e disputar cada vez mais a condição de projetos mais “verdes” ou mais “sustentáveis”. Neste, controle na emissão de gases poluentes, estruturas de reaproveitamento de água, uso de energias alternativas e vários outros recursos à disposição da tecnologia contemporânea, embora muitas vezes inscritos apenas nos projetos, sem efetivação concreta, se tornaram pontos de exigência. Ou ainda, mesmo quando destituídos de princípios ambientalistas, foram geradores de ações como a do movimento ecológico em Porto Alegre (RS), que exigiu, com sucesso, a retirada da expressão “Copa Orgânica” pela ausência neste projeto de conteúdo efetivamente referendado pelos princípios básicos que norteiam o debate e a legislação em torno do que pode ser considerado produto “orgânico”. É neste contexto de ascensão de retóricas ambientais e de suas contestações que o projeto olímpico Rio 2016 incorporou

um conjunto de promessas de legado “sustentável”, o qual pretendemos colocar em discussão.

Não nos parece exagerado afirmar que a cidade do Rio de Janeiro foi e ainda vem sendo alvo de um volume de intervenções urbanas sem paralelo em seus mais de quatro séculos de história. Nos últimos sete anos experimentamos a longa preparação para os Jogos Olímpicos de Verão 2016, passando pela retumbante realização deste megaevento e, nos dias atuais, por todas as questões e angústias que envolvem o começo da incógnita era “pós-olímpica”. No bojo avassalador das promessas de recuperação da economia urbana e da imagem global da cidade, após décadas de desindustrialização, aumento da pobreza e da violência, e desaceleração geral do crescimento, foram afetados vários setores da sociedade e do meio ambiente, bem como diversas localidades, numa profunda reconfiguração territorial. Malgrado inúmeros esforços, muito há o que se estudar acerca da nova urbe que emerge após o circo levantar acampamento.

A (muito provavelmente) inédita coalizão das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) propiciou uma gigantesca mobilização de recursos financeiros, montante que nos chegou a volumes – aproximadamente 40 bilhões de reais, contas ainda não finalizadas, que se registre – que não se viam desde os anos 1960 e 1970, quando da tácita “compensação” federal pela perda da nobre capitalidade. Naquela ocasião, a da compensação pela perda da condição de capital para Brasília, a cidade concentrou a quase totalidade dos fartos investimentos em projetos de cunho eminentemente rodoviaria (os grandes túneis Rebouças e Santa Bárbara, viadutos diversos, o elevado da Perimetral, a Ponte Rio-Niterói, o elevado Paulo de Frontin etc., com abandono definitivo dos velhos bondes), e no extenso e dramático programa de remoção de favelas. A questão ambiental não figurava, ainda, no repertório das preocupações e premências da agenda urbana.

No momento em que foi possível reviver, em virtude dos megaeventos esportivos, a aura de “epicentro da nação”, a gestão urbana retomou, como outrora, o “fantasma das remoções”, afetando setenta mil habitantes e aprofundando assim as graves desigualdades socioespaciais preexistentes. No amplo e vago terreno “ambiental”, para

além dos deslocamentos forçados de população para a periferia distante, que aumentam os custos de infraestrutura urbana (pela lamentável e antiquada expansão do tecido urbano) e os custos (sociais e ambientais) de mobilidade impostos para os afetados pela remoção em massa, tivemos a muito contestada invasão de uma área natural protegida para construção de mais um Campo de Golfe,¹ além das inúmeras promessas de recuperação de nossos corpos hídricos.

Neste sentido, os principais projetos contidos no próprio Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016, na versão de Março 2013, eram os planos de despoluição da Baía de Guanabara – algo que destacamos neste trabalho – e também do Sistema Lagunar de Jacarepaguá (PGS 2013, p. 41). Após a evidente incapacidade de despoluir a Baía de Guanabara, já no Plano de Gestão de Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016, em sua versão final publicada em Agosto de 2016, a despoluição da Baía de Guanabara tornou-se responsabilidade do Governo Estadual (CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, SEA – Secretaria do Estado de Ambiente), ressuscitando o histórico, lento e improfícuo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), criado no início da década de 90 e suas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) implantadas (Penha, Ilha do Governador, Icaraí, Alegria, Sarapuí, Pavuna e São Gonçalo). A frase do então prefeito carioca Eduardo Paes que intitula este artigo – *“A Baía de Guanabara não é um tema olímpico!”*² – revela a mutação de prioridades e perspectivas no decorrer da construção da olimpíada.

Assim, este artigo tem como objetivo central avaliar o legado olímpico Rio 2016 no tocante às políticas e intervenções dirigidas à Baía de Guanabara, considerando as promessas de despoluição deste grande corpo hídrico e os resultados alcançados, visando colocar em debate a retórica do desenvolvimento sustentável e sua (in)adequação ao modelo de cidade neoliberal, particularmente em contextos de megaeventos esportivos.

¹ A despeito de ampla contestação de ativistas, o Campo de Golfe Olímpico está construído em área de proteção ambiental, a Reserva de Marapendi. O projeto envolve interesses privados no setor imobiliário, com a construção de gigantesco empreendimento favorecido por alteração das normas urbanísticas no local (MASCARENHAS, 2016).

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/01/1734714-paes-diz-que-poluicao-da-baia-de-guanabara-nao-e-um-tema-olimpico.shtml>. Acesso em maio 2017.

Baía de Guanabara: breve caracterização ambiental

A Baía de Guanabara é um corpo hídrico de imensa importância ambiental e de grande valor simbólico para o trato urbano da cidade do Rio de Janeiro. Assim, torna-se oportuno realizar uma breve caracterização geoambiental, apontando um pouco da dinâmica natural que construiu e continua a construir, em consonância com a dinâmica sócio-espacial, a pujante Baía de Guanabara do Estado do Rio de Janeiro.

No litoral fluminense, e mais precisamente na porção metropolitana, orbitam nos flancos oriental e ocidental formações costeiras muito singulares, denominadas como baías. Tais formações são caracterizadas, segundo Guerra, como

reentrância da costa, porém, menor que a de um golfo, pela qual o mar penetra no interior das terras. A porção do mar que avança dentro dessa reentrância do litoral é menor que a verificada nos golfos e, além do mais, existe um estreitamento na entrada da baía. As baías podem ter extensões consideráveis e servir de abrigo às embarcações (GUERRA, 1993, p. 49).

A Baía de Guanabara (assim batizada pelos Tamoios, significando “seio de onde brota o mar”) se encaixa na franja oriental do município sede da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e sua formação geomorfológica é parte das imensas transformações deflagradas a partir do final da última glaciação, há cerca de 12 mil anos.

A Baía de Guanabara resultou da inundação marinha provocada pelo aumento natural do nível do mar no período Holoceno (cerca de 12 mil anos a.p.), ocorrendo como consequência da elevação da temperatura global e da maior disponibilidade de água no estado líquido, o que produziu, combinado com características geomorfológicas locais, a inundação gradativa do Vale da Guanabara (*rift* da Guanabara) e no estabelecimento dessa grande bacia hidrográfica operante até os dias atuais. Segundo Amador,

a região abrange uma depressão, denominada Baixada da Guanabara, emoldurada ao Norte pelas escarpas imponentes e praticamente contínuas da Serra dos Órgãos, de direção aproximada ENE-WSW, assim como pelo Maciço do Tinguá; ao Sul, pelos maciços costeiros correspondentes às Serras da Pedra Branca, da Carioca, de Cassorotiba etc.; a Leste, pelas elevações

correspondentes às Serras do Sambe, Botija, da região de Rio Bonito; e a Oeste, pelos Maciços do Mendanha e Gericinó (AMADOR, 2012, p.31).

A complexidade e inserção desse corpo hídrico é algo inigualável no território nacional. Com uma superfície próxima aos 4600 km², a chamada Bacia da Guanabara engloba toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (AMADOR, 2012), cuja população, segundo o Censo 2010 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ultrapassa os 11 milhões de habitantes. As taxas de urbanização são as maiores do país, que medidas no mesmo censo apontaram um índice de 99,3%, contra um índice nacional de urbanização de 84%.

Mapa do Estado do Rio de Janeiro

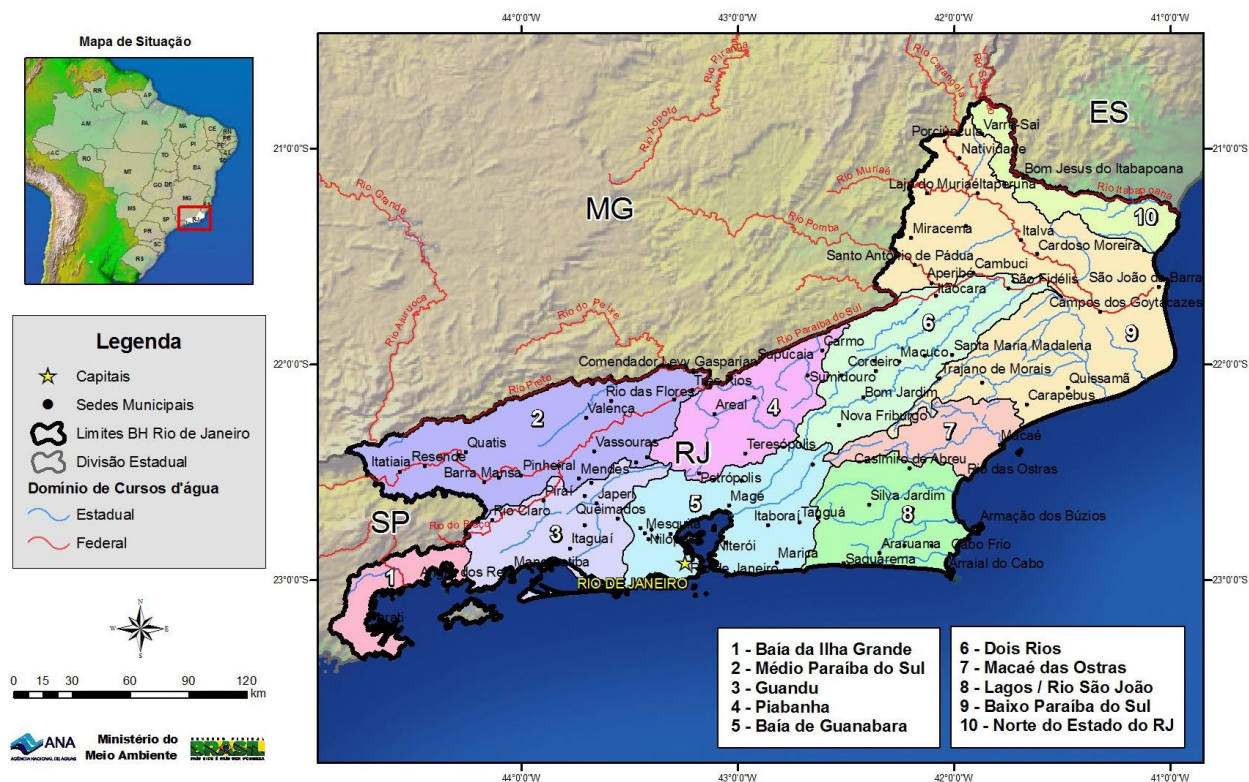


Figura 1: As bacias do estado do Rio de Janeiro.
Fonte: Agência Nacional de Águas.

Para dimensionarmos o atual quadro de pressão ambiental exercida sobre a Baía de Guanabara e sua grande bacia hidrográfica, necessitamos de um retorno aos dois últimos séculos de dinâmica sócio-espacial que legou uma paisagem altamente

degradada, seja pelos desmandos de sucessivos governos e administrações municipais, seja pelo lugar periférico que esse tipo de cuidado exerceu durante todo o desenvolvimento da cidade capitalista pós-colonial. Abreu (1987) nos lembra que

a primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital (ABREU, 1987, p. 59).

O final do século XIX impõe novas e profundas transformações urbanas para a cidade do Rio de Janeiro, motivadas pelo declínio de uma cidade de orientação tipicamente colonial agroexportadora para uma dinâmica industrial capitalista, cuja crescente necessidade por mobilidade e acesso produziu uma série de intervenções urbanísticas que priorizam a garantia de tal fluidez, ao passo que pouco ou nada se conquistou em termos de reformas urbanas que reduzissem a carga de dejetos despejados nos rios e baías. Aliás, é importante destacar que, mesmo no processo de desenvolvimento urbano dos países centrais, pioneiros no processo de industrialização, tais preocupações só se deram no século XX, com o advento da questão ambiental e todos os esforços de ampliação da qualidade de vida nos centros urbanos em franca expansão.

No início do século XX, a Reforma Urbana de Pereira Passos, em seu inegável corte sanitário, não superou o problema da crescente carga de dejetos despejados diretamente na imensa rede de drenagem da Bacia da Guanabara, o que se comprova pelo perfil positivo de perda de lâmina d'água que a Baía de Guanabara apresentou durante todo o processo de evolução urbana dos últimos dois séculos. Tal tendência de perda de profundidade é fato inerente à própria dinâmica sedimentológica de baías, que naturalmente tendem ao acúmulo de sedimentos pela carga positiva que recebem de sua rede fluvial, que poderá ou não receber tais sedimentos resultantes de atividades humanas. No caso da cidade do Rio de Janeiro (e dos municípios que compartilham a Baía de Guanabara), quase que a totalidade dos efluentes domésticos e industriais, além dos naturais, é lançada diretamente na baía sem qualquer tratamento prévio. Essa situação pouco mudou no decorrer do século XX, apesar de todos os estudos realizados

que comprovaram a excessiva carga de contaminação e degradação que a Baía de Guanabara vinha apresentando.



Fotografia 1: Baía de Guanabara: de origem do nome “Rio de Janeiro” – *seja por confusão geográfica com a foz de um rio, seja pela indistinção, na época, da nomenclatura de rios, sacos e baías* – a receptáculo dos rejeitos da (des)ordem urbano-metropolitana contemporânea.
Foto de Gilmar Mascarenhas, 08 de junho 2017.

Na segunda metade do século XX, no bojo do processo de metropolização dos grandes centros urbanos nacionais, a região da Bacia da Guanabara tornou-se o receptáculo de grandes contingentes migratórios internos, o que pressionou ainda mais a já degradada baía. Desse modo, consolida-se assim um sentido de urgência para que se formulassem estratégias e políticas públicas de minimização da degradação ambiental, consubstanciado com a visão, construída em âmbito internacional, da noção de “desenvolvimento sustentável”. Ironicamente, foi na cidade do Rio de Janeiro, maior município dentre os quinze que cercam a Baía de Guanabara, que a chamada ECO-92 entrou para a história como o evento que oficializa e propõe o conceito de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da iniciativa Agenda 21 (OLIVEIRA, 2011), lançando as bases mais gerais para a orientação do desenvolvimento econômico

supostamente “verde”. No contexto da Agenda 21 e tendo o Rio de Janeiro como sede e símbolo de um novo ideário de desenvolvimento urbano, agora supostamente sustentável, é anunciado o Plano de Despoluição da Baía de Guanabara.

O PDBG e sua posterior inserção na produção da Cidade Olímpica

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG foi concebido no início da década de 90 para elevar as condições sanitárias e ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentando como perspectiva melhorias da qualidade de vida da população local por meio da despoluição da Baía de Guanabara e áreas adjacentes³. A promessa não cumprida – do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no ano de 2009, em tratar 80% do esgoto despejado na Baía de Guanabara, no que seria um dos maiores legados da Olimpíada para o Rio⁴ – apenas reverbera o malogro histórico do PDBG, incapaz de cumprir minimamente as metas propostas.

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) iniciou suas atividades em 1994 por meio de três financiamentos: dois do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), somando R\$ 1,4 bilhão, e um da *Japan International Cooperation Agency (Jica)*, de R\$ 1,1 bilhão. Com R\$ 2,5 bilhões para tratar os esgotos e despoluir a baía, o governo do Rio de Janeiro aplicou a maior parte do valor em Estações de Tratamento de Esgoto, que nunca funcionaram em sua capacidade máxima, além de jamais conseguirem integrar todos os domicílios e os municípios vizinhos no tratamento da baía. Assim, quando o programa terminou, em 2006, não foram obtidos grandes ganhos no tratamento de esgoto no Rio, mas seu governo já havia pago R\$ 1,2 bilhão do valor contratado e mais R\$ 740 milhões em juros e correção monetária.⁵ Após este fracasso, teve início o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), que recebeu novo empréstimo do BID de mais R\$ 1,1

³ Disponível em http://www.cedae.com.br/despoluicao_baia_guanabara. Acesso em maio 2017.

⁴ Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/07/despoluicao-da-guanabara-nao-despoluiu-nada-e-ainda-estamos-pagando-juros.html>. Acesso em maio 2017.

⁵ Idem.

bilhão em 2011, com o objetivo de cumprir a meta de 80% de tratamento de esgoto até a Olimpíada – algo que, evidentemente, não alcançado.

Interessante perceber que nesta nova rodada de modernização da cidade, promovida pelo advento do ciclo de megaeventos esportivos, a agenda ambiental foi retomada com ênfase e certa euforia. Não apenas pelo favorável horizonte de aporte maciço de recursos federais, mas pelas próprias exigências do sistema olímpico quanto à persistente tentativa de promover, ainda que peremptoriamente no plano simbólico, mais uma edição de “Jogos Verdes”.

Cumprir registrar que foi anteriormente pensado e produzido, em 1996, o nosso primeiro projeto de olimpíada, para os Jogos 2004, e este teria na Zona Norte do Rio de Janeiro, mais precisamente na Ilha do Fundão (área vizinha às maiores favelas da cidade, os Complexos do Alemão e da Maré) seu “cluster” principal: o Parque Olímpico e a Vila Olímpica.⁶ Já naquele momento a Baía de Guanabara cumpria um papel essencial, cenário ou pano de fundo considerado paradisíaco para os eventos que seriam transmitidos mundialmente.

A elaboração do dossiê de candidatura para 2004 contou com relativa “participação” (ainda que muito mais protocolar e ritual do que se esperava) de segmentos da sociedade civil organizada, resultando numa perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial dos recursos e de equipamentos, para tornar a cidade menos perversa em sua geografia social. Mais tarde, em circunstâncias muito distintas, pois no bojo de consolidação do modelo de gestão urbana empreendedorista (HARVEY, 1996; VAINER, 2000) na cidade do Rio de Janeiro, foi gestado o projeto de realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e, o que mais importa neste artigo, o projeto olímpico 2016. Repleto de boas promessas ambientais, conforme veremos a seguir, este projeto

⁶Interessante notar que, aos olhos daqueles urbanistas, a Ilha do Fundão se apresentava como “paradisíaca”, por sua amenidade e sossego, por sua frente “marítima”: “Inicialmente nos falaram mal do Fundão... problemas de poluição e segurança”, disse Luis Millet (1996: 48), que apostou em projetos residenciais muito valorizados na ilha. No imaginário carioca, embebido de concepções consagradas (preconceitos e estereótipos), a Ilha do Fundão se apresenta, ao contrário, como espaço desvalorizado para fins de moradia, pois situado nas águas da baía, consideradas sujas (antítese das águas oceânicas) e na Zona Norte junto a grandes favelas.

reduzia basicamente ao plano da retórica a suposta preocupação para com a sustentabilidade, numa espécie de “*greenwashing*” (BOYKOFF e MASCARENHAS, 2016).

Baía de Guanabara pós-Olimpíada: tragédia anunciada

A construção da sustentabilidade nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, bem como na Copa do Mundo de Futebol no Brasil (2014), estabeleceu uma série de programas e metas cujo cumprimento era, de antemão, inexecutável. Assim, nota-se a espetacularização do meio ambiente na cerimônia de abertura dos jogos, onde, por exemplo, os atletas receberam sementes para semear uma árvore nativa do Brasil e a formação dos anéis Olímpicos, com seus tradicionais arcos coloridos e entrelaçados, ganharam cor verde. Por outro lado, a sustentabilidade olímpica esteve presente nos investimentos privados, ora como incremento do valor da mercadoria por ações ambientalmente corretas, ora somente como *slogan* para maior capacidade comercial do empreendimento; assim, o telhado verde na Vila dos Atletas, a coleta seletiva do Parque Olímpico ou o recolhimento da água da chuva no Maracanã – *cujos altos valores investidos e impactos sociais negativos geraram verdadeira catarse nos mais diversos movimentos sociais* – revelam, por um lado, a seletividade e o pequeno diapasão das práticas ambientais, mas por outro demonstram com irreparável clareza o quanto a sustentabilidade urbana é um potente negócio financeiro onde o meio ambiente se torna fetichizável.

Não é por outro motivo que a adoção do desenvolvimento sustentável na constituição do urbano tem revelado o quanto a tão alardeada ação ambiental atropela a própria realidade: anuncia-se a despoluição antes da confirmação dos índices efetivos de melhora na qualidade da água ou do ar, ou o reflorestamento antes de qualquer espécie de fato se estabelecer no processo de plantio. Da mesma maneira, a série de ações empreendidas é estanque e não necessariamente feita com intervenções intercaladas – isto tem base na própria Agenda 21, assinada no decorrer da (Segunda) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO-92), que é um documento que produziu uma nutriz de ideias incapaz de pensar holisticamente a

questão ambiental. Por fim, os indicadores – climáticos, botânicos, sociais, etc. – ficam em segundo plano na adoção do modelo de sustentabilidade; a preferência é que as ações ambientais sejam visíveis politicamente e que possibilitem grandes retornos financeiros.

O qualificativo “sustentável” tem significado na reestruturação urbana um processo de reestilização da paisagem que dinamiza o “*city marketing*”. Com as fábricas distanciadas do cotidiano urbano, as cidades se “suntentabilizam” sem que isso altere a realidade social das mesmas. Assim, experiências de despoluição, de filtragem, de captação de energia solar e de replantio se consolidaram paulatinamente, assim como a adoção de arquitetura ecológica, formas de tratamento e reutilização de água e coleta seletiva de lixo. O verde implica em lucros e sua adoção na urbanidade contemporânea é, acima de tudo, um processo de valorização, segregação e fetichização da cidade enquanto mercadoria.

Não é por outro motivo que a Relatório de Sustentabilidade Rio 2016, intitulado “Abraçando Mudanças”, indica que “o índice de tratamento de esgoto subiu de 12% em 2007 para 40% em 2013” e que “a qualidade da água na Baía de Guanabara nas principais áreas de competição em 2016 está dentro das normas brasileiras de balneabilidade, equivalentes às adotadas nos EUA” (2014, p. 66). Alude-se ainda a aceleração deste projeto pelos Jogos Rio 2016 por meio da implantação do Tronco Coletor Cidade Nova, que consistiu na construção de uma tubulação subterrânea para captação do esgoto sanitário de bairros centrais da cidade do Rio de Janeiro (PGS 2016, p. 72), algo previsto e que não se vincula exatamente aos Jogos Olímpicos. Assim, não se trata apenas de ficcionalização da realidade, mas da certeza que mesmo com o álibi olímpico não se chegou sequer à metade da meta proposta: a Baía de Guanabara, mesmo com “ecobarreiras” e “ecobarcos”, permanece inóspita, poluída e ambientalmente insustentável.



Fotografia 2: A praia da Escola de Educação Física da UFRJ, no Fundão: a manutenção da poluição da Baía de Guanabara como legado olímpico.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/programa-de-saneamento-da-baia-de-guanabara-pode-parar-20967377>. Acesso em abr. 2017.

Como legado, a Baía de Guanabara continua recebendo, sem tratamento, quase a metade ainda dos 461,5 milhões de litros de esgoto doméstico produzidos diariamente pelos municípios de seu entorno, o equivalente a 185 piscinas olímpicas.⁷ Vale asseverar: 75% das margens da baía estão degradadas por lançamento de esgoto *in natura* e todos os tipos de resíduos, algo em torno de 18 mil litros de esgoto sem tratamento por segundo e 200 toneladas/dia de resíduos.⁸

Segundo o biólogo Mario Moscatelli, a Baía de Guanabara se tornou uma “indústria da degradação”, onde os projetos de recuperação são subterfúgios para empréstimos bilionários do exterior. Tais recursos, segundo o biólogo, são usados ao gosto dos políticos do momento com pífios resultados ambientais. O crescimento desordenado, a falta de fiscalização permanente e da universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto são as grandes causas de degradação, mas raramente combatidas

⁷ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/esgoto-despejado-todo-dia-na-baia-de-guanabara-encheria-185-piscinas-olimpicas-17193820.html>. Acesso em maio 2017.

⁸ Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/olimpiadas-2016-o-assunto-ambiental-nao-e-item-prioritario-entrevista-especial-com-mario-moscatelli/>. Acesso em maio 2017.

com eficácia. Assim, as promessas não cumpridas de despoluição da Baía da Guanabara se tornaram, por si só, um grande negócio.⁹

Considerações finais

O projeto olímpico Rio 2016 apresentava como principal legado ambiental a despoluição da Baía de Guanabara. Propunha também a despoluição da Lagoa de Jacarepaguá, que margeia o Parque Olímpico, a remoção de comunidades em área de risco, a implantação de 450 quilômetros de ciclovias, plantio de 500 mil árvores e redução dos níveis de emissão de gases poluentes. Apesar de alguns investimentos materiais (construção de estações de tratamento de esgoto e dragagem pesada), os corpos hídricos permanecem com elevado índice de poluição, sendo este o principal fracasso ambiental dos Jogos. Ao que tudo indica, o ideário do desenvolvimento sustentável comparece nos megaeventos esportivos de forma ainda tênue e servindo muito mais como efeito de publicidade (GAFFNEY, 2013). Os grandes interesses econômicos sobressaem, promovendo desastres ambientais como o anteriormente citado Campo de Golfe construído às custas da aniquilação de uma reserva natural. No Rio de Janeiro, em particular, é consenso geral que o aspecto mais problemático de todo o legado dos Jogos é justamente o ambiental, pois nenhum dos principais projetos foi efetivamente concretizado. Insistimos no obsoleto rodoviarismo, poluente e tecnicamente de baixa eficácia, através de quatro linhas do sistema BRT (“*Bus Rapid Transit*”). Nosso metrô, de traçado e amplitude pífios, sofreu ampliação bem abaixo da esperada e necessária e ainda sem adentrar os bairros periféricos e menos assistidos – muito menos os demais municípios da região metropolitana – negando assim a essência da própria terminologia do modal: “metropolitano”. Em suma, a não despoluição da Baía de Guanabara corresponde à “ponta do iceberg”, a face mais evidente do fracasso geral das promessas de sustentabilidade como legado dos Jogos 2016.

⁹ Idem.

Apesar de tais evidências, a ideologia do desenvolvimento sustentável, contraditoriamente ou não, permanece viva. Se a Baía de Sepetiba se tornou o símbolo do desenvolvimento por sua degradação – é o destino dos rejeitos da “revolução industrial extemporânea” da Região do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, onde emergiu uma verdadeira “capitania industrial metal-siderúrgico-energética”¹⁰ –, a Baía de Guanabara permanece, à revelia dos poucos avanços na sua despoluição, como catalisadora de funções turístico-recreativas, como a constituição do Porto Maravilha e atração de cruzeiros turísticos. Seu “core”, com uma vasta riqueza arquitetônica histórica em suas margens e novos empreendimentos modernos de lazer, cultura e transporte, redimensionam seu potencial econômico, tornando os espaços urbanos mais emblemáticos das margens da Baía de Guanabara “símbolos de pós-modernidade urbana” e renovando a crença na construção futura da sustentabilidade. O problema e motivo de desesperança ambiental é que, ainda que com futuros traçados de forma dissonante, as baías de Sepetiba e de Guanabara não representam o problema *per se*, mas são consequências, com similaridades e vicissitudes, de um modelo urbano, produtivo e ecológico insustentável, em curto, médio e longo prazos.

Referências Bibliográficas

ABRAÇANDO MUDANÇAS: Relatório de Sustentabilidade Rio 2016, Setembro 2014. Disponível em: https://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/relatoriodesustentabilidade_rio2016_set2014.pdf. Acesso em: 09 de outubro de 2016.

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

¹⁰ Itaguaí, cidade que recebeu maiores insumos produtivos, assistiu a explosão de investimentos industriais impulsionados pela consolidação de empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, como a Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), a Gerdau, a Usiminas, a Petrobrás e a LLX, do ramo logístico e que pertence a holding EBX. Foi relevante para este “boom” a expansão do Porto de Itaguaí e a fundação do Porto Sudeste. Contíguo a Itaguaí, o distrito industrial de Santa Cruz (Rio de Janeiro) também tem se redinamizado, apresentado externalidades como grande área disponível, infraestrutura e capacidade logística rodoviária, ferroviária e portuária, agilidade na implantação do projeto, menores custos operacionais, incentivos fiscais, etc. As cidades de Seropédica, Queimados, Japeri e Paracambi completam a emergente região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (CHAGAS, 2015; OLIVEIRA, 2015).

AMADOR, Elmo da Silva. *Bacia da Baía de Guanabara - Características Geoambientais, Formação e Ecossistemas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.

BOYKOFF, Jules; MASCARENHAS, Gilmar. The Olympics, Sustainability, and Greenwashing: The Rio 2016 Summer Games. *Capitalism, Nature, Socialism: a journal of socialist ecology*, v. 1, p. 1-11, 2016.

CHAGAS, Guilherme Mapelli. O processo de reestruturação territorial – produtiva na cidade de Itaguaí- Rio de Janeiro. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano IV, Número 7, Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1898>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

GAFFNEY, Christopher. Between Discourse and Reality: The Un-Sustainability of Mega-Events Planning. *Sustainability*, 5, 2013, 3926-3940.

GUERRA, Antônio José Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1996, nº 36, pp. 48-64.

KARAMICHAS, John. *The Olympic Games and the Environment*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. O turvo horizonte da sustentabilidade no urbanismo olímpico e o caso Rio 2016. *Advir (ASDUERJ)*, v. 35, p. 84-93, 2016.

MILLET, Luis. Work-shop sobre a Ilha do Fundão. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Seminário Jogos Olímpicos 2004*. Rio de Janeiro, 1996.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio - 92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emergência da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano IV, Número 7, Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1814>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

[PGS, 2013] Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016 (Março 2013, versão 1). Disponível em:

https://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/plano_gestao_sustentabilidade_ago2013.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2016.

[PGS, 2016] Plano de Gestão de Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016 – Estratégias de Sustentabilidade (Versão Final), 1.º de julho de 2016, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/conheca-o-plano-de-gestao-de-sustentabilidade-dos-jogos-rio-2016/08032016_plano_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2016.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP, 2002.

SCHMMIT, Pal. O movimento olímpico e o meio ambiente. In: TAVARES, O. DACOSTA, L e MIRANDA, R (orgs.) *Esporte, olimpismo e meio ambiente: visões internacionais*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARTIGOS

AS CIDADES APÓS O NEOLIBERALISMO?

Neil Smithⁱ

Resumo: O artigo pretende demonstrar que, embora seja dado como morto, pois alguns de seus pilares foram desmontados em termos práticos e teóricos, o neoliberalismo continua com força econômica e militar. A escala urbana demonstra bem essa continuidade, onde a desregulamentação, o desemprego e a violência criaram um “caos urbano sistêmico” que não poupa sequer as cidades do centro do capitalismo.

Palavras-chave: neoliberalismo; crise urbana; conflitos militares; urban restructuring.

CITIES AFTER NEOLIBERALISM?

Abstract: This paper argues that neoliberalism is still a force to be reckoned with economically and militarily, even though some its foundations have been theoretically and practically shaken. That is demonstrated on the urban scale, in which deregulation, unemployment and violence have created a "systemic urban chaos" that does not spare even the cities at the center of capitalism.

Keywords: neoliberalism; urban crisis; military conflicts; restructuring.

¿CIUDADES DESPUÉS DEL NEOLIBERALISMO?

Resumen: El artículo pretende demostrar que, aunque sea dado por muerto, pues algunos de sus pilares fueron desmontados en términos prácticos y teóricos, el neoliberalismo continúa con fuerza económica y militar. La escala urbana demuestra bien esta continuidad, donde la desregulación, el desempleo y la violencia crearon un "caos urbano sistémico" del cual no escapan, ni siquiera, las ciudades del centro del capitalismo.

Palabras clave: neoliberalismo; crisis urbanas; conflictos militares; reestructuración urbana.

ⁱ Tradução de Ariane Melchior Nunes da Horta, Guilherme Chalo Nunes e Pedro Henrique Melchior Nunes da Horta. Originalmente publicado em Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 9-30.

*... compreendíamos posteriormente que
estivemos em contato com alguma coisa estranha e
valiosa. Havíamos vivido numa coletividade onde a
esperança era coisa mais normal do que a apatia ou
cinismo, onde a palavra “camarada” significava
camaradagem e não, como ocorre na maioria dos
países, mera conversa fiada.
Respiramos o ar da igualdade.
George Orwell, Lutando na Espanha*

O neoliberalismo foi uma jornada longa, difícil e violenta para milhões, se não bilhões de pessoas pelo mundo. A crise financeira que começou a se revelar em 2007 não só marcou, de certa maneira, o fim do neoliberalismo, como sugerido por alguns críticos, mas também acarretou em uma perspectiva mais ampla para aqueles que se preocuparam mais com o capitalismo *in toto* do que com sua variante especificamente neoliberal. Diferentemente das chamadas crises econômicas asiáticas de 1997-1999, quando as metáforas em vigor se referiam à ameaça de “contágio”, dez anos mais tarde a linguagem se referia a “ativos tóxicos”. A mudança de uma metáfora epidemiológica para uma ambiental pode ser sintoma de uma mudança política mais ampla nas ideologias dominantes, mas ambas as metáforas também expressam certa negação da gravidade das crises. Em 1997, “contágio” expressava o medo de que um outro corpo saudável (capitalismo europeu e norte-americano) fosse infectado pela doença econômica (Ásia); dez anos depois, a nova linguagem expressava um medo paralelo – ainda que menos especializado – de que um capitalismo saudável fosse poluído por uma toxicidade aberrante. Quando essa poluição de fato ocorreu – e o próprio capitalismo se tornou tóxico em escala global – os desesperados financistas de todo o mundo exclamaram espantados: “mas não é assim que o capitalismo deveria funcionar!”

A função e a situação das cidades mudaram significativamente durante o período neoliberal do capitalismo, que podemos datar mais ou menos desde a década de 1970. O propósito dos trabalhos neste volume é explorar, por meio de vários estudos de caso, algumas dimensões desta mudança, o caos urbano sistêmico que produziu e a expansão igualmente sistêmica do caos que acompanha de modo crescente a debilitação do

neoliberalismo.¹ Cada uma das cidades examinadas por esses autores oferece um relato bastante concreto, ainda que existam temas compartilhados. Os trabalhos foram apresentados em uma conferência no *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) em novembro de 2008, em um seminário chamado: “Depois do Neoliberalismo: Cidades e Caos Sistêmico”. Embora planejado meses antes, foi celebrado justo no momento em que a profundidade da crise global estava se tornando evidente e ocupava diariamente as manchetes de jornais ao redor do mundo. A atenção, contudo, ainda não se direcionava para o arrocho nas cidades, apesar de já evidente que o gatilho imediato (se não a causa definitiva) da crise estava nos mercados residenciais urbanos, isto é, nas hipotecas *subprime* nos Estados Unidos. A situação das cidades somente começou a receber destaque quando a crise começou a se infiltrar nos orçamentos estatais e a recair também sobre as municipalidades. Antes de abordar a questão das cidades, e tratar da transformação e do processo urbano contemporâneo, primeiramente é importante garantir que fique claro o significado do neoliberalismo, de sua história, substância e conflitos.

Neoliberalismo: morto, mas dominante

É inegável que em várias partes do mundo, desde os anos 70, do Chile a Londres, de Nova York a Xangai, as iniciativas neoliberais de direita dominaram as lutas políticas e ideológicas por corações, mentes e poder social. Existem exceções, mas nas últimas três décadas a esquerda foi amplamente derrotada e esmagada até mesmo quando chegou no poder. O edifício do neoliberalismo teve três pilares centrais: a exaltação do livre mercado econômico como a única moeda legítima de interação social; a concomitante (e parcial) desregulamentação de algumas funções de Estado e a revogação do projeto keynesiano de provisão de bem-estar e de suporte para reprodução social; bem como a santidade da propriedade privada junto à progressiva privatização de recursos sociais. Tudo isso veio junto com um *status* de veneração de lucros, ações, individualismo e

¹ Esse texto de Neil Smith, em sua publicação original, serviu como uma espécie de introdução aos demais artigos produzidos para uma série de conferências realizadas no *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) em novembro de 2008 (Nota dos tradutores).

capital financeiro – a “financeirização da vida cotidiana” (MARTIN, 2002). Também há de ser enfatizado que, apesar de o neoliberalismo certamente ter uma origem autodeclarada em economistas austríacos e americanos e, décadas depois, na política externa dos EUA e do Reino Unido, foi um fenômeno verdadeiramente global. Com poucas exceções, os líderes nacionais da Europa, África, Ásia e das Américas abraçaram o neoliberalismo como uma estratégia de classe que transcende por completo a raça; os líderes de Zimbábue, México, Chile e China contribuíram, tanto como o Reino Unido e os Estados Unidos, com o avanço do neoliberalismo. De fato, foram os ativistas políticos latino-americanos dos anos 70 que popularizaram o termo “neoliberalismo” como um epíteto crítico.

Desde o começo da crise econômica é igualmente inegável que os três dogmas do neoliberalismo foram amplamente anulados. Em primeiro lugar, o colapso do *subprime* e a conseqüente crise nos mercados de habitação ao redor do mundo golpearam o coração do regime de propriedade privada do neoliberalismo, cortando o nexo entre finanças e propriedade do capital; os ativistas de muitas cidades ocuparam propriedades abandonadas, enquanto os funcionários responsáveis do Estado e até mesmo instituições financeiras se recusaram a expulsá-los. Em segundo lugar, ainda que muitos serviços tenham sido cortados, alguns governos nacionais e locais foram forçados a reinvestir em moradia, desemprego e em outros benefícios sociais. Em terceiro lugar, o Estado tem promovido intervenções em várias economias, efetivamente nacionalizando bancos e algumas das maiores corporações industriais em diversos países onde a ideologia do neoliberalismo foi sacrossanta. Nos Estados Unidos, onde a crise começou, vários bancos foram efetivamente nacionalizados assim como duas das maiores companhias de automóveis. Em um determinado momento, o governo dos EUA, por meio de estímulos e planos de resgate, possuiu 79,9% da General Motors, uma das maiores corporações capitalistas; em junho de 2009, apenas 10% da General Motors era propriedade privada. Enquanto isso, com a campanha “Buy American”, o protecionismo começou a reflorescer nos Estados Unidos e em outros lugares. Eficazes ou não, os planos de estímulo do Reino Unido até a China e EUA envolveram vários níveis de investimento no estilo keynesiano em infraestrutura e suporte social.

Inegavelmente, a ideologia do neoliberalismo perdeu seu poder. Na prática, o neoliberalismo parece também perder todo seu ímpeto. Assim como o neoconservadorismo perdeu seu poder ideológico depois que a Guerra do Iraque fracassou, o neoliberalismo atualmente também não está gerando nenhuma ideia nova. Este não foi um processo repentino, mas ocorre há pelo menos uma década. Pelo menos cinco fatores contribuíram para esta perda de impulso político. Em primeiro lugar, a crise econômica asiática de 1997-1999 expôs a falha do neoliberalismo em seus próprios termos econômicos, convencendo vários defensores de alto nível, desde Joseph Stiglitz a Jeffrey Sachs, a lançar críticas fulminantes e *mea culpas*. Em segundo lugar, a emergência da oposição política, especialmente na América Latina, montou um significativo desafio para um conjunto de ideias e práticas econômicas que foram impostas ao continente desde o começo dos anos de 1970. Em terceiro, e mais importante, o movimento de antiglobalização do final dos anos 90 e começo dos anos 2000 – de Vancouver a Genova, Seattle a Cancún – também expôs a brutalidade e hipocrisia do neoliberalismo. Ainda que logo tenha se fragmentado, esse movimento merece um crédito considerável por traduzir a acusação ao neoliberalismo em um desafio aberto. Em quarto lugar, a Guerra do Iraque liderada pelos EUA e Grã-Bretanha, que apenas confundiu a guerra contra o terrorismo com a agenda política e econômica neoliberal, foi um drástico erro diplomático até nos próprios termos da administração de Bush, não mencionando a grande incompetência com a qual foi realizada. Nos primeiros anos do século XXI, um neoliberalismo então atrofiado, na melhor das hipóteses, foi preenchendo os interstícios geográficos e sociais de um projeto que havia estancado. O colapso econômico que se produziu em 2008, com a crise do *subprime*, e resultou na queda econômica global, foi apenas o último e quinto prego no caixão neoliberal. Apesar de um alívio na queda do mercado de ações, na primavera de 2009, ter encorajado alguns economistas e comentaristas dos EUA a prever uma atenuação da crise, outros, olhando de um âmbito mais global a queda da produção industrial e do comércio global, detectaram um declínio ainda mais acentuado do que o de 1929 que deu início à Grande Depressão (EICHENGREEN E O’ROORKE, 2009). Como sempre, é

evidente que a profundidade e extensão do declínio econômico é muito desigual ao redor do globo.

A ideologia neoliberal pode agora estar mortalmente ferida, mas não podemos ser tão precipitados ao declarar o fim do neoliberalismo como tal. Apenas se aceitássemos a autorrepresentação ideológica do neoliberalismo, isto é, que representou a retirada do Estado da economia privada e um retorno aos mercados puramente livres e à propriedade privada, faria sentido anunciar o fim do neoliberalismo em tudo, a não ser em termos ideológicos. Um neoliberalismo sem Estado foi seu próprio mito. Na realidade, o Estado, em várias escalas – nacional, local e global – contribuiu constantemente por meio de desregulamentações empresariais, despesas militares, políticas de habitação, política fiscal corporativa, desenvolvimento urbano, repressão social, políticas de “desenvolvimento” global e ampliação de seu próprio empreendedorismo para avançar o projeto neoliberal. Muitas das instituições e regulações dessa época se mantêm poderosamente firmes com muito poucas alternativas coerentes à vista. Assim, faz mais sentido tomar emprestada a feliz frase de Jürgen Habermas, aplicada nos anos 80 para o destino do modernismo, e concluir que o neoliberalismo está “morto, mas dominante” (HABERMAS, 1985; SMITH, 2008). O neoliberalismo está certamente em um estado de atrofia, mas seu poder econômico e militar perdura. Ele deixou para trás, e continua produzindo, um rastro de destruição humana, tanto nos barracos e favelas do mundo, como no meio ambiente, ou então nas pessoas despojadas por razões de classe, gênero, raça, nacionalidade ou por pertencerem a um povo indígena.

Revolução urbana – cidade global

A globalização e o neoliberalismo foram formulados como mundos gêmeos após a década de 1970, mas não foram gêmeos idênticos. Visto que o neoliberalismo representou uma ampla estratégia política, social e econômica – apropriação por uma classe do poder social no sentido mais amplo – a globalização compreendeu um componente econômico-geográfico um pouco mais estreito do que o projeto neoliberal.

A globalização não foi um fenômeno completamente novo como seus defensores tanto argumentaram – o capitalismo sempre foi um projeto global –, mas, do mesmo modo, uma certa crítica marxista que sugere que a globalização não trouxe nada de novo é também uma visão míope. A globalização representou uma nova variante do capitalismo, erodindo as barreiras econômicas estabelecidas pelo sistema de Estados nacionais – no fim dos anos de 1990 estava ficando cada vez mais difícil identificar as economias nacionais coerentes, separadas umas das outras. Isso estava obviamente imbricado com o projeto neoliberal mais amplo de privatizações e desregulamentações (pelo menos no que se refere ao capital), mas também trouxe um nível global de migração do trabalho que teve poucos precedentes. Isso de forma alguma sugere um mero fim do Estado-nação; em termos políticos e culturais, o oposto também pode acontecer. No entanto, isso sugere que o relacionamento das cidades com os Estados nacionais e com a cultura global e as políticas econômicas mudaram dramaticamente. Em 1970, Henri Lefebvre supôs que a urbanização veio a substituir a industrialização como um momento mundial histórico na produção de espaço (LEFEBVRE 1979; 1974). Ele desenvolveu um pouco mais esta ideia, mas como sempre foi elíptico sobre o que significava. Entretanto, pode ser que Lefebvre sentia algo que só agora está se tornando mais aparente. Ele começou seu livro, *A Revolução Urbana*, com a seguinte hipótese: “A sociedade foi completamente urbanizada” (LEFEBVRE 2003: 1). Essa foi uma característica hipérbole dialética de Lefebvre – apenas em 2005, de acordo com as Nações Unidas, a população passou a ser majoritariamente urbana – que servia para centrar o ponto de interesse de Lefebvre no que ele chamou de “revolução” urbana. Ao escrever em 1970, ele não podia deixar escapar a profundidade dos acontecimentos revolucionários de 1968 – de fato ele esteve centralmente envolvido neles – e mesmo assim, curiosamente, sua discussão de revolução urbana teve pouco a ver com aquela revolta contemporânea. Ao invés disso, acabou focando em histórias mais a longo prazo. A “problemática urbana”, como Lefebvre colocava, seria a história do futuro, e ele antecipou a ascensão do que chamou de “cidades globais”. O que a linguagem do mundo ou as cidades globais sugerem? O que era a cidade pré-global e o que faz a cidade especialmente global agora? A questão quase sempre

silenciada é que as cidades na história prévia do capitalismo foram primeiro e sobretudo criaturas de economias nacionais.

Não obstante, as ligações internacionais intensas que obviamente conectaram as cidades operavam como *loci* de produção e reprodução dos capitalismo nacionais. De fato, foi um axioma da teoria urbana no período do pós-guerra, de Lefebvre até Harvey, de Castells à teoria feminista, que qualquer que fossem suas funções, a justificativa para a cidade capitalista foi identificada primeiramente como o local da reprodução social vis-à-vis as economias nacionais. Com o dismantelamento do apoio de muitos Estados às políticas e programas de reprodução social, o neoliberalismo rompeu com este evidente nexos; mais precisamente, a globalização forjou um novo relacionamento entre cidades e a economia global que, em certa medida, ignora o Estado nacional. Não mais definido como o reservatório de trabalho para economias nacionais, as *regiões* urbanas são plataformas de produção crescentes para a economia *global* (SMITH 2002). Xangai e São Paulo, Mumbai e Cidade do México são cada vez mais os modelos para o futuro urbano, afastando Nova York, Londres e até Tóquio.

A questão aqui não é dizer que as cidades da Europa e da América do Norte ou Japão estão, de alguma maneira, tornando-se obsoletas; nem que elas estão isentas das relações reestruturadas entre as escalas globais, nacionais e urbanas. Certamente elas também estão se transformando em regiões de produção para a economia global enquanto continuam a reter funções de reprodução social e inúmeras outras, mas elas já não representam a vanguarda da mudança urbana. Talvez o sinal mais visível desta mudança é a proliferação de largas zonas industriais, zonas econômicas especiais invariavelmente adjacentes ou incorporadas a portos e aeroportos para facilitar o transporte. Enquanto que nos anos de 1970 só haviam poucas dúzias dessas zonas em vários países, hoje são vários milhares segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e elas são geralmente muito maiores. As maiores entre essas zonas especiais têm surgido na Ásia, da China até Dubai, mas elas são encontradas atualmente em todo o mundo. Estima-se que 30 milhões de trabalhadores chineses estavam empregados nessas zonas antes da crise econômica.

A emergência das zonas de comércio e das indústrias associadas com a globalização exemplifica outro aspecto do argumento de Lefebvre sobre a urbanização e a problemática urbana. Elas representam um segmento do programa que poderíamos chamar de “promoção imobiliária”². A construção das infraestruturas e instalações para tais zonas é em si um enorme investimento de bilhões de dólares em capital produtivo. De modo mais geral, a reconstrução dos ambientes urbanos – infraestrutural ou residencial, de lazer ou melhorias ambientais – veio desempenhar um papel mais centralizado na economia global. Como mostra a contribuição de Eva García Perez, Patricia Molina Costa e Emmanuel Rodríguez López, em nome do OBSERVATÓRIO METROPOLITANO (2009)³, a reforma de Madrid como cidade global tem envolvido muitos projetos massivos de promoção imobiliária que se relacionam não só com firmas globais de construção e desenvolvimento (em si mesmas um fenômeno relativamente novo), mas com o consumo do turismo global. A crescente e orquestrada gentrificação de bairros pobres na área central da cidade, como em qualquer lugar, parte deste processo.

E ainda assim a escala de tamanha reestruturação urbana e promoção imobiliária na Europa e na América do Norte é ofuscada diante do que ocorreu em outros lugares. Por um lado, podemos pensar na inédita escala de reconstrução em torno dos Jogos Olímpicos de Pequim de 2008, em que aproximadamente foram removidas um milhão de pessoas e podemos pensar também na reconstrução de Xangai para a Exposição Mundial de 2010 (ver ROSS, 2009) ou na renovação das docas e fábricas de Mumbai. Novamente, o amálgama entre desenvolvimento internacional de capital, gentrificação e turismo é central. Por outro lado, não é por acaso que a crise econômica global, a partir de 2007, foi impulsionada por uma crise das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos. Nisso foi bem diferente da Grande Depressão da década de 1930, que começou como uma crise inteiramente financeira. A crise desta vez deixou exposta a extensão sem

² *City building*, no original. Preferimos a tradução aqui por “promoção urbana”, seguindo a tradução comum de “city builders” por “promotores imobiliários”, embora a expressão original seja mais enfática no aspecto da produção do espaço urbano – numa tradução direta, “construção de cidades” (Nota dos tradutores).

³ Assim como as referências a seguir a Andrew Ross (2009), Raquel Rolnik (2009) e Mike Davis (2009), esta indicação do texto do Observatório Metropolitano se refere ao volume onde o artigo de Neil Smith foi originalmente publicado como uma espécie de introdução.

precedentes de como a promoção imobiliária vem se integrando à esfera do capital financeiro e vice-versa. Nenhuma destas consequências é inteiramente nova: as zonas industriais anteriores aos anos de 1970 e o capital imobiliário sempre estiveram unidos ao capital financeiro. O que é novo hoje é a intensificação e a conseqüente densidade destas relações unidas a um projeto maior de promoção imobiliária antecipado pela “problemática urbana” de Lefebvre.

A crise urbana sistêmica

Há uma longa história da migração rural-urbana, um processo tão velho quanto as próprias cidades. No entanto, quando as Nações Unidas anunciaram que, em 2005, a população do mundo seria, pela primeira vez, mais de 50% urbana, parecia que um importante limiar havia sido cruzado. Certamente, as migrações em massa para as cidades foram acompanhadas por rodadas anteriores de crescimento e desenvolvimento urbano, mas a escala das mudanças com o conseqüente desenvolvimento de populações urbanas na Ásia, América do Sul e, cada vez mais, na África, juntos da subsequente explosão da promoção imobiliária, tem sido, nas últimas duas ou três décadas, sem precedentes. Em muitos lugares, a migração rural-urbana compõe a maior parte do crescimento urbano, o que se encontra intimamente ligado ao novo papel das regiões urbanas dentro da globalização. Talvez a confirmação mais direta dessa nova situação veio no começo de 2009, na China. Sob o efeito da crise econômica global, a economia chinesa, que estava crescendo em uma média estimada de quase 10% anuais nos anos anteriores, reduziu-se a uma média estimada de apenas 6,5%. Ainda que esta pudesse ser uma taxa invejável em qualquer outra economia – a economia dos EUA estava declinando quase no mesmo ritmo – a contração produziu uma enorme perturbação na China e se estima que 20 milhões de trabalhadores urbanos foram sumariamente expulsos das cidades e enviados de volta para casa em aldeias de onde tinham vindo anos antes.

Várias dimensões da migração urbana recente e a conseqüente transformação urbana compõem hoje uma novidade. Em primeiro lugar, uma porcentagem crescente destes

fluxos migratórios agora ocorrem através das fronteiras nacionais, em lugar do interior destas. Isso não é sem precedentes, e as migrações dos séculos anteriores da Europa à América constituem um bom exemplo. Mas o que é novo, hoje, é mais uma vez a escala deste fenômeno e de sua extensão: centro-americanos e antilhanos que se deslocam para a Europa; asiáticos do Sul e filipinos se movendo para o Golfo; asiáticos do leste e sudeste se movendo em maior ou menor número para cidades em grande parte do mundo; leste-europeus se mudam para a Europa Ocidental; enormes migrações, muitas vezes forçadas, dentro da zona central da África Subsaariana central ou para fora do Iraque, e assim sucessivamente. Esta escala de movimentos globais tem sido facilitada, em parte significativa, não apenas pela disponibilidade de tecnologias de computadores e da comunicação desde os anos de 1980, permitindo um contato facilitado com as famílias, amigos, potenciais trabalhadores e colaboradores em casa e em todo o mundo, mas especialmente pela desregulamentação das transferências de divisas através das fronteiras nacionais, desde os anos 70 e 80. Antes disso, a maioria dos países estabelecia um rígido limite à possibilidade de envio de moeda estrangeira para indivíduos (o mundo dos negócios ficava significativamente isento). No caso da Grã-Bretanha, por exemplo, até o final dos anos 70 um indivíduo que viajasse para o exterior encarava limites de centenas de libras por ano em moedas estrangeiras, e qualquer troca de moeda ficava cuidadosamente registrada no próprio passaporte. Hoje, pelo contrário, a desregulamentação da moeda abriu toda uma nova economia global de remessas para casa por parte dos trabalhadores emigrantes e imigrantes que seria impossível três décadas antes. Cada bairro de imigrantes em cidades de todo o mundo tem seus escritórios da *Western Union* ou de empresas similares de transferência internacional de dinheiro.

A segunda dimensão da mudança diz respeito ao destino dos assentamentos informais e do setor informal nas cidades em um sentido mais amplo. Não é de surpreender, talvez, que essas mudanças são muitas vezes contraditórias. Ainda que tenha claros precursores, o amplo reconhecimento acadêmico de um setor informal nas economias sociais das cidades só ocorreu nos anos 70 e 80. Muitos desses trabalhos inicialmente eram provenientes da América Latina e, mesmo que as conexões entre a economia

formal e informal fossem rapidamente notadas (veja como exemplo MCGEE, 1976), foi a diferença entre esses setores, entretanto, que dominou a pesquisa. E isso é compreensível. A proeminente ascensão do setor informal estava baseada na crescente industrialização do setor “formal” de muitas economias do Terceiro Mundo no pós-guerra, como foram chamadas naquele momento (veja ROY e ALSAYYAD, 2004) e o contraste pareceu notadamente chamativo.

Entretanto, a combinação de globalização e neoliberalismo, a partir dos anos 80, mudou isso. Por um lado, o desmantelamento parcial ou completo dos direitos de importação e outras formas de proteção econômica e comercial nacional, imposto pelo Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, os acordos comerciais multi-estatais e outras instituições estatais globais e nacionais, transformou o setor informal, ainda que muitos pequenos empreendedores tenham lutado para “formalizar” suas atividades. Frequentemente com apoio material ou tácito de organizações específicas municipais, nacionais, globais ou de Organizações Não-Governamentais (ONGs) – subsídios estatais, programas de empréstimos em pequena escala, esquemas de microcrédito, provisão de infraestruturas e outros programas, muitas vezes fomentadas pela corrupção de uma economia crescentemente privatizada –, isso levou a uma indefinição muito mais incisiva dos limites entre os setores formais e informais. Para se ter um claro exemplo: se uma mulher ou grupo de mulheres estiver trabalhando em uma aldeia nos arredores de Hanoi, fazendo roupas em casa ou em um barracão fabril, e enviá-los regularmente e diretamente para um grande distribuidor multinacional na cidade, que vende as roupas para o Walmart, elas estão trabalhando no setor formal ou informal? Para se ter um segundo exemplo, o da habitação. Não é incomum achar um mercado de habitação estruturado e dividido por classes em zonas residenciais anteriormente informais, de modo que algo parecido a uma modesta gentrificação pode agora ser reconhecida em várias dessas áreas.

E o oposto também está acontecendo, talvez em uma escala muito maior. As mesmas estratégias e políticas do neoliberalismo e da globalização deixaram expostas as atividades no setor informal de muitas cidades aos fortes ventos da competição global por salários baixos e outras localizações preferíveis para a produção. Muitos que viviam

no limite do setor informal foram expulsos e a possibilidade de se ganhar a vida ficou cada vez mais espremida. O acesso ao trabalho, a materiais de construção ou à produção de bens, o acesso à água, cada vez mais privatizada (que não se pode piratear), ao cuidado infantil, aos serviços privatizados de saúde e educação, à proteção física, ao transporte – o acesso a todas as necessidades da vida diária foi crescentemente suprimido para milhões de pessoas sob o regime neoliberal. Ao mesmo tempo, os assentamentos informais onde elas vivem, cada vez mais densos e se espalhando pelas periferias das grandes metrópoles, têm ocupado terrenos livres, ainda que marginais, que poderiam ser utilizados por uma agricultura informal.

Todas essas mudanças e muitas outras são sistêmicas na medida em que são inerentes à transformação da economia social e política global. São menos o resultado de uma mudança global imposta de cima para baixo do que de um vetor integral de reestruturação em múltiplas escalas geográficas. O resultado é visto dramaticamente em *Planet of Slums*, de Mike Davis, que se pauta no anúncio das Nações Unidas de um mundo com maioria urbana e na estimativa de que talvez um bilhão de pessoas ao redor do mundo agora se encontra morando em barracos. Acumulando uma grande quantidade de dados, Davis constrói, às vezes com detalhes dolorosos, um retrato da exploração e da pobreza urbana espalhada em todo mundo. Uma sensação de ruína iminente e insustentabilidade planetária impregnam essa história.

Ainda que a maior concentração de favelas do planeta possa ser encontrada na Ásia, América Central e do Sul e África, a contribuição para este volume do Observatório Metropolitano deixa claro que, em paralelo com a globalização do trabalho, a explosão da forma urbana envolve a expansão da pobreza já existente e a expansão paralela também em bairros da Europa e, podemos também acrescentar, da América do Norte (veja também OBSERVATÓRIO METROPOLITANO 2007). Sempre houve setores e bairros informais no assim chamado núcleo [*core*], mas estes estão agora cada vez mais incorporados ao tecido físico e social. A imagem que emerge é de uma cidade bem mais dicotômica do que aquelas que provocaram as discussões sobre a cidade dual nos anos 80. Não são apenas as zonas gentrificadas do centro da cidade e os diversos enclaves e complexos enriquecidos pelos investimentos de capital e negócios que estão em

contraste com as crescentes favelas. Esta dualidade econômica geográfica existente da cidade contemporânea se intensificou, mas também foi endurecida pela infusão política de um novo regime de segurança. Comunidades fechadas, enclaves e loteamentos para os ricos, juntamente com a florescente segurança privada e transporte, são a norma para mais e mais “urbanitas” ricos; reforço na polícia patrulhando o espaço público, vigilância, contenção e a militarização do policiamento onde antes não estava militarizado são as novas normas para muitos dos pobres. Estes são obviamente os sinais geográficos de uma incisiva realidade social, a saber: os níveis de desigualdade entre os ricos e os pobres têm se expandido dramaticamente nas últimas duas ou três décadas. Isto não é verdade apenas na América do Sul e nos Estados Unidos, onde os índices de desigualdade já são altos desde os anos 70, mas ainda mais na Índia e ainda em Estados como a China e a Rússia, que renunciaram a um socialismo nominal por um capitalismo neoliberal.

Outro aspecto para esta crise sistêmica merece consideração. Na última década, ou antes, as mudanças climáticas tornaram a questão ambiental dominante em todo o mundo. É impossível estabelecer qualquer distinção clara entre causas naturais e sociais, se não por outros motivos, então pelo fato de que a mais pura distinção conceitual não pode ser aplicada efetivamente na realidade empírica. No entanto, a realidade desta advertência é certamente inegável e as últimas estimativas dessa crise são alarmantes. De acordo com um relatório preparado pelo grupo de estudos do ex-secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Fórum Humanitário Global, as mudanças climáticas talvez já sejam responsáveis por 300.000 mortes por ano e espera-se que o número suba para 500.000 até 2030. Os custos monetários são estimados em 125 bilhões de dólares por ano e pode subir mais de quatro vezes nas próximas duas décadas (VIDAL, 2009). Merecendo ou não, o tom das discussões públicas sobre as mudanças climáticas é apocalíptico, ainda que as ações para evitar as consequências pareçam fracas ou inexistentes. Em sua contribuição, Mike Davis (2009) junta-se à briga, desafiando as estimativas científicas mais pessimistas como sendo demasiadamente otimistas e promovendo uma imagem do caos planetário que ele sente como já inevitável. Ele ressalta que a grande maioria das vítimas são previsivelmente as mais vulneráveis, isto

é, elas virão do “mundo em desenvolvimento” (o grupo de reflexão de Annan estima em 99% das mortes resultantes e em 90% das perdas econômicas). Davis termina com uma conclusão mais otimista de que a ação social combinada organizada pode resolver o problema.

Se o problema deve ser atacado, é importante questionar severamente sobre o porquê de a questão das mudanças climáticas ter gerado tamanha adesão política global. Por exemplo, a epidemia global da malária chega a cerca de 1 milhão de vidas por ano, muitas delas crianças e também predominantemente em países em desenvolvimento, mas somente tem gerado uma fração dessa preocupação, ao menos no norte global, e nada de seus verborrágicos apocalípticos. Ou existem milhões de pessoas que morrem a cada ano, nas cidades do mundo, efetivamente pela pobreza. Mais ainda: à luz das afiadas críticas que marxistas, feministas, historiadores de ciência e outros desenvolveram à “ciência burguesa”, entre os anos 60 e 80, por que há tanto silêncio na esquerda quando diz respeito não apenas aos detalhes da relevante ciência climática, mas também a respeito de problemas maiores, como os interesses particulares dos cientistas em consequência do fluxo de fundos que eles recebem ou o contexto social da ciência nesses tempos neoliberais (em crise ou não)? Nada disso significa negar a realidade do aquecimento climático, menos ainda apoiar interesses corporativos evidentes com a sua negação. Em vez disso, com vistas a lidar com a crise, essas questões pretendem separar as estratégias reais de ação das quiméricas.

Da crise ao caos e de volta novamente

Com enfoques variados sobre cidades distintas como seu material bruto, os ensaios deste volume não parecem, à primeira vista, dar fortes esperanças de que as crises urbanas sistêmicas, fomentadas durante o momento neoliberal do capitalismo, provavelmente diminuirão. Muito pelo contrário. No presente contexto, a perspectiva é de que um neoliberalismo atrofiado – morto, mas dominante – amontoará o caos no topo da crise. Em muitos lugares, é evidente que isso já aconteceu e a linguagem da era neoliberal trai a si mesma. A linguagem dos “Estados falhados”, por exemplo, é

normalmente pronunciada em uníssono com a do caos civil e político; do Iraque à Somália e Paquistão, os próprios Estados – mais precisamente suas populações – são feitos para assumir a responsabilidade por desarticulações e exclusões do capital global que são parte constitutiva do caos.

Há de se ressaltar, no entanto, e isso se aplica nos ensaios incluídos aqui, que qualquer que sejam os pontos comuns e as relações conectando as cidades ao redor do mundo, elas vão experimentar o caos pendente em formas radicalmente desiguais. Madrid não é Xangai e Lagos não é Los Angeles. Cidades diferentes exemplificam distintas combinações de neoliberalismo e suas consequências, distintas combinações contraditórias de opulência para alguns e profunda pobreza para todos os outros, e o caos resultante não será diferente. Como o caos se desdobra em áreas urbanas específicas e, em que medida, terá muito a ver com a diferença entre as instituições políticas, sociais e econômicas e as relações existentes em diferentes cidades. Dependerá também de como as diferentes cidades responderão não só ao desenvolvimento em suas próprias regiões, mas para processos nacionais e globais dependerá do poder que as cidades têm, como também do poder político e econômico que elas podem obter a partir de instituições nacionais e globais. Politicamente é especialmente importante compreender a desigualdade deste caos iminente. O caso da pirataria na região costeira da Somália proporciona um excelente exemplo do porquê. Na Europa, na América do Norte e outros no *cockpit* do capitalismo global, a mídia e a classe política trataram a onda de pirataria no início de 2009 como pura barbárie incivilizada que faz lembrar o filme *Piratas do Caribe*. Era como uma aberração que parecia ratificar o estatuto da Somália como “Estado falhado”. Em grande parte não revelada era a história e o contexto em que pirataria surgiu. Na verdade, há vários anos, navios porta contêineres viajam principalmente da Europa, especialmente da França, despejando resíduos nucleares tóxicos no mar ao longo da costa da Somália. A morte do oceano rapidamente dizimou o modo marginal de vida de pescadores locais que, em retaliação, apoderavam-se dos navios exigindo um resgate por eles. (O único pirata até agora capturado pelos Estados Unidos é um pescador adolescente). Assim, na Somália, os piratas vieram a ser conhecidos como “a nova guarda costeira”.

Como um todo, a perspectiva de um caos que se amplia nas cidades do mundo não deveria ser apresentada como uma visão apocalíptica. Embora muitas vezes não seja difundido publicamente, o medo da revolta na esteira da crise econômica global é um terror profundamente enraizado nas classes dominantes no mundo. Em uma entrevista canadense, em 2009, Niall Ferguson, o apologista de Harvard do Império Britânico, previu que antes da crise ser resolvida “haverá sangue”. Antes de tudo terminar, ele continuou: “Isso será o estopim de guerras civis” e “vai derrubar governos [isso já aconteceu na Islândia e na Letônia] ... e trará governos extremistas”. (citado em SCOFFIELD, 2009). Agitação civil, interna e de outros tipos também ronda as mentes da CIA e do MI5 britânico e também as mentes dos militares de ambos os países. Por conseguinte, a CIA adicionou a crise econômica global em sua lista das principais ameaças à segurança.

Por mais autênticos que esses medos sejam, é difícil de antecipar, e ainda mais difícil de prever, as formas que esse caos pode tomar e onde ele ocorrerá (na iminente possibilidade de conflagração social nas cidades brasileiras, ver ROLNIK, 2009). Aqui, outra questão de linguagem se torna aparente. A retórica de “marginalização” e “exclusão” recentemente se tornou uma moda, um meio para lamentar a difícil situação daqueles que poderiam chegar a qualquer revolta ou resposta ao caos imposto oficialmente. Entretanto, na realidade, essa linguagem aparentemente compreensiva emana do próprio neoliberalismo, seja dos escritos do Banco Mundial ou das ONGs. Ela apresenta o mundo como uma dicotomia – aqueles felizmente que estão no centro (econômico e não geográfico) e aqueles que não estão – e achata qualquer diferença entre aqueles que estão “marginalizados”. Entretanto, o objetivo da organização política é, presumivelmente, o de fazer o árduo trabalho de constituir, por fora da extraordinária diferença, um “nós” que seja poderoso o suficiente para criar um tipo diferente de futuro.

Assim, a declaração feita por Ferguson e os movimentos da CIA e do MI5 também apontam implicitamente para o fato de que o futuro se tornou radicalmente mais aberto, de um modo que não era possível há uma década antes, no auge da hegemonia neoliberal. Enquanto o crescente caos sistêmico parece ser inevitável, os resultados

deste caos não são. Poderia ser um caos que traz uma forte (ou ainda mais forte) repressão estatal, ou poderia ser um caos que traz alternativas muito reais para a organização social. É improvável que a produção de alternativas urbanas ocorra tranquilamente, não será espontânea ou instantânea, por mais que seja certo que tais revoltas espontâneas serão produzidas. Em lugar disso, exigirá trabalho e organização. Se datarmos o começo da crise em 2007, há de ser dito, porém, que os sinais de uma oposição crescente estão esporadicamente presentes e que os distúrbios, da Grécia ao Peru, e da França à China rural, embora ligados retoricamente, não estão organizacionalmente articulados, apesar do Fórum Social Mundial e todo seu incerto futuro. Também há de ser dito que a construção de tal oposição coordenada será desafiada muito violentamente pela implementação de uma ideologia estatal de segurança que retrata trabalhadores em greve, migrantes, grupos étnicos, mães, juventudes enfurecidas, ambientalistas e ativistas antiguerras como ameaças “terroristas”. Ainda mais grave: os novos aparatos e tecnologias para severa repressão, desenvolvidos e justificados durante a chamada guerra ao terror (onde não estavam em evidência), estão disponíveis e prontos para serem utilizados contra qualquer oposição social e política. Eles são úteis, em outras palavras, para o recrudescimento do caos na repressão, em primeiro lugar, daqueles que estão lutando contra as fontes desse caos. O desafio agora parece ser esse: como entender claramente e se organizar em oposição ao caos iminente sem, ao mesmo tempo, provocar o pânico em nome de uma segurança que, ao transmitir um medo com muitas faces, age como uma poderosa forma de controle social; e sem, ao mesmo tempo, recorrer ao apocalipse e assim capitular diante desse medo. Esses lapsos – ceder ao pânico pela segurança ou recorrer ao discurso apocalíptico – teria o efeito de imobilizar qualquer oposição efetiva, seja por medo ou desesperança. Em vez disso, uma vez que o futuro urbano está, de fato, radicalmente aberto novamente, poderíamos fazer muitas coisas piores do que nos inspirarmos em Orwell para encontrar caminhos, não apenas retrospectivamente mas também prospectivamente, e adotar a esperança como “mais normal do que a apatia ou cinismo” e de respirar o “ar da igualdade”.

Referências bibliográficas

DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. Londres: Verso, 2006.

EICHENGREEN, Barry; O'ROURKE, Kevin. *A Tale of Two Depressions*. Disponível em <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3421&ref=patric.net>. Acesso em jun. 2009.

HABERMAS, Jürgen. Modernity, A Incomplete Project. In: Foster, Hal (ed.): *Postmodern Culture*. Londres: Pluto, 1985, pp. 3-15.

HASAN, Arif. The Changing Nature of the Informal Sector in Karachi Due to Global Restructuring and Liberalization, and its Repercussions. In: Roy, Ananya; AlSayyad, Nezar (ed.). *Urban Informality. Transnational Perspectives from Middle East, Latin America and South Asia*. Lanham, Md.: Lexington Books, 2004, pp. 67-68.

LEFEBVRE, Henri. *La Révolution urbaine* Paris: Gallimard, Collection Idées, 1970.

_____. *La Production de l'espace*. Paris: Editions Anthropos, 1974.

_____. *Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

MARTIN, Randy. *Financialization of Everyday Life*. Filadelfia: Temple University Press, 2002.

MCGEE, Terry: The Persistence of the Proto-Proletariat: Occupational Structures and Planning for the Future of The Third World Cities. In: *Progress in Geography*, núm. 9 (1976), pp. 3-38.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. *Madrid: ¿la suma de todos? Globalización, territorio, desigualdad*. Madrid: Traficantes de sueños, 2007.

_____. Madrid. Explosión y crisis del modelo urbano. In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 31-42.

ROY, Ananya; ALSAYYAD, Nezar (ed.). *Urban Informality. Transnational Perspectives from Middle East, Latin America and South Asia*. Lanham, Md.: Lexington Books, 2004.

ROLNIK, Raquel. Confinamiento o conflagración: metrópolis brasileñas al límite. In: SMITH, Neil; ROLNIK, Raquel; ROSS, Andrew; DAVIS, Mike. *Después del*

neoliberalismo: ciudades y caos sistémico. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 43-59.

ROSS, Andrew. Shanghai en el límite. In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 61-78.

SCOFFIELD, Heather. There Will Be Blood. In: *The Globe and Mail*, 10 abr. 2009.

SMITH, Neil. New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. In: *Antipode*, vol. 34, núm. 3 (2002), pp. 427-450.

107

_____. Neoliberalism is Dead, Dominant, Defeatable... Then What?. In: *Human Geography*, vol. 1.2, núm. 1-3, 2008.

SMITH, Neil; ROLNIK, Raquel; ROSS, Andrew; DAVIS, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009.

VIDAL, John. Climate Change Creates New "Global Battlefield". In: *The Guardian Weekly*, 5-11 jun. 2009.

ALTERAÇÕES NO USO DA TERRA DAS APP'S DO RIO SAGRADO (MORRETES/PR) E A EVOLUÇÃO DAS FEIÇÕES FLUVIAIS DE DEPÓSITO

Monica Kleinaⁱ

Amanda Machado de Almeidaⁱⁱ

Eduardo Vedor de Paulaⁱⁱⁱ

Leonardo José Cordeiro Santos^{iv}

Resumo: O desenvolvimento de atividades econômicas em Áreas de Preservação Permanente (APP's) são grandes responsáveis por desequilíbrios na dinâmica fluvial, o que implica em mudanças na estabilidade das margens de rios, intensificando as enchentes e assoreamento. A bacia hidrográfica do rio Sagrado denota alta produção de sedimentos, já que está entre as que mais contribuem ao processo de assoreamento da baía de Antonina (PAULA, 2010) e por isso, possui diversas feições fluviais deposicionais (ilhas e barras) em seu canal (KLEINA *et al.*, 2014). Partindo deste contexto, o trabalho teve como objetivo mapear o estado de conservação das APP's do rio Sagrado e analisar as relações deste estado com a proximidade e evolução das feições de depósito nos anos de 2006 e 2011. Os dados foram gerados em ambiente SIG, por meio de ferramentas do *software* ArcGIS 9.3.1. Devido à dinamicidade das feições, os resultados apontam que não é possível afirmar a relação destas com o estado de conservação da mata ciliar, exceto para as porções recém-alteradas, que indicam alta relação.

Palavras-chave: mata ciliar; uso do solo; feições fluviais; sistema de informações geográficas.

LAND USE CHANGE AT THE RIO SAGRADO PPAs (MORRETES/PR) AND THE EVOLUTION OF FLUVIAL DEPOSIT

Abstract: The development of economic activities in Permanent Preservation Areas (PPA's) creates instability in the river dynamics, engendering river bank alterations, intensifying floods and silting. High

ⁱ Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná – Brasil. Contato: monicakleina@gmail.com

ⁱⁱ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná – Brasil. Contato: ama.almeida87@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professor Dr. do Departamento de Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná – Brasil. Contato: eduardovedordepaula@yahoo.com.br

^{iv} Professor Dr. do Departamento de Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná – Brasil. Contato: santos.ufpr@gmail.com

sediment production has been verified for the Rio Sagrado watershed, strongly impacting the sedimentation process of Antonina Bay (PAULA, 2010), and displaying several depositional fluvial features (islands and spits) in its channel (KLEINA *et al.*, 2014). This paper seeks to map the conservation condition of Rio Sagrado's PPAs, in connection with the proximity and evolution of the depositional features for 2006 and 2011. The data was generated in a GIS environment employing ArcGIS 9.3.1 software tools. Due to the dynamics of the features, the results indicate that it is not possible to establish relationships between those features and the conservation level of the riparian forest, except for recently altered portions, for which a high relationship was established.

Keywords: bank thicket; soil usage; fluvial patterns; geographical information systems.

CAMBIOS EN EL USO DEL SUELO DE LAS APP'S DEL RIO SAGRADO (MORRETES/PR) Y LA EVOLUCIÓN DE LAS MORFOLOGÍAS FLUVIALES DE DEPÓSITO

Resumen: El desarrollo de actividades económicas en Áreas de Preservación Permanente (APP's) es un grande responsable de desequilibrios en la dinámica fluvial, lo que implica cambios en la estabilidad de los márgenes de ríos, intensificando las inundaciones y la sedimentación. La cuenca hidrográfica del río Sagrado denota alta producción de sedimentos, ya que está entre las que más contribuyen al proceso de asentamiento de la bahía de Antonina (PAULA, 2010) y por ello, posee diversas morfologías fluviales depositarias (islas y barras) en su canal (KLEINA *et al.*, 2014). A partir de este contexto, el trabajo tuvo como objetivo mapear el estado de conservación de las APP's del río Sagrado y analizar las relaciones de este estado con la proximidad y evolución de las características de depósito en los años 2006 y 2011. Los datos se generaron en ambiente SIG, con el software ArcGIS 9.3.1. Debido a la dinámica de las facciones, los resultados apuntan que no es posible afirmar la relación de éstas con el estado de conservación de la mata ciliar, excepto para las porciones recién alteradas, que indican alta relación.

Palabras clave: mata ciliar; uso del suelo; morfología fluvial; sistema de información geográfica.

1. Introdução

As Áreas de Preservação Permanente (APP's) de rios (mata ciliar) são instituídas pela Lei Florestal Brasileira (Lei nº 12.651/12) e desempenham funções ambientais essenciais para a manutenção dos recursos hídricos, a exemplos de recarga hidrológica e qualidade

da água. Com o crescente avanço da urbanização e do agronegócio, o desafio é manter a qualidade dos recursos naturais e assegurar o bem-estar das populações humanas, que são direitos previstos na Constituição de 1988 e na Legislação Ambiental Brasileira. PAULA (2010) argumenta que as intervenções antrópicas podem alterar as paisagens em diversas escalas e esse processo se agrava quando intervenções ocorrem nas APP's. Atividades antrópicas em APP's podem gerar danos ambientais e socioeconômicos, com prejuízos aos cofres públicos para a realização de obras de dragagem e aos produtores rurais devido à perda de áreas produtivas.

Atividades humanas, como a simples retirada de cobertura vegetal e/ou agricultura, interferem nos processos de recarga de aquíferos e alteram a qualidade dos recursos hídricos devido à contaminação, além de outros impactos como aumento da quantidade de materiais em suspensão, aceleração dos processos erosivos e conseqüentemente assoreamento de rios, lagos e áreas alagadas (TUNDISI, 2006).

Conforme GUERRA e MARÇAL (2006), a frequência dos processos de erosão, transporte e deposição dos sedimentos em um rio varia de acordo com as características naturais e atuais da bacia. Desta forma, PAULA (2010) avaliou o aumento na produção de sedimentos causado pelas interferências antrópicas no uso do solo nas bacias hidrográficas que drenam para baía de Antonina, simulando dois cenários: o primeiro, contemplando as bacias recobertas integralmente por vegetação natural e o segundo, elaborado a partir da interpretação da cobertura vegetal e uso do solo em imagens obtidas pelo satélite SPOT-5, referentes ao ano de 2005. O estudo demonstrou que a bacia do rio Sagrado foi a unidade hidrográfica que apresentou maior grau de antropização de toda área estudada, com acréscimo de 4.777 toneladas de sedimentos ao ano, o que corresponde a um aumento de 190,1%, em comparação ao cenário natural (KLEINA *et al.*, 2014).

Destes sedimentos, significativa parcela permanece no leito menor dos rios, sendo denominada de feições fluviais de depósito. As mesmas resultam da interação que existe entre encostas e vales fluviais, permitindo constantes trocas entre estes dois elementos na bacia hidrográfica. BRIERLEY e FRYIRS (2000) as classificam como unidades

morfológicas caracterizadas por sedimentos depositados (ilhas e barras), que podem ser encontradas nos terços médio e inferior de drenagens, principalmente meândricas.

São numerosos os trabalhos que utilizam feições fluviais como explicação do comportamento de drenagens, dentre eles, podem-se citar: WHEATON (2015); LIMA (2010); SOUZA (2014); SANTOS *et al.*, (2008); SANTOS (2005); FRYIRS *et al.*, (2009); Brunsden (2001); entre outros, tornando-se um tema em ascensão nas pesquisas que envolvem os cursos d'água. Segundo BOAS *et al.*, (2010), a rede de drenagem é o subsistema que aponta as alterações no funcionamento de todo sistema, seja através de inundações, na migração do canal, ou no assoreamento do leito.

Deste modo, KLEINA *et al.* (2014) mapeou as feições fluviais no rio Sagrado nos anos de 2006 e 2011 e verificou que houve um aumento de 47% na quantidade identificada de um ano a outro, comprovando a instabilidade do rio e conseqüentemente da bacia. CHRISTOFOLETTI (1969) aponta que estudos que envolvem o diagnóstico da rede hidrográfica podem auxiliar na compreensão de inúmeras questões geomorfológicas, já que esta é constituída por processos morfogenéticos, que atuam e alteram as formas existentes. Entre estes processos, as mudanças climáticas e antropogênicas são consideradas as que causam agressões mais rápidas, afetando o regime hidrológico, alterando a morfologia e dinâmica das drenagens (GRAF, 1978).

A razão do aumento de sedimentos depositados pode ser atribuída às recentes alterações do uso do solo, conforme descreve PAULA (2010), especialmente em APP's de mata ciliar, que são de alta suscetibilidade à produção de sedimentos. O contrário ocorre em áreas restauradas (ou em restauração), que estão em processo de recuperação e diminuem o processo de assoreamento das drenagens.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo verificar o estado de conservação e alteração dos usos do solo nas APP's do rio Sagrado e a relação de proximidade destes com a evolução das feições fluviais de depósito nos anos de 2006 e 2011.

A área de estudo compreende, portanto, o rio Sagrado (Figura 1), localizado no município de Morretes, na Serra do Mar e Planície Litorânea Paranaense, com aproximadamente 25 quilômetros de extensão.

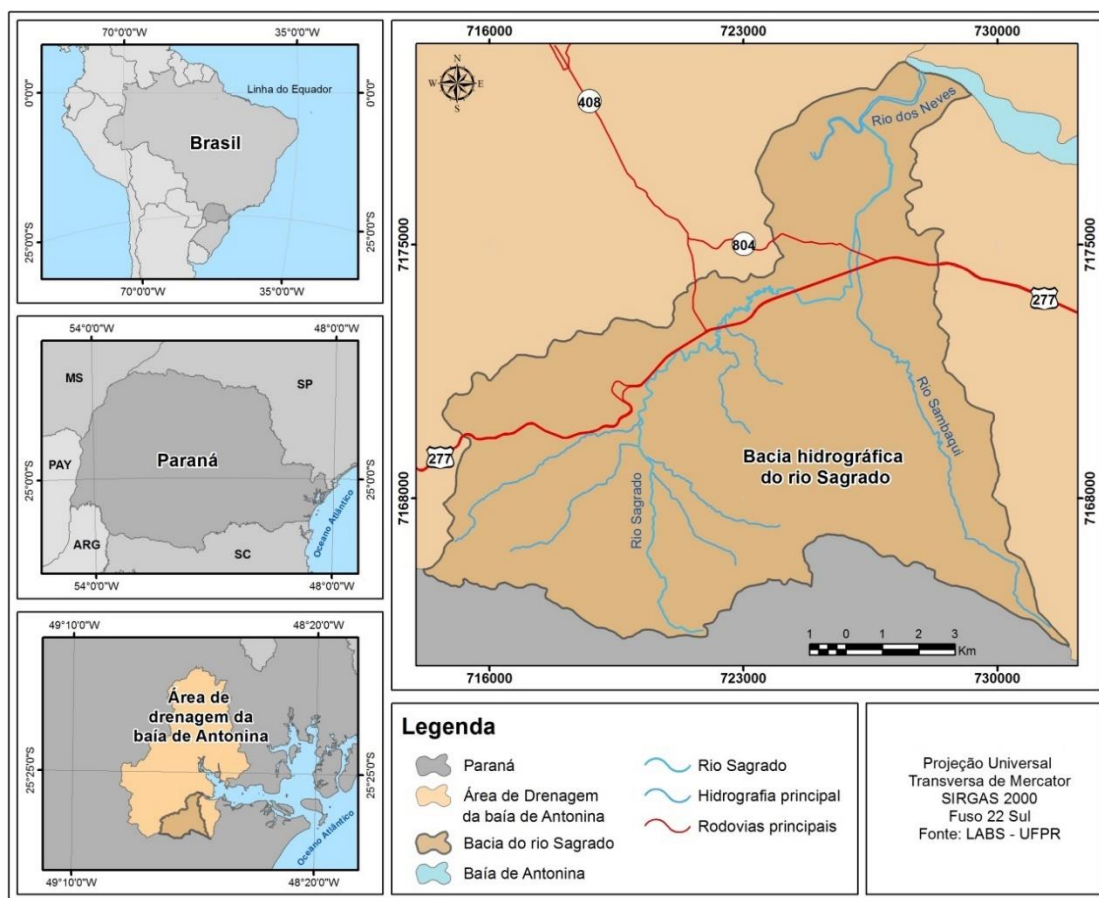


Figura 1. Localização da bacia hidrográfica do rio Sagrado inserida na área de drenagem da baía de Antonina
 Fonte: Elaborado pelos autores

2. Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram necessárias três etapas: a primeira, intitulada de mapeamento; a segunda, de classificação e a terceira, denominada de proximidade, conforme exemplificado no fluxograma da Figura 2.

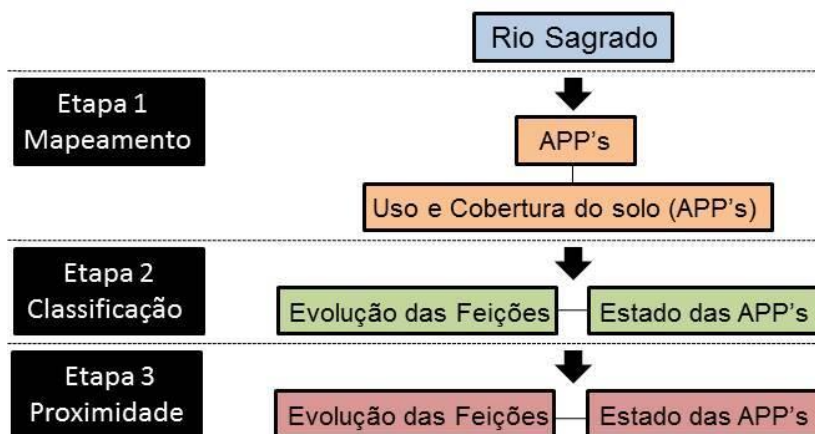


Figura 2. Etapas para o desenvolvimento do trabalho
 Fonte: Elaborado pelos autores

Todas as etapas foram desenvolvidas em ambiente SIG, por meio do software ArcGIS 10.3, da ESRI. Para o mapeamento das APP's, foram utilizados arquivos vetoriais (*shapefile*) em escala 1:25.000 correspondentes a hidrografia, curvas de nível e pontos cotados. Estes dados foram produzidos no ano de 2002 pelo DSG (Departamento de Serviço Geográfico do Exército) e posteriormente editados por PAULA e CUNICO (2006). A primeira etapa se iniciou com a delimitação das APP's de mata ciliar do rio Sagrado, conforme a normativa do Código Florestal Brasileiro anterior (Lei nº 4.771/65), por ser a lei vigente no período dos dados analisados. A partir das APP's delimitadas, mapearam-se em escala 1:5.000 a cobertura vegetal e o uso da terra (2006 e 2011) das áreas APP's de mata ciliar do rio Sagrado. Os mapeamentos foram realizados a partir da interpretação das imagens do satélite SPOT-5, cuja resolução espacial é de 5 metros. A segunda etapa demandou a execução de álgebra de mapas, por meio da utilização de ferramentas de cruzamento espacial, disponíveis no *Analysis Tools*, da extensão *ArcToolbox*, do software ArcGIS 10.3. Nesse sentido, primeiramente se verificou a evolução das feições fluviais (ilhas e barras) dos anos de 2006 e 2011, mapeados por KLEINA *et al.*, (2014), na escala de 1:25:000, sendo propostas as seguintes classes: Acrescidas - feições presentes apenas em 2011, Decrescidas - feições existentes somente em 2006 e; Inalteradas - feições presentes nos dois anos mapeados. As feições que se mantiveram inalteradas foram identificadas com o auxílio da ferramenta *Intersect*. Já com a ferramenta *Symmetrical difference* foi possível mapear as feições

fluviais novas, as feições extintas e as feições que apresentaram porções com acréscimo ou decréscimo de sua área total.

Posteriormente, para a identificação do estado de conservação das APP's de rios, foram realizados cruzamentos, com o uso a ferramenta *Intersect*, entre os arquivos de APP's e os dados de uso da terra dos anos de 2006 e 2011. O estado de conservação da mata ciliar nos dois anos foi determinado pelas categorias: Conservada, Alterada, Recém-Alterada e Restaurada. As áreas conservadas correspondem aquelas que apresentaram, nos dois anos, vegetação em estágio médio ou avançado. Os ambientes alterados são os que nos dois anos analisados passaram por intervenções antrópicas, como agricultura, pastagem e estradas rurais, ou apresentaram vegetação em estágio inicial, que pode ser atribuído a um possível regime de pousio no dia da captura da imagem, mas posteriormente voltaram a ser manejados. As porções recém-alteradas correspondem as que as intervenções antrópicas foram identificadas apenas no ano de 2011, e por fim, as áreas restauradas são as que em 2006 encontravam-se alteradas, porém em 2011 encontraram-se conservadas.

A terceira e última etapa consistiu no estabelecimento das relações de proximidade (análise de distância) entre todas as classes de evolução das feições (acrescidas, decrescidas e inalteradas) e as categorias de estado de conservação das APP's (conservadas, restauradas, alteradas e recém-alteradas). Para esse fim, a ferramenta *Near* mediu a distância entre as porções de área dos dados em questão. A classificação de proximidade foi estipulada em metros, onde: 0 a 10 m - muito próximo; 10 a 50 m - próximo; 50 a 100 m - distante; e acima de 100 m - muito distante. Estes intervalos foram adotados conforme as características do rio, propostos pelos autores em virtude do amplo conhecimento e experiências de trabalhos em campos na área, sendo o último realizado em março de 2016.

Por fim, é importante destacar que todos os dados gerados são arquivos em formato vetorial (*shapefile*) e o sistema de projeção adotado nos mapeamentos foi o Universal Transversa de Mercator (UTM), *datum* SIRGAS 2000, Fuso 22 Sul.

3. Resultados e discussão

Foram identificadas duas formas de feições fluviais de depósito no rio Sagrado, as ilhas localizadas no centro e as barras nas laterais dos canais fluviais. Estas feições são agravadas em função do uso da terra da bacia, resultando na erosão do solo exposto e das margens fluviais, o que causa a deposição e conseqüentemente, o assoreamento (KLEINA *et al.*, 2014). O reconhecimento da ocupação nas áreas de APP's de mata ciliar pode auxiliar na identificação da relação de proximidade entre estas feições com a evolução das atividades em seu uso.

Por meio do mapeamento das áreas conservadas e alteradas inseridas nas APP's do rio Sagrado, nos anos de 2006 e 2011, obtiveram-se as quatro classes representadas pela Figura 3. A área mapeada corresponde a 16.493 m², sendo a classe conservada a que apresentou maiores dimensões, com 9.431 m², ou seja, 57,18% do total mapeado. Em seguida, tem-se a classe alterada, que representou 19,21% ou 3.169 m². A classe recém-alterada correspondeu a 16,29% (2.687 m²) e, com menores dimensões (7,31%), tem-se a classe restaurada, que somou 1.205 m².

Desta forma, 42,82% das APP's (em pelo menos em um dos anos analisados) sofreram alguma interferência no seu uso. No terço superior do rio Sagrado, nota-se a predominância da classe conservada, na qual a mata ciliar mostrou-se preservada, sobretudo, por se localizar em áreas de altas declividades da Serra do Mar paranaense, o que dificulta a implantação de sistemas de produção.

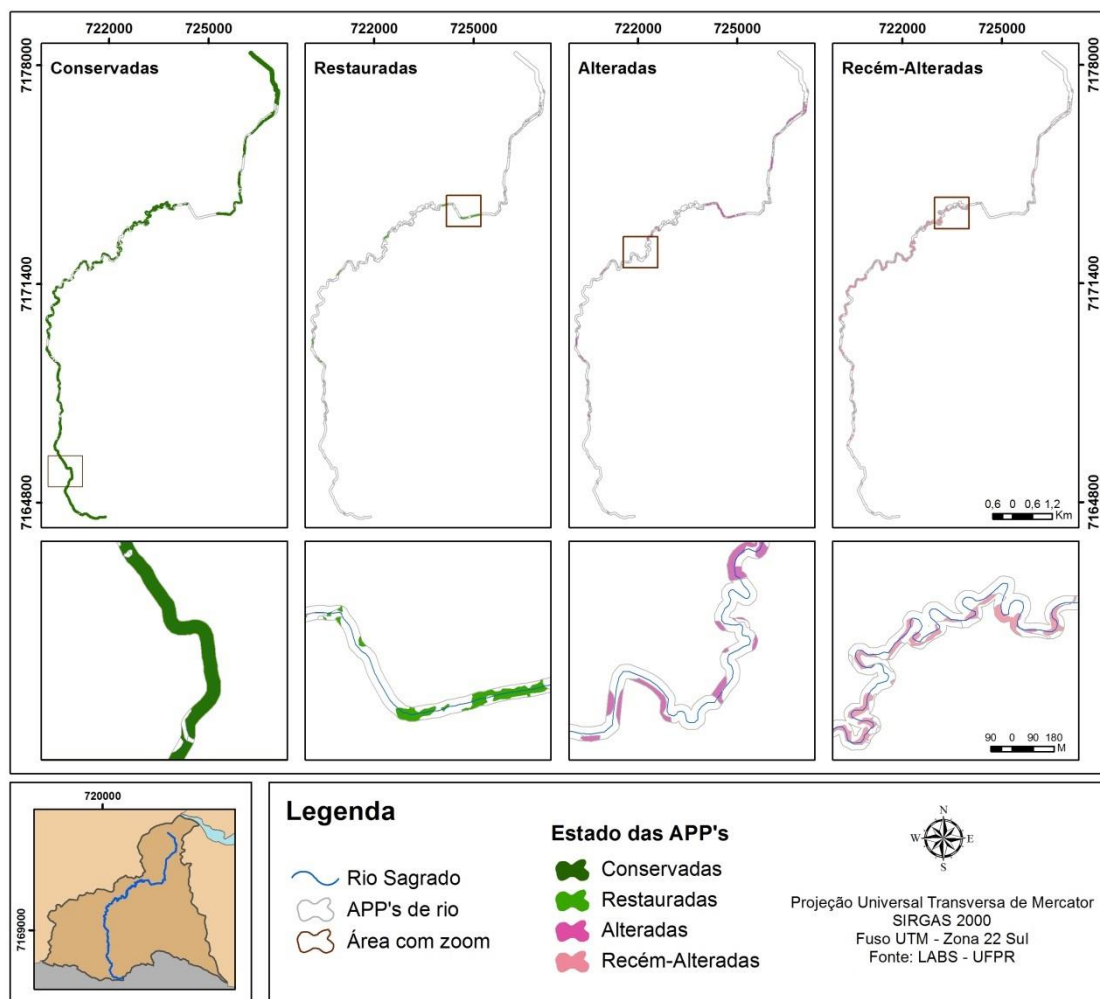


Figura 3. Estado de conservação e alteração das APP's do rio Sagrado
 Fonte: Elaborado pelos autores

A alta energia do curso d'água no terço superior do rio Sagrado, decorrente de declividades muito altas a moderadas, as quais apresentam valores acima de 47% (porção próxima à nascente) até 30% (PAULA e NOWATZKI, 2008), provoca erosão em seu leito e justifica a ausência de sedimentos à montante (Figura 4A).

Os sedimentos começam a ser depositados no terço médio, em seções de menores declividades (entre 30 a 12%). As transformações na mata ciliar, relacionadas às características de um canal erosivo, aceleram os processos de produção de sedimentos e geram acréscimos nas feições já existentes. Deve-se ressaltar que, grande parte destes acréscimos é encontrada neste terço, no qual predominam as feições recém-alteradas, causadas pela desproteção das margens do rio devido à retirada da mata ciliar. Nesta porção do rio foram identificadas formações de novas feições no ano de 2011, além do

acréscimo na dimensão, sobretudo, das barras existentes em 2006. No final deste terço, a APP da margem esquerda do rio Sagrado está conservada, o que provavelmente pode explicar a reduzida modificação no tamanho das barras mapeadas (Figura 4B).

“As modificações da Lei Florestal Brasileira tendem a reduzir consideravelmente as faixas de restauração das APP’s, sobretudo para propriedades que apresentam um módulo fiscal, as quais são predominantes na bacia hidrográfica em análise. Desta forma, acredita-se que os processos de formação e acréscimo de ilhas e barras fluviais tenderão a continuar em elevada dinamicidade, devido ao avanço da degradação do uso do solo na bacia, principalmente em Áreas de Preservação Permanente”.

A porção inicial do terço inferior do rio Sagrado, a qual apresenta menores sinuosidades, referiu-se aos locais onde se identificaram as maiores restaurações nas APP’s e reduzida presença de feições fluviais. Condição similar também foi observada nas áreas próximas à foz, que são recobertas por manguezais ainda conservados. É pertinente salientar que a presença de feições nestes segmentos do rio, mesmo que em pequena quantidade e dimensões, pode ser atribuída ao transporte de sedimentos oriundos dos segmentos anteriores.

De maneira oposta, a maior intensidade de alterações, conforme se pode observar na Figura 4C, ocorre justamente no segmento intermediário do terço inferior do rio Sagrado, o qual apresenta significativa formação de novas feições fluviais, cuja origem pode ser

parcialmente atribuída ao volume de sedimentos que está sendo disponibilizado pelas margens desprotegidas do mesmo.

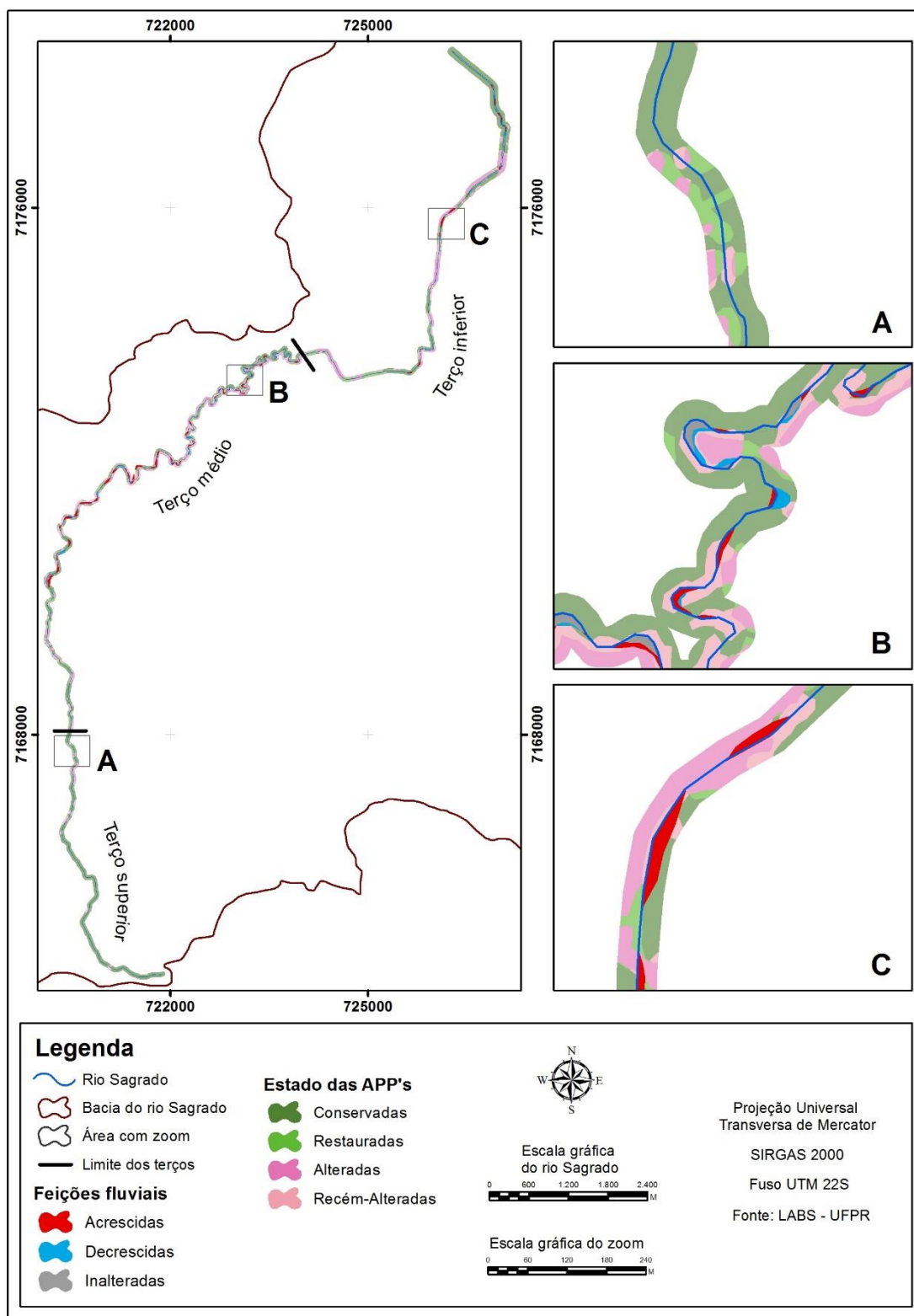


Figura 4. Acréscimo/Decréscimo de feições fluviais de depósito no rio Sagrado
Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a Figura 5, os maiores acréscimos de feições se localizam nas proximidades das APP's conservadas e recém-alteradas, indicando que formação de feições fluviais de depósito não possui relação direta de proximidade com áreas de mata ciliar conservada. Isso ocorre devido às feições se localizarem, principalmente, próximas à foz e na margem esquerda no terço médio do rio Sagrado, como destaca a Figura 6A, enquanto que, em recém-alteradas, indicam alta relação, como na 6D. A Figura 6A, 6B, 6C e 6D representa esses depósitos acrescidos de 2006 para 2011, o que contribui para a questão do assoreamento do canal fluvial.

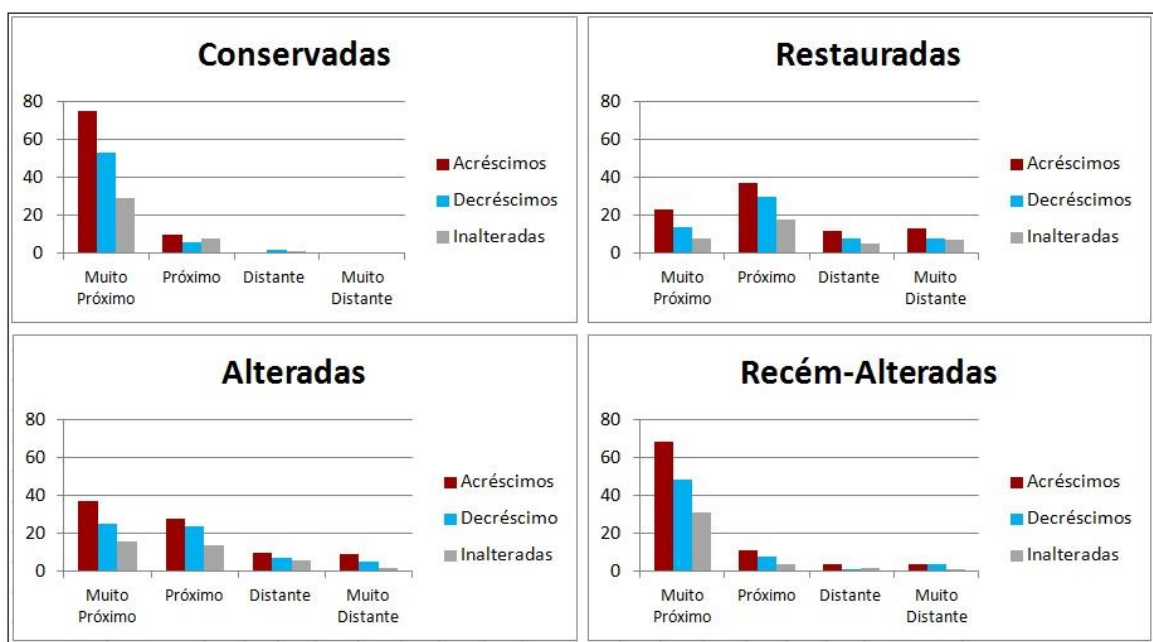


Figura 5. Proximidade entre estado das APP's e evolução das feições fluviais de depósito
 Fonte: Elaborado pelos autores

A maior proximidade das restauradas encontra-se na classe Próximo (Figura 5), o que indica que provavelmente não houve tempo hábil de recuperação dos trechos que se encontram neste estado de conservação.

De acordo com a Figura 6E, 6F, 6G, 6H, há decréscimo nas feições fluviais do rio Sagrado, com destaque para a 6E, situada em áreas conservadas e 6H em alteradas, porém, nota-se nesta última que a margem esquerda do rio Sagrado também não foi modificada, comprovando que a conservação influencia no decréscimo de sedimentos.

A Figura 6I, 6J, 6K e 6L indica feições inalteradas, ou seja, aquelas que foram encontradas em 2006 e permaneceram em 2011. A classe muito próxima está presente na 6I

(conservadas) e 6L (recém-alteradas), a próxima na 6J (restauradas) e 6K (alteradas). Nesse contexto, verifica-se que, não foi possível encontrar relação direta entre a conservação/alteração das APP's com a permanência dos depósitos inalterados nos anos analisados.

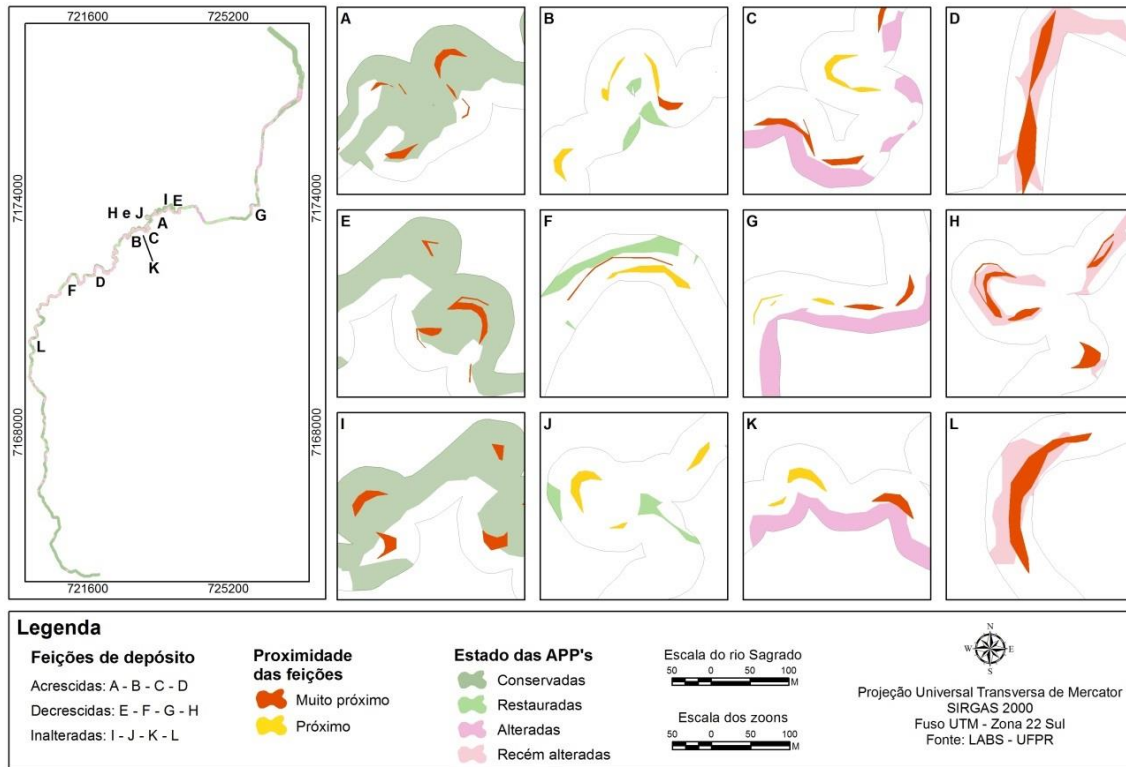


Figura 6. Classes de proximidade das feições fluviais de depósito e estado das APP's
 Fonte: Elaborado pelos autores

A simples retirada da Floresta Ombrófila Densa Aluvial, que predomina nas margens do rio Sagrado, implica na formação de processos erosivos, que tendem a ser acelerados com implantação de sistemas de cultivo e abertura de estradas rurais. A consequente produção de sedimentos favorece a formação e ampliação das barras e ilhas fluviais, bem como contribui para o assoreamento do rio Sagrado.

As modificações da Lei Florestal Brasileira tendem a reduzir consideravelmente as faixas de restauração das APP's, sobretudo para propriedades que apresentam um módulo fiscal, as quais são predominantes na bacia hidrográfica em análise. Desta forma, acredita-se que os processos de formação e acréscimo de ilhas e barras fluviais tenderão

a continuar em elevada dinamicidade, devido ao avanço da degradação do uso do solo na bacia, principalmente em Áreas de Preservação Permanente.

4. Conclusões

A instabilidade da bacia do rio Sagrado é comprovada pelo elevado percentual das Áreas de Preservação Permanente do rio Sagrado que sofreram interferência antrópica (42,82%), localizadas próximo a pontos onde são formadas novas feições fluviais de depósito ou próximas aos locais em que houve acréscimo de feições existentes. A reduzida presença em segmentos onde a mata ciliar mostrou-se conservada ou restaurada indica que, na maioria dos casos, há relação entre o processo de formação com sua conservação.

Por meio das análises desenvolvidas, comprovou-se que há proximidade entre as recém-alterações das APP's com o local de deposição dos sedimentos, entretanto, devido à dinamicidade do sistema fluvial, não se pode afirmar uma relação direta de proximidade entre todas as evoluções de feições fluviais com o uso do solo das Áreas de Preservação Permanente (mata ciliar), tendo em vista que, muitas feições acrescidas localizam-se muito próximas de áreas conservadas.

As alterações em APP's do rio Sagrado contribuíram para a intensificação dos processos erosivos desta drenagem, gerando impactos ambientais negativos. A retirada da vegetação natural, principalmente para implantação de sistemas de cultivo e estradas rurais, desprotege o solo, causando a aceleração do assoreamento. Este pode acarretar prejuízos econômicos e ainda perdas humanas, em razão da ocorrência de desastres naturais, relacionados, por exemplo, a enchentes na planície de inundação.

Para a continuidade das análises desenvolvidas no presente estudo, recomenda-se que sejam avaliados o estado da mata ciliar e a evolução das feições fluviais nos afluentes do rio Sagrado, em vista que o aporte de sedimentos oriundos destas sub-bacias também auxiliará na explicação da dinâmica das feições fluviais presentes no canal principal. Todavia, para tanto, será necessário utilizar-se de imagens com maior

resolução espacial (pixel inferior a um metro), devido a largura dos afluentes mostrar-se entre 2 e 10 metros, apresentando feições fluviais menores das mapeadas por KLEINA *et al.*, (2014).

5. Referências bibliográficas

BOAS, G. H. V.; MARÇAL, M. S. COSTA, L. S. L.; MELLO, D. O. S. Transformações no Uso e Cobertura da Terra entre os Anos 2000 e 2005 na Bacia do Rio Macaé (RJ): Subsídio aos Estudos da Dinâmica Fluvial. In: VIII Simpósio Nacional de Geomorfologia. *Anais*, Recife, 2010.

BRASIL. *Lei Federal nº 4771/65, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Medida Provisória nº 2.166 – 67, de 24 de agosto de 2001*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001.

_____. *Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012*. Brasília, DF. Congresso Nacional, 2012.

_____. *Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012; 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001*. Brasília, DF. Congresso Nacional, 2012.

BRIERLEY, G. J.; FRYIRS, K. A. *River Styles, a geomorphic approach to catchment characterization: Implications for river rehabilitation in Bega Catchment, NSW, Australia*. Environmental Management, v. 25, 2000.

BRUNSDEN, D. A critical assessment of the sensitivity concept in geomorphology. *Catena*, v. 42, p. 99-123, 2001. CHRISTOFOLETTI, A. Análise morfométrica de bacias hidrográficas. *Notícia Geomorfológica*, v. 18, n. 9, p. 35-64, 1969.

FRYIRS, K.; SPINK, A.; BRIERLEY, G. Post-European settlement response gradients of river sensitivity and recovery across the upper Hunter catchment, Australia. *Earth Surface Processes and Landforms*, v. 34, p. 897-918, 2009.

GRAF, W. L. A lei da Razão em Geomorfologia Fluvial. *Notícia Geomorfológica*, v. 18, Campinas: ICH-DEGEOG, p. 57-78, 1978.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- KLEINA, M.; PAULA, E. V.; SANTOS, L. J. C. Análise comparativa dos estilos fluviais do rio Sagrado (Morretes/PR) para os anos de 2006 e 2011. *Revista Geografar* (UFPR) v. 9, n.1, p. 27-44, 2014.
- LIMA, R. N. S. *Conectividade dos ambientes fluviais: implicações para avaliação da sensibilidade do sistema de drenagem da bacia do Rio Macaé (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PAULA, E. V.; NOWATZKI, A. *Programa de Controle Ambiental das Dragagens de Manutenção dos Portos de Paranaguá e Antonina: 2008*. Delimitação das áreas prioritárias à recuperação na bacia hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes/PR). Antonina: ADEMADAN, 2008. Relatório.
- PAULA, E. V. *Análise da Produção de Sedimentos na Área de Drenagem da Baía de Antonina/PR: uma abordagem geopedológica*. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- SANTOS, G. B.; MAGALHÃES JR, A. P.; CHEREM, L. F. S. Níveis e Seqüências Depositionais Fluviais no Vale do Alto Rio das Velhas – Quadrilátero Ferrífero/MG. *Revista Geografias*, v.4, p.23-36, 2008.
- SANTOS, M. L. Unidades geomorfológicas e depósitos sedimentares associados no sistema fuvial do Rio Paraná no seu curso superior. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Ano 6, n. 1, p. 85-96, 2005.
- SOUZA, J. O. P. *Modelos de evolução da dinâmica fluvial em ambiente semiárido – bacia do Riacho do Saco, Serra Talhada, Pernambuco*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas – DCG, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.
- TUNDISI, J. G. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. *Revista USP*, v. 70, p. 24-35, 2006.
- WHEATON, J. M.; FRYIRS, K. A.; BRIERLEY, G.; BANGEN, S. G.; BOUWES, N.; O'BRIEN, G. Geomorphic mapping and taxonomy of fluvial landforms. *Geomorphology*, v. 248, p. 273-295, 2015.

**INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS DE PROTEÇÃO DE POÇOS,
VULNERABILIDADE DE AQUÍFEROS E USO E COBERTURA DO SOLO
COMO PLANO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS:
Um Estudo de Caso dos Poços de Seropédica/RJ**

Talissa Miraⁱ

Gabriel Lousadaⁱⁱ

Décio Tubbs Filhoⁱⁱⁱ

Gustavo Mota de Sousa^{iv}

Resumo: A crescente exploração de águas subterrâneas vem se tornando um problema cada vez maior com o desenvolvimento das cidades. As leis que regulamentam a proteção dos poços necessitam de uma atualização de forma a evitar a contaminação deste recurso. Este trabalho propõe um plano de gestão através da integração das áreas de proteção de poços, com mapas de vulnerabilidade do aquífero e do uso e cobertura do solo. O método do Raio Fixo Calculado integrado aos mapas mostrou-se bastante eficaz quando aplicado ao Aquífero Piranema.

Palavras-chave: Raio fixo calculado, área de proteção de poços e proteção de água subterrânea.

**INTEGRATION BETWEEN WELLHEAD PROTECTION AREAS, AQUIFER
VULNERABILITY AND USE AND LAND COVER
AS A WATER RESOURCE MANAGEMENT PLAN:
A CASE STUDY OF THE SEROPÉDICA'S WELLHEAD**

Abstract: Uncontrolled exploitation of groundwater has been an usual problematic consequence of urban development. Wellhead protection laws need to be brought up to date in order to prevent contamination of that important resource. This paper suggests a strategy for the preservation of groundwater through the integration of wellhead protection areas with maps of aquifer vulnerability and land cover and use. The Calculated Fixed Radius method integrated with the maps was effective when applied to the Piranema Aquifer.

ⁱ Mestranda em Geologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: talissatmt@hotmail.com.

ⁱⁱ Doutorando em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: gabriel.lousada@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professor, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: dtubbs@uol.com.br.

^{iv} Professor, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: gustavobond@gmail.com.

Keywords: Calculated Fixed Radius, wellhead protection areas and groundwater protection.

**INTEGRACIÓN ENTRE ÁREAS DE PROTECCIÓN DE POZOS,
VULNERABILIDAD DE ACUIFEROS Y USO Y LA CUBIERTA DEL SUELO
COMO PLAN DE GESTIÓN DE RECURSOS DE AGUA:
UN ESTUDIO DE CASO DE POZOS DE SEROPÉDICA / RJ**

Resumen: La creciente explotación de las aguas subterráneas está convirtiéndose en un problema cada vez más evidente con el desarrollo de las ciudades. Las leyes que rigen la protección de los pozos requieren una actualización para evitar la contaminación de este recurso. Este trabajo propone una estrategia para la conservación de las aguas subterráneas a través de la integración de las áreas de protección de pozos con mapas de vulnerabilidad del acuífero y del uso y cobertura del suelo. El método de radio fijo calculado integrado con mapas muestra ser eficaz, al ser aplicado al acuífero Piranema.

Palabras clave: Radio fijo calculado, área de protección de pozos y protección del agua subterránea.

1. Introdução

As áreas de proteção de poços são uma estratégia baseada em estudos hidrogeológicos que podem complementar um plano de gestão de recursos hídricos a nível municipal e estadual, limitando nas proximidades de poços de exploração de água certas atividades potencialmente contaminantes e que podem prejudicar a qualidade e integridade deste recurso. A adoção das áreas de proteção de poços é de interesse ambiental e de saúde pública tanto quanto uma questão econômica. Do ponto de vista ambiental, o objetivo é proteger o aquífero e a água subterrânea de possíveis desastres causados por atividades humanas. O cuidado com a saúde pública é devido à ingestão de água contaminada, podendo causar doenças em toda a população que a utiliza. Por fim, do ponto de vista econômico, existe a preocupação com os gastos gerados pela remediação de uma dada contaminação e a procura por uma fonte alternativa de água.

Embora a implementação das áreas de proteção de poços esteja prevista por lei em alguns estados brasileiros, sua aplicação não faz parte da realidade do país. O estado do Rio de Janeiro possui em sua legislação uma lei sobre proteção às águas subterrâneas, porém, de forma incompleta e sem importantes explicações, sendo necessária a

complementação do Projeto de Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 408/2011, o qual tornaria a legislação mais rígida em relação à proteção da qualidade das águas subterrâneas.

O município de Seropédica faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e que, reconhecidamente, apresenta sérios problemas socioambientais pela falta de saneamento e infraestrutura básica. Nos últimos anos, a região apresentou uma rápida e desordenada expansão territorial motivada por grandes investimentos na região da baía de Sepetiba e pela construção do Arco Metropolitano que liga a refinaria de petróleo do COMPERJ ao porto de Itaguaí. Essas características associadas à recente crise hídrica no sudeste motivaram a expansão do uso das águas subterrâneas através da perfuração de um número indeterminado de poços profundos. A região em que se localiza o município está inserida no contexto do “Aquífero Piranema”, que em diversos locais apresenta elevada vulnerabilidade e significativo risco de contaminação, tornando fundamental a implantação das áreas de proteção de poços.

A delimitação destas áreas de proteção de poços pode ser feita através de alguns métodos. Entretanto, para o presente estudo de caso foi escolhido o método do Raio Fixo Calculado (RFC) (ITGE, 1991) por ser de baixo custo, exigir dados que eram acessíveis sobre os poços d’água e porque pode ser utilizado como medida de proteção inicial em áreas onde não há qualquer plano de gestão, como é o caso de Seropédica. O que se propõe é um plano de ação para suprir a ausência de diretrizes previstas por lei para a preservação dos recursos hídricos de uma região. Tal plano de ação baseia-se em etapas relativamente simples e de baixo custo, mas que podem ser fundamentais em regiões onde nenhuma outra medida para proteção dos poços esteja em vigor.

2. Caracterização da área de estudo

A área de estudo é representada pelo município de Seropédica, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, no sudeste do Brasil. A cidade faz parte da Baixada Fluminense e ocupa uma área de 283.794 Km² e tem passado por grandes

mudanças de infraestrutura que viabilizam uma considerável expansão urbana e desenvolvimento industrial.

Muitos dos investimentos em infraestrutura e industriais que vêm sendo implantados na região estão ligados à construção do Arco Metropolitano, que liga o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) ao porto de Itaguaí e à expansão deste mesmo porto. Como consequência, outros processos econômicos e sociais desencadeiam-se pela geração de empregos e condições mínimas de habitação.

Ao passo que a área de Seropédica vem sendo ocupada e urbanizada e sua população aumenta de forma bastante rápida, os investimentos em infraestrutura e planejamento urbano não ocorrem na mesma velocidade e intensidade, gerando problemas tanto sociais quanto ambientais. Um exemplo é a falta de saneamento básico. É neste contexto que se insere a preocupação ambiental com o Aquífero Piranema, que se localiza na subsuperfície da região de Seropédica. As águas subterrâneas do Aquífero Piranema representam um importante recurso para toda a região de influência direta, bem como para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, porém ações antrópicas como o excessivo bombeamento de água pelos moradores e a extração areeira em suas áreas de abrangência vem influenciando na variação de seu lençol freático e na possível contaminação das águas. Outra atividade potencialmente contaminante na região é o Centro de Tratamento de Resíduos Santa Rosa, instalado em 2011, tornando alto o risco de contaminação do Aquífero Piranema caso ocorra vazamento do chorume.

A extração de areia ao longo da Reta de Piranema (RJ-099) configura uma atividade econômica que vem progressivamente acarretando um sério problema ambiental que atinge tanto Seropédica quanto Itaguaí. O polo de extração mineral em ambiente de cava submersa é o maior do Estado, abastecendo a indústria da construção civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, muitas das empresas areeiras atuam ilegalmente ou com registros e permissões vencidos, sendo ausente também qualquer preocupação com o meio ambiente e a preservação da qualidade da água subterrânea (ALCÂNTARA, 2014).

A condição local estratégica da região abrangida pelo município de Seropédica é favorável ao seu crescimento econômico, entretanto, para que haja um

desenvolvimento equilibrado e sustentável deve-se levar em consideração o suporte geográfico onde as transformações possam ocorrer sem causar danos à sua integridade ambiental.

3. Revisão conceitual

Vulnerabilidade de Aquíferos - A vulnerabilidade de um aquífero depende das suas propriedades físicas, bem como de sua sensibilidade à impactos naturais e àqueles causados pelo homem. A ideia da vulnerabilidade baseia-se no fato de que o contexto físico dos aquíferos oferece certo grau de proteção às águas subterrâneas contra contaminações de diversas origens.

Segundo FOSTER (1987) e FERREIRA (1998), vulnerabilidade é diferente de risco de contaminação. O risco depende não só da vulnerabilidade, mas também da atividade humana como, por exemplo, a existência de cargas contaminantes significativas que possam entrar no ambiente subterrâneo.

Área de Proteção de Poços - A área de proteção de um poço é uma região geograficamente estabelecida com base em dados hidrogeológicos, para proteger contra ou pelo menos diminuir os riscos de contaminação da água subterrânea captada por determinado poço, garantindo sua qualidade para uso humano. Essa área é subdividida em zonas que são nomeadas e posicionadas de acordo com o tempo de trânsito, ou viagem, da água subterrânea e, conseqüentemente, da carga contaminante. Alguns autores como ADAMS e FOSTER (1992), FOSTER e SKINNER (1995) e FOSTER *et al.* (2003), avaliando a experiência de diversos países, sugerem a divisão da área total de proteção em 3 a 4 zonas. As principais zonas utilizadas pela maioria dos países são definidas de acordo com a distância em metros a partir do poço, com base no tempo de trânsito da água subterrânea/contaminante em dias e anos e podem ser divididas de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1. Principais zonas utilizadas em áreas de proteção de poços.

Adaptado de Adams e Foster (1992), Foster e Skinner (1995) e Foster et al. (2003).

	Definição	Características
Zona Operacional do Poço	Envolve toda a área ao redor da obra de captação; qualquer contaminação leva poucas horas para atingir a água.	Raio ideal de até 20 metros (Wahnfried e Hirata, 2005); precisa ser protegida por tela e o chão coberto por laje de cimento.
Zona de Proteção Microbiológica	Protege contra a ação microbiológica que ocorre nos aquíferos devido à água residual e esgoto, permitindo a proliferação de parasitas, bactérias e vírus patógenos que são causadores de doenças.	O raio é definido pelo tempo de trânsito da água na zona saturada do aquífero, sendo geralmente usado o tempo entre 10 e 100 dias, tempo médio de sobrevivência dos micro-organismos na água.
Zonas de Proteção à Longo Prazo	Objetiva a proteção à longo prazo visando o tempo necessário para remediação de acidentes que envolvam contaminantes químicos; o número das zonas é arbitrário.	O raio é definido pelo tempo de trânsito da água em anos; a escolha do tempo é arbitrária e depende do gestor, podendo ser, por exemplo, de 5 e 10 anos.
Zona Total de Captura do Poço	Abrange toda a área de água subterrânea que abastece o poço, ou seja, nessa área a proteção do poço seria total.	Devido ao intenso desenvolvimento urbano, é praticamente impossível delimitar e proteger uma área tão grande em regiões bastante habitadas.

Atualmente existem muitos métodos de determinação de áreas de proteção de poços, sendo os mais citados na literatura os métodos geométricos (Raio Fixo Arbitrário e Raio Fixo Calculado), analíticos (Fluxo Uniforme ou Método de Wyssling) e Modelagem

Matemática. Estes variam em preço, confiabilidade e disponibilidade de dados. O método escolhido para este estudo foi o do Raio Fixo Calculado que, apesar de sua baixa confiabilidade, mostrou-se adequado para a aplicação no município de Seropédica, devido à disponibilidade de dados, às características físicas do Aquífero Piranema e à geomorfologia da região.

O método do Raio Fixo Calculado baseia-se em uma abordagem geométrica em que é definido um círculo ao redor do poço. O raio deste círculo é estabelecido por uma equação analítica de fluxo volumétrico, sendo necessários dados do poço, tais como taxa de bombeamento, espessura da zona saturada e porosidade efetiva (Figura 1).

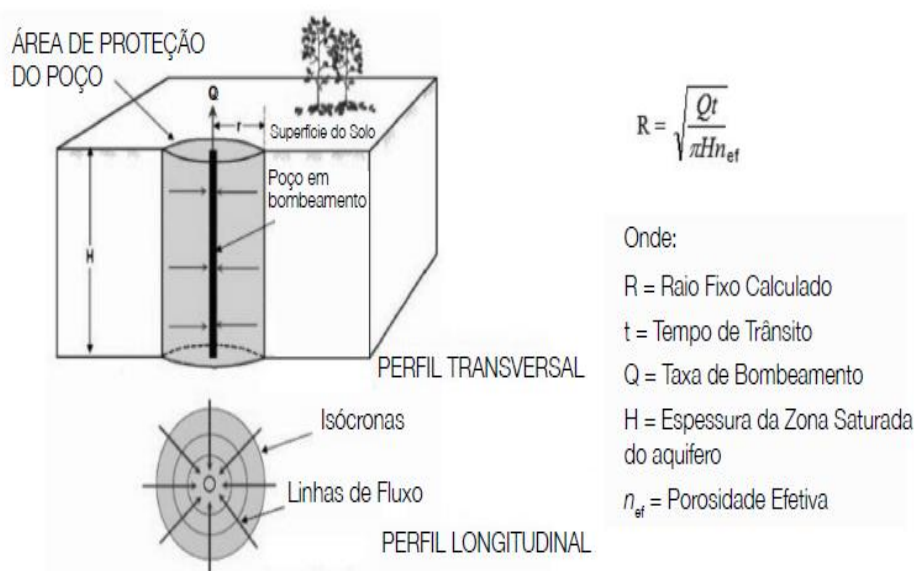


Figura 1. Delineação da área de proteção de poço utilizando o método do raio fixo calculado.

Fonte: Adaptado de USEPA (1994).

4. Metodologia

A determinação das áreas de proteção de poços seguida pela análise de acordo com o uso e cobertura do solo no município de Seropédica e a vulnerabilidade do Aquífero Piranema se deu segundo as etapas apresentadas no fluxograma abaixo (Figura 2).

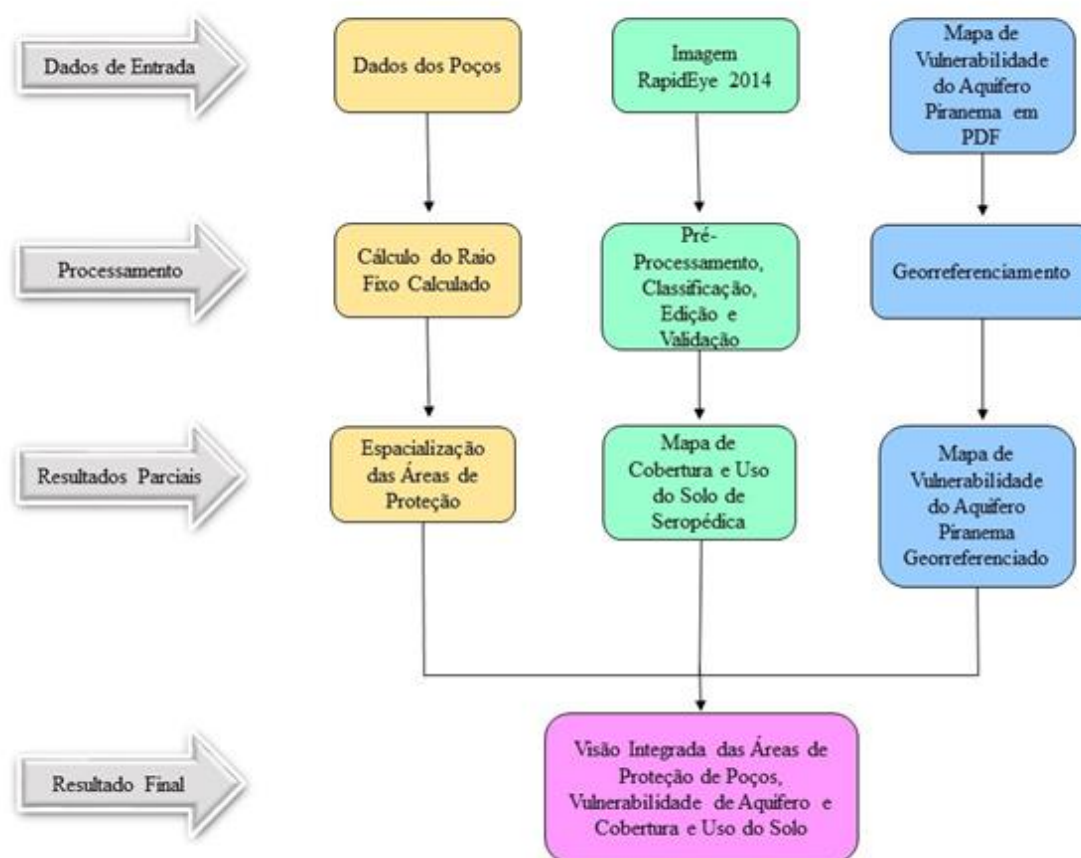


Figura 2. Fluxograma metodológico.

Mapeamento da Cobertura e Uso do Solo - O mapeamento de uso e cobertura do solo no município de Seropédica foi realizado a partir da classificação de duas cenas do sensor RapidEye de 2014 adquiridas gratuitamente pelo Geo Catálogo do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Na área que abrange o município de Seropédica foram encontradas classes de cobertura natural de vegetação densa, rasteira e os rios, e, como cobertura construída, enquadram-se os núcleos urbanos, seguindo as normas do IBGE (2006). Como atividades de uso do solo foram identificadas as classes de extração mineral de areia e a silvicultura (eucalipto).

Inicialmente foram executadas etapas de pré-processamento através da realização de correção atmosférica (*software Erdas Imagine 2014*, extensão *Atcor 2*), mosaicagem (*software ArcGis 10.1*, ferramenta *Mosaic to New Raster*) e extração da área da imagem

que contemple os limites do município (*software ArcGis 10.1*, ferramenta *Extract by mask*).

Para a realização da classificação, o processo utilizado foi o de “classificação supervisionada por regiões” (*software Envi 5.1*, ferramenta *Feature Extraction*). Após as configurações da segmentação, foi realizada uma varredura da imagem buscando por padrões para determinar as principais classes a serem usadas. De acordo com as características naturais e antrópicas do município de Seropédica, foram escolhidas as classes de vegetação densa, vegetação rasteira, eucalipto, solo exposto, água, lagoa de areal, urbano médio e urbano rarefeito. O algoritmo utilizado pela ferramenta *Feature Extraction* para a classificação foi o do “vizinho mais próximo” (KNN – K Nearest Neighbor).

O mapa foi produzido na escala de 1:25.000 e a área mínima escolhida para ser mapeada, objetivando a permanência de importantes detalhes da imagem, foi de 2.500 m², ou seja, 0,25 hectares. Após a criação do mapa de uso e cobertura do solo do município de Seropédica, foi realizada a sua validação para confirmar sua qualidade de classificação. Para tal, no *ArcGis 10.1*, foram plotados 30 pontos aleatórios para cada classe presente no mapeamento e com a aquisição destes pontos foi possível construir a matriz de confusão onde a classificação pôde ser confrontada com a interpretação visual. Posteriormente, foi calculado o índice de exatidão global e o índice Kappa que atingiram os valores de 0,84 e 0,811, respectivamente. O resultado do índice Kappa se enquadra dentro qualidade de classificação “excelente” segundo ROVEDDER (2007).

Cálculo das Áreas de Proteção de Poços - Para o cálculo dos raios foram necessárias informações específicas sobre os poços tubulares profundos do município de Seropédica. A vazão da água do poço (Q) em m³/dia foi obtida através de um banco de dados do ano de 2013 liberados pelo Comitê Guandu; Para medida de tempo em dias (t) foram escolhidos o período de trânsito de 100 dias para zona de proteção microbiológica, 5 e 10 anos para as zonas de proteção à longo prazo. A porosidade efetiva do aquífero na Região de Piranema (n), de acordo com ELETROBOLT (2003), é de

23%, ou 0,23; A espessura saturada do Aquífero Piranema (H), de acordo com TUBBS *et al.* (2007), é de 20 metros em média.

Assim sendo, para a aplicação de um sistema mais completo de proteção aos poços d'água, foram determinadas quatro zonas de proteção e calculados seus respectivos raios, sendo R1) Zona operacional do poço, equivalente a 10 metros; R2) Zona de proteção microbiológica, sendo 100 dias de trânsito da água subterrânea; R3) Zona de proteção à longo prazo I, sendo 5 anos de viagem da água subterrânea; R4) Zona de proteção à longo prazo II, equivalente a 10 anos de viagem da subterrânea.

Espacialização das Áreas de Proteção de Poços –

Os quatro raios que compõem a área de proteção foram calculados no *software* Microsoft *Excel* para 24 poços tubulares profundos do município e, posteriormente, espacializadas e geradas através de ampliação pela ferramenta *Buffer*, do *software* *ArcGis 10.1*. Como foram escolhidas quatro zonas de proteção, foram realizados quatro processos diferentes de *Buffer*, cada um com seu respectivo raio.

“A delimitação das áreas de proteção de poços mostrou-se um importante meio de discussão sobre proteção às águas subterrâneas quando integrado ao conhecimento do uso e cobertura do solo e à vulnerabilidade de aquíferos”.

5. Resultados

Os *buffers* realizados para cada um dos 24 poços representam espacialmente as áreas de proteção de poços contendo cada uma delas quatro zonas circulares com raios calculados pelo método do Raio Fixo Calculado. Como os raios possuem poucas dezenas de metros e o mapa utilizado foi na escala de 1:25.000, não foi possível ter uma visão crítica da área em geral, ou seja, cada poço foi analisado separadamente.

Optou-se por selecionar três cenários diferentes para discussão e análise integrada das áreas de proteção geradas com as informações sobre uso e cobertura do solo (Figura 3) e sobre a vulnerabilidade do aquífero (Figura 4). Os cenários foram escolhidos com base

na proximidade às atividades potencialmente contaminantes e em locais onde o aquífero apresenta maior vulnerabilidade.

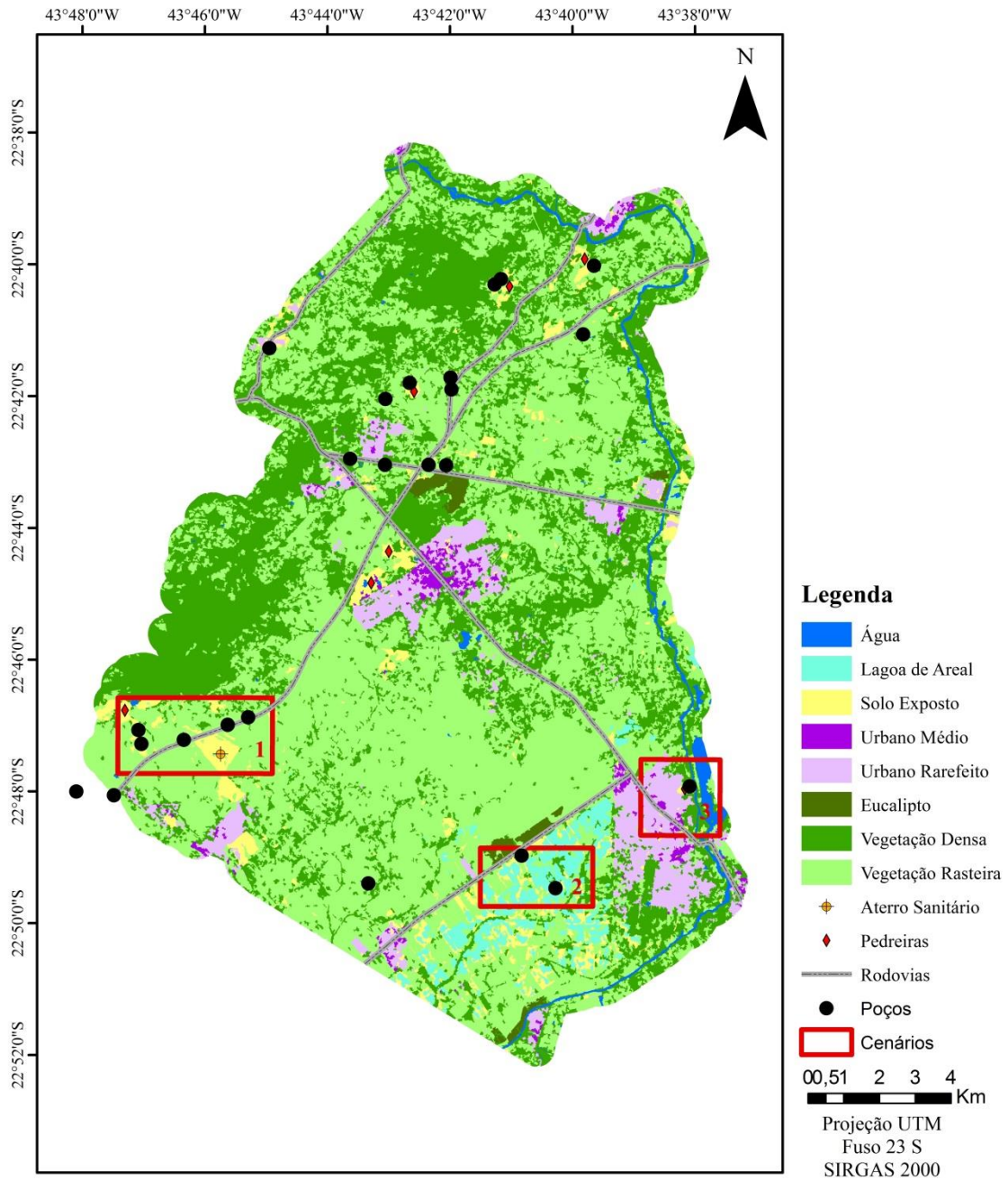


Figura 3. Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Seropédica com a localização de 24 poços profundos tubulares e os cenários escolhidos para discussão.

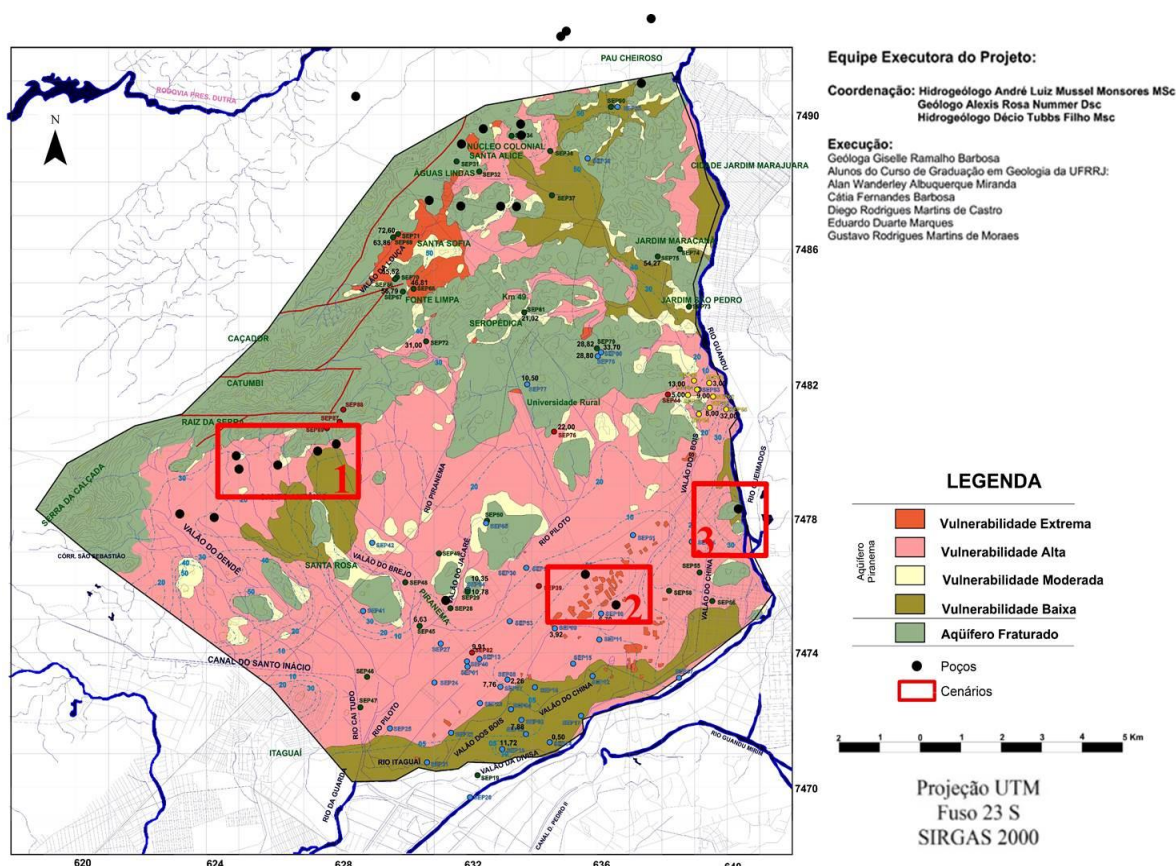


Figura 4. Mapa de Vulnerabilidade do Aquífero Piranema com a localização de 24 poços profundos tubulares e os cenários escolhidos para discussão.

6. Discussões

Em todos os cenários foram feitas análises das áreas de proteção de poços integradas com o mapa de uso e cobertura do solo de Seropédica e com o mapa de vulnerabilidade do Aquífero Piranema. Todos eles mostram poços construídos próximos a áreas inapropriadas para exploração de água subterrânea devido às atividades antrópicas que são potencialmente contaminantes, como mineração, agricultura e aterro sanitário.

Cenário 1 - Este cenário localiza-se na região sudoeste do município, onde estão instalados a empresa de mineração Santa Luzia e o Centro de Tratamento de Resíduos Santa Rosa.

Analisando o uso e cobertura do solo (Figura 5) onde se instalam os poços, percebe-se que estes estão em áreas majoritariamente cobertas por solo exposto e vegetação

rasteira. A retirada da parte superior do solo, composta principalmente por matéria orgânica, diminui drasticamente a proteção das camadas de solo inferiores, aumentando a capacidade de absorção de fluidos.

Uso e Cobertura do Solo - Cenário 1

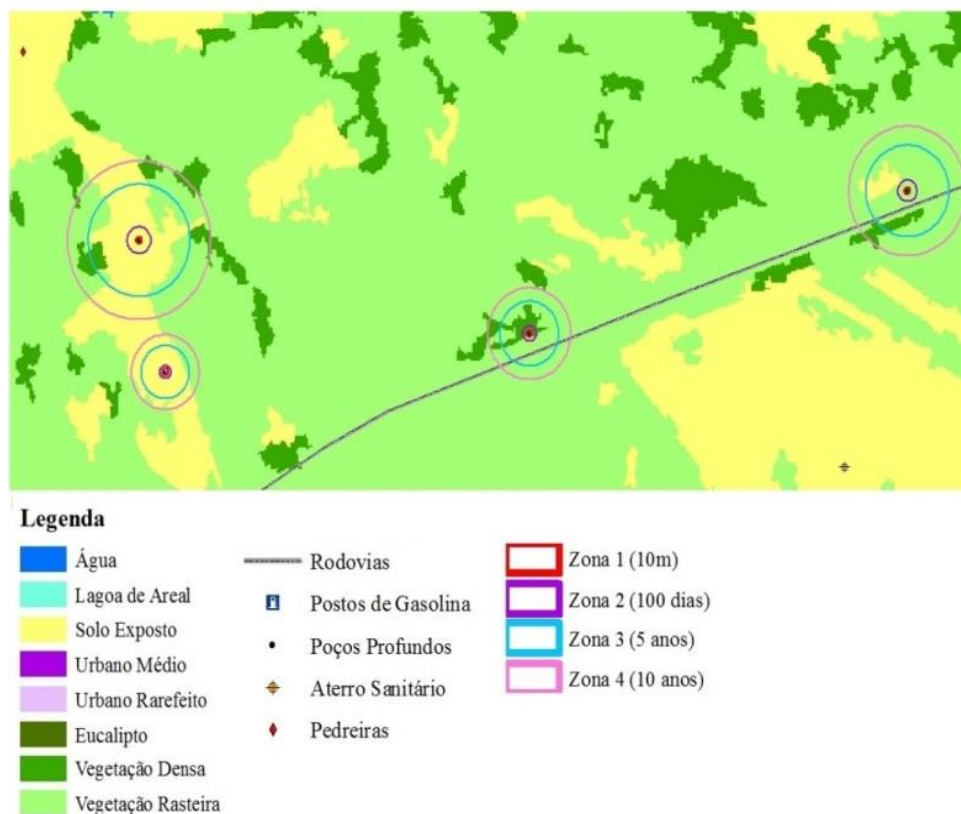


Figura 5. Cenário 1 - Integração entre áreas de proteção de poços e o Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Seropédica/RJ.

Apesar de se tratar de mineração de brita e não envolver minerais contaminantes, a empresa apresenta riscos de contaminação do poço por todas as atividades exercidas sobre aquele solo exposto. Por exemplo, constante presença de caminhões e maquinários que contaminam o solo com óleo, graxa e outros produtos químicos relacionados. O Centro de Tratamento de Resíduos, que também ocorre sobre solo exposto e vegetação rasteira, por si só é um forte potencial contaminante devido aos possíveis vazamentos de chorume e posterior absorção do mesmo pelo solo.

O mapa de vulnerabilidade (Figura 6) mostra que um poço localiza-se sobre área de vulnerabilidade moderada, dois deles estão sobre áreas de vulnerabilidade alta e o último está entre vulnerabilidade alta e baixa. Considerando a vulnerabilidade do

aquífero nesta região como de baixa a alta, somado às atividades antrópicas ali exercidas, pode-se determinar que este cenário representa uma área que necessita de atenção.

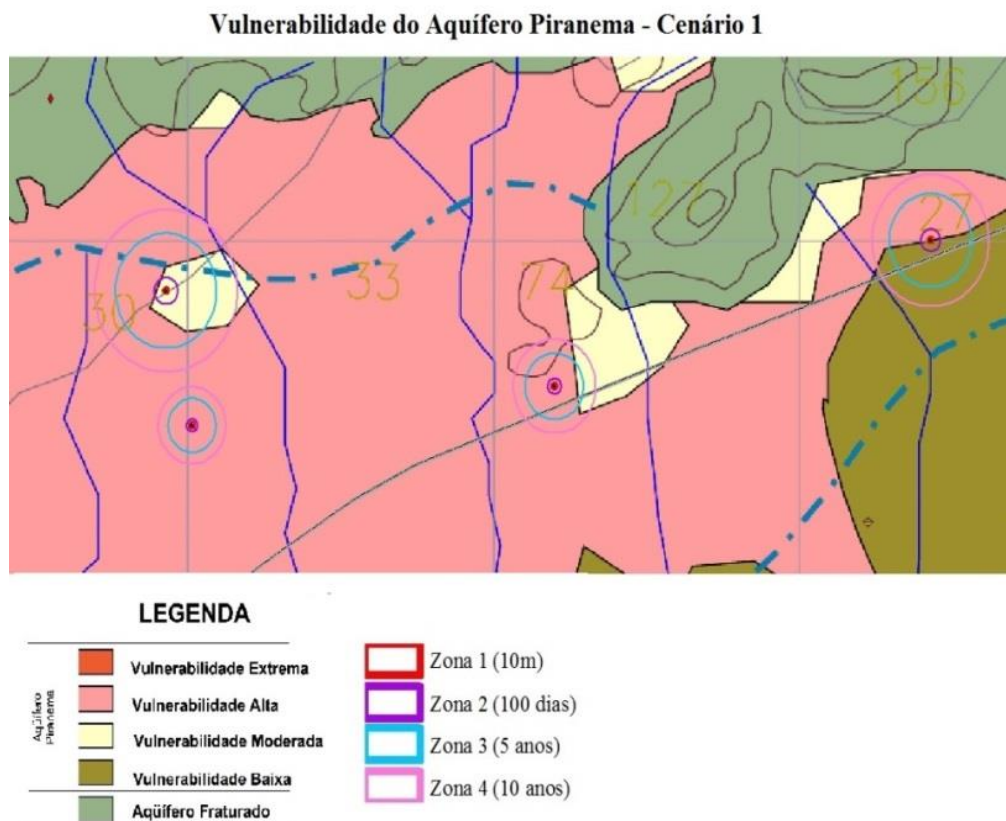


Figura 6. Cenário 1 - Integração entre áreas de proteção de poços e o Mapa de Vulnerabilidade do Aquífero Piranema.

Cenário 2 - Mostra dois poços instalados nas proximidades dos principais areais do município de Seropédica, localizados na porção sul-sudeste do município.

O mapa de uso e cobertura do solo (Figura 7) mostra que estes poços localizam-se no mosaico de lagoas formado pela extração de areia. Um deles está instalado justamente em uma estreita faixa entre uma lagoa e outra, e o outro poço, além de estar próximo das lagoas, apresenta relativa proximidade com a plantação de eucalipto.

A atividade de extração de areia interfere diretamente na dinâmica do aquífero, especialmente no fluxo de água subterrânea que se torna mais intenso devido às lagoas que vão se formando. Esta interferência na dinâmica e consequente aumento de fluxo

d'água no subsolo, modifica as características naturais do aquífero, fragilizando-o e aumentando sua vulnerabilidade.

Outra atividade antrópica ali presente é a agricultura, representada pela plantação de eucalipto, apresentando riscos de contaminação para a água subterrânea devido ao uso de herbicidas, agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados nesta atividade que podem percolar o solo e atingir o aquífero.

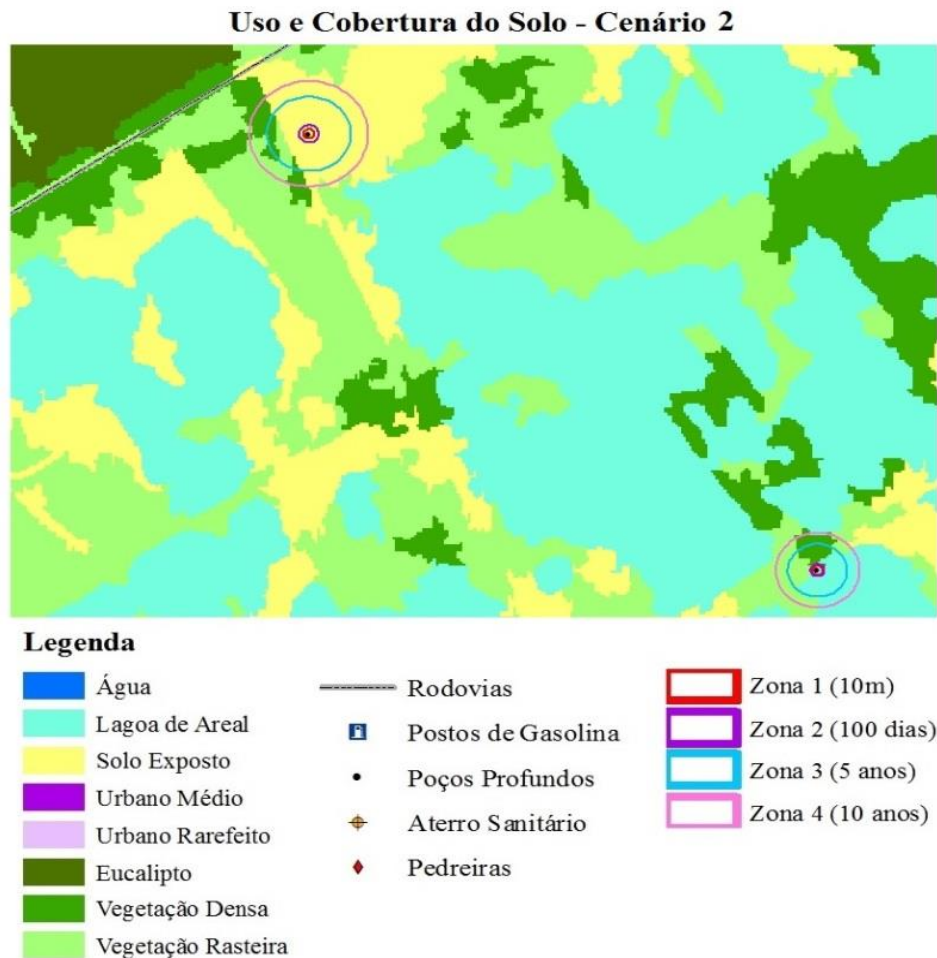


Figura 7. Cenário 2 - Integração entre áreas de proteção de poços e o Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Seropédica/RJ.

O mapa de vulnerabilidade do Aquífero Piranema (Figura 8) mostra que os poços estão localizados sobre regiões de vulnerabilidade alta, estando muito próximos de pontos de vulnerabilidade extrema. As atividades antrópicas realizada sobre esta área necessitam de intensa fiscalização, pois qualquer desastre ambiental que envolva contaminação do solo certamente levará à contaminação do subsolo e da água subterrânea.

As áreas de proteção geradas para o poço localizado próximo à plantação de eucalipto mostram que há uma distância segura entre a fonte de água subterrânea e as atividades ali exercidas. Tanto a plantação quanto a lagoa formada pela extração de areia encontram-se fora da área de proteção de 10 anos de trânsito da água. É necessário que a fiscalização destas atividades seja regular, pois caso elas aumentem em termos de área, poderão invadir os perímetros de proteção. O poço localizado entre as lagoas, por outro lado, não apresenta qualquer condição de ali permanecer instalado, visto que ele não possui em sua volta espaço suficiente para aplicar as zonas necessárias para uma área de proteção.

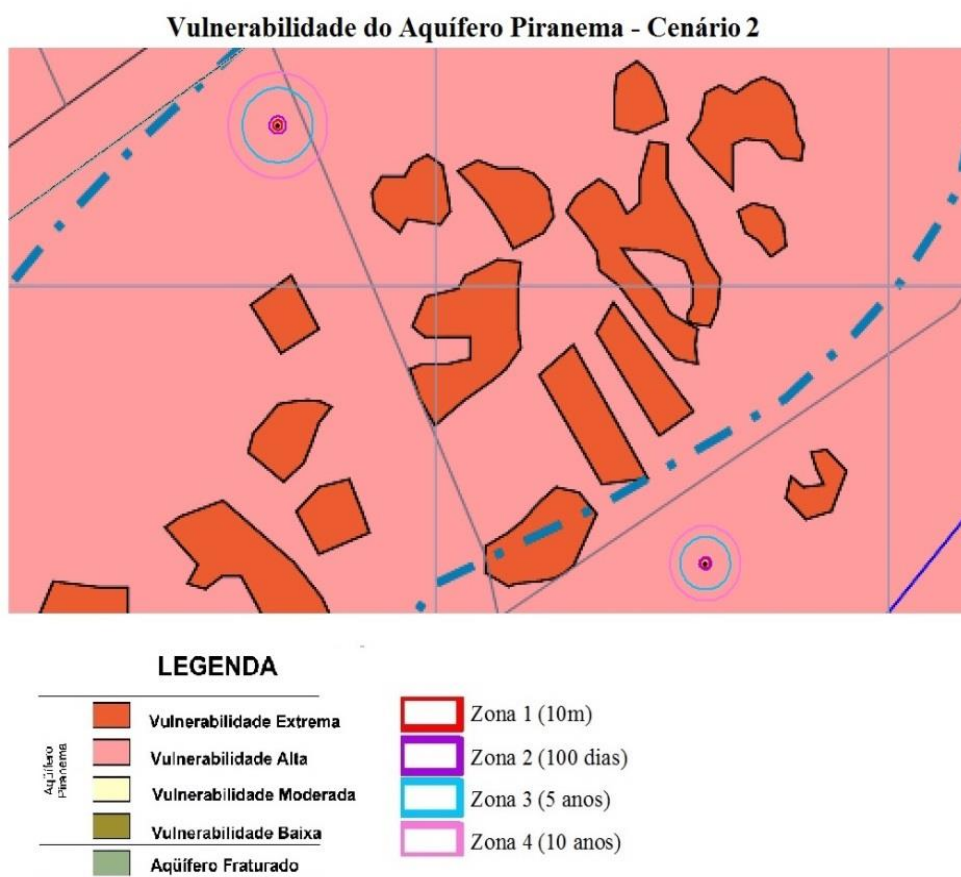


Figura 8. Cenário 2 - Integração entre áreas de proteção de poços e o Mapa de Vulnerabilidade do Aquífero Piranema.

Cenário 3 - Trata-se de um poço localizado no núcleo urbano do “Km 42”, na empresa de mineração Jardim das Acácias.

O mapa de uso e cobertura do solo (Figura 9) mostra que o poço está instalado em uma empresa de mineração de brita sobre o solo exposto. Assim como no cenário 1, o solo

exposto, de característica arenosa, permite que estes produtos sejam absorvidos e contaminem o subsolo e a água subterrânea. Outra importante informação que o mapa de uso e cobertura do solo fornece é a proximidade do poço ao rio Guandu.

Tal fato demanda especial atenção uma vez que qualquer contaminação que ocorra naquela parte do rio, ou à sua montante, ameaça diretamente a qualidade da água subterrânea captada pelo poço. Além disso, as valas de drenagens que cortam o município até alcançar o rio levam consigo esgoto não tratado, podendo conter material contaminante.

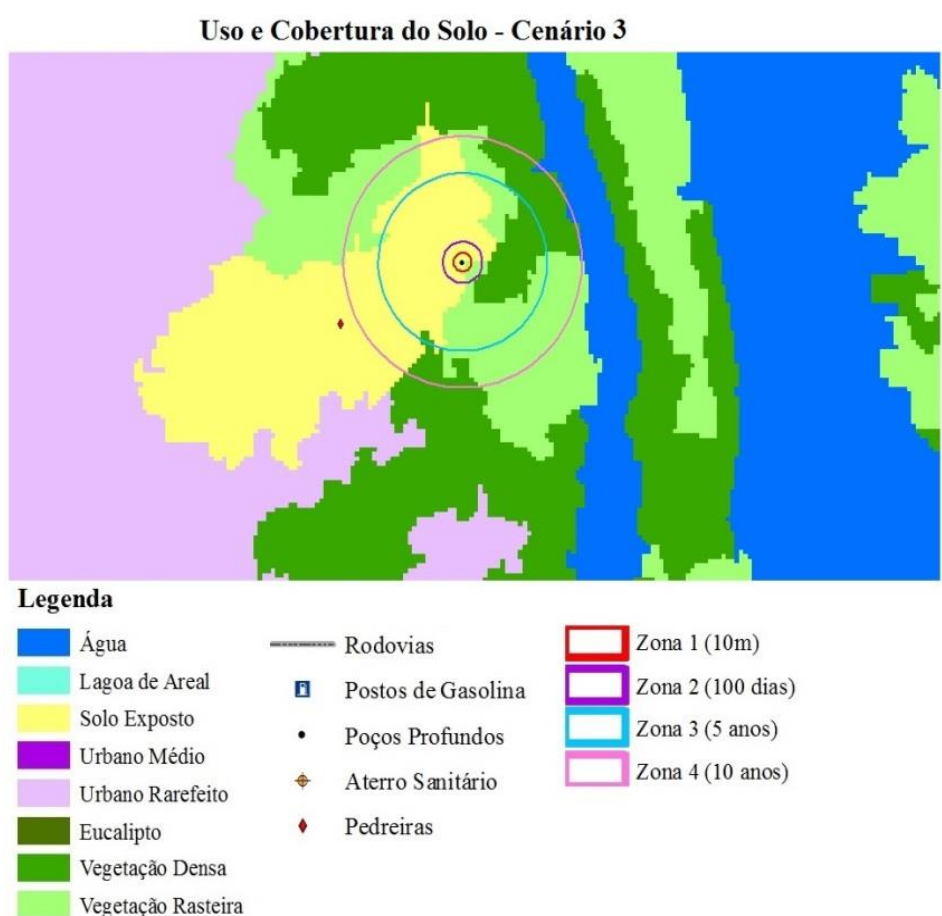


Figura 9. Cenário 3 - Integração entre áreas de proteção de poços e o Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Seropédica/RJ.

O mapa de vulnerabilidade do aquífero (Figura 10) mostra que o poço encontra-se em uma área do aquífero de vulnerabilidade baixa e de aquífero fraturado, não apresentando grandes riscos de contaminação ligados diretamente à vulnerabilidade.

As zonas de proteção criadas mostram que a água subterrânea captada por este poço está protegida de contaminações causadas por desastres ambientais que envolvam o rio Guandu, visto que a água do rio levaria cerca de 10 anos para atingir o poço, tornando viável planos de remediação de contaminação do poço à longo prazo. Por outro lado, a atividade mineradora invade as áreas de proteção, sendo necessária uma fiscalização maior acerca de potenciais contaminantes que ali possam ser despejados.

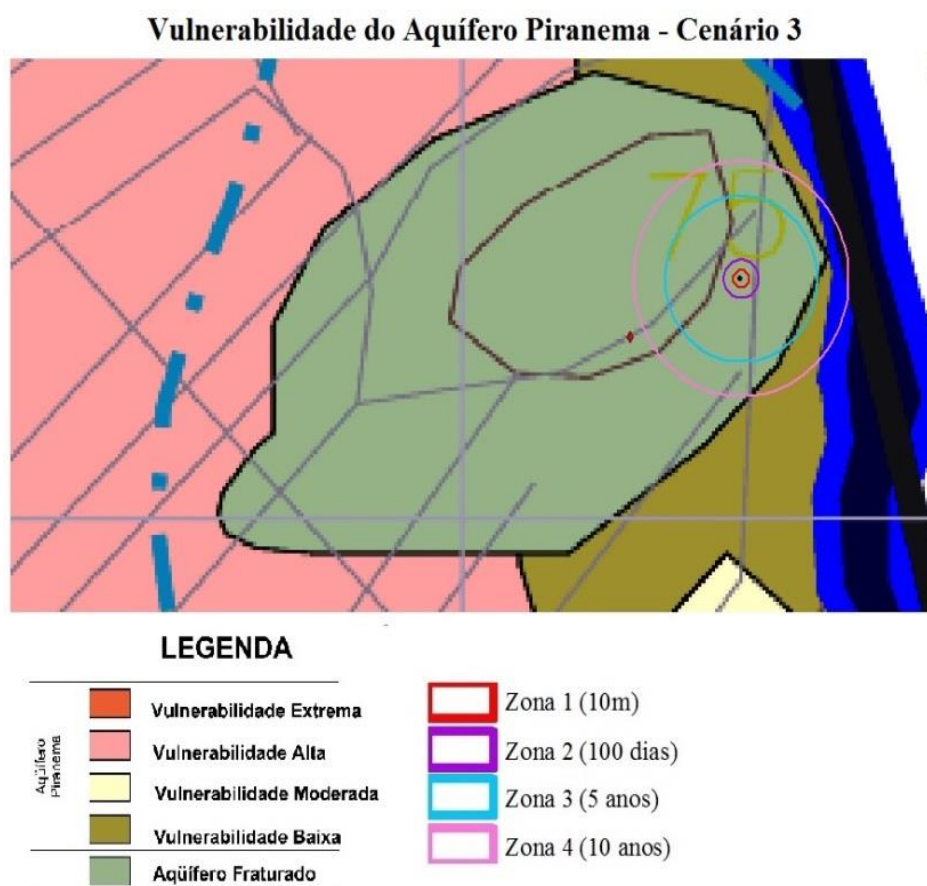


Figura 10. Cenário 3 - Integração entre áreas de proteção de poços e o Mapa de Vulnerabilidade do Aquífero Piranema.

7. Aspectos Legais

Comparada à legislação dos estados do Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins, a do Rio de Janeiro (Lei nº 3239/99) se mostra bastante defasada. Existe um projeto de lei (Projeto de Lei nº 408/2011), no entanto, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado.

Seguindo o exemplo dos estados que possuem uma legislação de áreas de proteção mais completa, o projeto de lei dá seguimento à Lei nº 3239/99, complementando como as áreas de proteção de poços devem ser estabelecidas e destacando a delimitação de um perímetro imediato de proteção sanitária, que equivale à zona operacional do poço. Porém, não há citação da distância que deve ser usada.

Para complementar o Projeto de Lei nº 408/2011, o ideal seria definir previamente a distância radial utilizada para delimitar a zona operacional do poço, ou seja, o perímetro imediato de proteção sanitária e, além disso, deixar explícito que esta zona necessita ser cercada por tela e os poços protegidos por laje de concreto. Além da zona operacional do poço, as zonas seguintes (mais externas) também precisam ser citadas, ressaltando a importância da aplicação de algum método que defina suas delimitações. Por fim, seria importante também exigir o estudo da vulnerabilidade dos aquíferos do estado, bem como o mapeamento do uso e cobertura do solo, para que a aplicação das áreas de proteção de poços seja mais efetiva e completa.

8. Conclusão

A delimitação das áreas de proteção de poços mostrou-se um importante meio de discussão sobre proteção às águas subterrâneas quando integrado ao conhecimento do uso e cobertura do solo e à vulnerabilidade de aquíferos. Embora não seja o mais preciso, o método de Raio Fixo Calculado mostrou-se útil quando aplicado no município de Seropédica, principalmente pela inexistência de qualquer outro tipo de estratégia para proteção dessas regiões de interesse. Com informações complementares e atualizadas, a delimitação pode ser feita de maneira mais efetiva e precisa, atingindo um estágio avançado de proteção de poços.

Embora a implementação das áreas de proteção de poços esteja prevista por lei em alguns estados brasileiros, sua aplicação não faz parte da realidade do país. No caso do estado do Rio de Janeiro em especial, uma complementação no Projeto de Lei nº 408/2011 seria mais uma forma de reforçar a proteção dos poços de captação de água.

8. Referências bibliográficas

- ADAMS, B.; FOSTER, S.S.D. *Land-surface zoning for Groundwater Protection. Journal of Institution of Water and Environmental Management*, v. 6, p. 312-320. 1992.
- ALCANTARA, D. A Paisagem em Transformação: O Planejamento do Território como Catalisador do Equilíbrio entre Desenvolvimento Econômico e Socioambiental em Seropédica. In: ABATE, C.; KAROL, J. L.; (orgs.). *UPE11 Conducir las Transformaciones Urbanas*. Libro Digital – Tomo 1 Trabajos Completos. La Plata, Universidade Nacional de La Plata. 2014.
- ELETOBOLT. *Estudos Hidrogeológicos dos Aquíferos Intergranulares a Oeste do Rio Guandu*, Município de Seropédica/RJ. DRM/RJ. Relatório Técnico Final. 234 pp. 2003.
- FERREIRA, J.P.C.L. *Vulnerabilidade à Poluição de Águas Subterrâneas: Fundamentos e Conceitos para Uma Melhor Gestão e Protecção dos aquíferos de Portugal*. 1998.
- FOSTER, S. Fundamental Concepts in Aquifer Vulnerability, Pollution Risk and Protection Strategy, in W. van Duijvanbouden; H.G. van Waegeningh; (eds.). *Vulnerability of Soil and Groundwater to Pollution, Proceedings and Information*. No. 38 of the *International Conference held in the Netherlands, TNO Committee on Hydrological Research*, Delft, The Netherlands. 1987.
- FOSTER, S.; HIRATA, R.; GOMES, D.; DÉLIA, M.; PARIS, M. *Protección de la Calidad del Agua Subterránea*. Banco Mundial. 2003.
- FOSTER, S.; SKINNER, A.C. Groundwater Protection: The Science and Practice of Land Surface Zoning. *International Association of Hydrological Sciences*, 225, p. 471-482. 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Manual Técnico de Uso do Solo*. Manuais Técnicos em Geociências, Número 7, 2a edição, 2006.
- INSTITUTO TECNOLÓGICO GEOMINEIRO - ITGE. *Guía metodológica para la elaboración de perímetros de proteccion de captaciones de aguas subterráneas*, Intituto Tecnológico GeoMineiro de España, Primera Edición, 289p. 1991.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. *Geo Catálogo MMA*. Disponível em: <<http://geocatalogo.mma.gov.br>>. Acesso em: março de 2016.
- RIO DE JANEIRO. *Lei Nº 3239, de 02 de Agosto de 1999*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/43fd110fc03f0e6c032567c30072625b>. Acesso em: abril de 2016.

RIO DE JANEIRO. *Projeto de Lei Nº 408/2011*. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/1e1be0e779adab27832566ec0018d838/bfe23d644342a19783257877006885b2?OpenDocument&ExpandSection=-1>. Acesso em: dezembro de 2015.

ROVEDDER, J. *Validação da Classificação Orientada a Objetos em Imagens de Satélite IKONOS II e a Elaboração de Indicadores Ambientais Georreferenciados no Município de Torres, Planície Costeira do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado do PPGRS - CEPSSRM/UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. 2007.

TUBBS, D.; FERREIRA, A.C.S; WILDMANN R.J. *Relatório de Estudo Geofísico e Hidrogeológico Realizado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa*. São Paulo: EMBRAPA, 11p. 2007

UNITED STATE ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY - USEPA. *Ground Water and Wellhead Protection*. Handbook. Washington: USEPA, Office of Research and Development. 1994.

WAHNFRIED, I.; HIRATA, R. *Perímetros de Proteção de Poços: Uma Importante Ferramenta para a Sustentabilidade de Mananciais Públicos. Águas Subterrâneas, (1). Anais do XIV Encontro Nacional de Perfuradores de Poços e II Simpósio de Hidrogeologia do Sudeste*. 2005.

RELATOS DE PESQUISA

O CAPITAL FINANCEIRO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O Caso do Porto Maravilha, Rio de Janeiro

Thiago Sardinha Santos¹

Resumo: O capital financeiro é o principal produtor do espaço urbano global do capitalismo contemporâneo. Várias cidades do mundo passaram por estas transformações e isso vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, especificamente na região central, no chamado Porto Maravilha. Isto num contexto dos Jogos Olímpicos de 2016 em concomitância ao que se convencionou chamar de “projeto de cidade”, também associado aos chamados Megaeventos. Tudo isso causa substanciais impactos na sociabilidade urbana, como segregação, gentrificação, remoções, etc. destacamos a segurança pública. Trata-se de uma resposta ao medo generalizado da violência urbana que corresponde a um território militarizado sob a justificativa da formação de um ambiente seguro com a atuação dos agentes da segurança pública, segurança privada e até mesmo tecnologias aplicada à segurança

Palavras-chave: capital financeiro; militarização do espaço urbano; segurança pública.

FINANCIAL CAPITAL, THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE QUESTION OF PUBLIC SECURITY: THE CASE OF THE PORTO MARAVILHA, RIO DE JANEIRO.

Abstract: Financial capital is the main global producer of urban space in contemporary capitalism. The transformations it imposes have affected many cities around the world, and are currently at work in Rio de Janeiro, specifically in the city's central zone, in the harbor area that has become known as “Porto Maravilha” (Wonder Harbor), and in the context of the mega-event oriented urban management policies engendered by the 2016 Olympic Games. This paper argues that those transformations substantially impacted urban sociability inasmuch as they caused segregation, gentrification, displacement of entire neighborhoods, and so on. Public security was specially affected, in response to the generalized fear of urban violence, leading to an increased militarization of the involving state, as well as private, security agents, and the deployment of security technology.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais também da UFRRJ. Contato: thiagogeorural@gmail.com.

Keywords: financial capital; militarization of urban space; public security.

**EL CAPITAL FINANCIERO EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO
Y LA CUESTIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA:
El caso de Porto Maravilha, Rio de Janeiro.**

Resumen: El capital financiero es el principal productor del espacio urbano global del capitalismo contemporáneo. Varias ciudades en el mundo pasaron por estas modificaciones y en la ciudad de Río de Janeiro ellas también han estado ocurriendo, principalmente en la región central, en el llamado Puerto Maravilla. Esto, en el marco de los Juegos Olímpicos de 2016, en conjunto con el denominado “proyecto de ciudad”, también asociado con los Mega eventos. Todo lo anterior provoca impactos sustanciales sobre la sociabilidad en el espacio urbano, como por ejemplo, segregación, gentrificación, expulsión, etc, con especial atención a la seguridad pública. Se trata de una respuesta al temor generalizado a la violencia urbana que corresponde a un territorio militarizado, sirviendo como excusa para la formación de un ambiente seguro, con la actuación de agentes públicos de seguridad, seguridad privada e, incluso, tecnologías aplicadas a seguridad.

Palabras clave: capital financiero; militarización del espacio urbano; seguridad pública.

O objetivo deste trabalho é analisar os vínculos entre capital financeiro, transformações urbanas e segurança pública no chamado Porto Maravilha, cidade do Rio de Janeiro. Tal processo envolve uma trama complexa de diferentes atores na produção do espaço urbano, cujos nexos se assemelham aos de outras partes no mundo, mas o Rio de Janeiro é uma forma única de cidade com características singulares no capitalismo neoliberal.

A tese central é de que na reestruturação do espaço urbano – aqui a chamada “revitalização” do Porto do Rio –, cada vez mais há um papel central para estratégias incisivas de segurança pública. É nesta lógica global de reestruturação urbana via capital financeiro e controle territorial que a cidade do Rio de Janeiro irá embarcar, mesmo apresentando suas particularidades que a diferenciam das outras cidades.

1. O capital financeiro

As principais esferas do modo de produção capitalista são a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Neste caso, para nosso entendimento, utilizaremos alguns elementos da esfera da produção e da circulação. Em linhas gerais, a produção capitalista nada mais é do que a circulação de dinheiro que precisa transformar-se em mercadoria através de uma relação social de produção, ampliando largamente seu valor e conseqüentemente a quantidade de dinheiro. Portanto, o capital não é uma coisa física como muitos acreditam, mas uma relação social de valorização do valor. Valorização que ocorre através da exploração de força de trabalho que coloca em movimento meios de produção e, por isso, cria novas mercadorias com uma magnitude de valor maior do que inicialmente investido. Essas mercadorias devem circular, isto é, mudar de propriedade, para que o processo se complete: a compra e venda, na esfera da circulação, realiza um valor sintetizado na esfera da produção.

Cabe destacar dois aspectos:

- a) circulação de mercadorias não é o mesmo que transporte de mercadorias. Este se refere ao transporte físico das mercadorias por diferentes localidades, muitas das vezes com o objetivo de serem comercializadas. A circulação de mercadorias a que nos referimos representa uma mudança de propriedade que, quase sempre, implica em transporte. Contudo, nos interessa também mercadorias que mudam sua propriedade sem sair do lugar, como imóveis, solo urbano, avenidas, etc., circulam sem se mover, mercadorias que se “movimentam” no mercado sem sair do lugar;
- b) o dinheiro é a única forma, a única mercadoria que esteve presente no ponto de partida do modo de produção capitalista (investimento) e no seu ponto de chegada (venda). O dinheiro nessa relação social é uma mercadoria especial, muito além de uma representação quantitativa de troca ou possibilidade de troca universal de mercadorias. No entanto, exatamente por possuir este caráter universal, o dinheiro cria um universo próprio desprendido da esfera produtiva, destacando-se em sua função monetária, ou seja, cria seu próprio mercado onde se compra e se vende dinheiro. Aqui temos as várias figurações de sistema bancário (empréstimo de dinheiro), mercado de capitais e mesmo

mercado de títulos (moedas de crédito). O sistema de crédito se ergue sobre o sistema monetário.

Por conseguinte, o dinheiro torna-se uma mercadoria com qualidade especial e proporções universais, possui a capacidade de adesão de qualquer outra mercadoria, ao mesmo tempo em que desperta seu próprio mercado autônomo. Neste sentido, em momentos de crise do mercado do dinheiro, toda relação social de produção e circulação é afetada, haja visto que o dinheiro expressa o valor das mercadorias.

Ora, se o dinheiro é ao mesmo tempo expressão do valor das mercadorias e uma mercadoria especial, qual é o preço do dinheiro? Juros são o valor pago pelo uso do dinheiro, pelo empréstimo que se realiza, pelo acréscimo de uma espécie de recompensa pelo uso do dinheiro. Medido de forma percentual, temos a taxa de juros como forma de regulação básica do mercado financeiro. Assim, temos uma forma específica de circulação de capital, o capital a juros. O problema é que esta dinâmica assume escalas próprias influenciando as outras esferas do capital na sociedade burguesa. Em países de capitalismo mais avançado, essa dinâmica assume uma centralidade e imperativo no processo de acumulação, através do financiamento da produção futura, mercado de ações, créditos para consumidor etc. Embora possa estar atrelado a uma estrutura produtiva, em dado momento tal dinâmica funciona por si só. É possível mobilizar uma quantidade excedente de capital (dinheiro) e obter ganhos significativos através de juros, sem ao menos ter investido no capital produtivo propriamente dito, ou seja, obter um mais-valor futuro.

Para qualquer empreendimento produtivo em grande escala, particularmente na produção de infraestrutura urbana, exige-se um volume elevadíssimo de investimento que, para realizar o empreendimento, é necessário recorrer ao financiamento. Portanto, a urbanização torna-se central em absorver os excedentes de capital. É neste momento que a definição clássica de capital financeiro se materializa, pois a indústria recorre ao banco para movimentar capital – o papel das instituições financeiras torna-se fundamental.

2. O capital financeiro e a produção do espaço urbano

Desde as décadas de 1970 e 1980, as cidades por todo globo vêm sofrendo transformações exponenciais no que se refere ao seu regime de governança urbana. Tal fato está intimamente atrelado aos processos de globalização do capitalismo, às políticas neoliberais ou ao que David Harvey chama de ajuste espaço-temporal.

Alguns fatos precisam ressaltados. Primeiro que, por conta de mudança na forma da gestão das cidades, o que leva ao “empreendedorismo urbano” (Harvey, 2001: 163-190), novas escalas ganham força nas análises econômicas, principalmente as locais. Deste modo, o capital financeiro negocia investimentos diretamente com o poder local,² sempre objetivando a possibilidade de maximização de atividades pontuais como forma de atração do desenvolvimento capitalista. Segundo, as negociações realizadas entre capital financeiro internacional e poder local expõem abertamente a forma de atuação dos agentes produtores do espaço urbano. Construtoras, instituições financeiras, incorporadoras, empreiteiras e o próprio Estado se articulam nas parcerias público-privadas. “Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa” (HARVEY, 2001: 172). Os diversos atores, públicos e privados, firmam alianças e estratégias visando à produção do espaço urbano e focando na garantia de ganhos para os investimentos realizados.

A formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil, abrindo caminho para pessoas de visão, tenacidade e habilidade (como um prefeito carismático, um administrador municipal talentoso ou um líder empresarial rico) imporem uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano, talvez para moldá-lo até para fins específicos (HARVEY, 2001:172).

Quase sempre o resultado desta aliança, atualmente, é a construção de infraestruturas, investimentos visando um empreendimento futuro: vias especiais para um determinado tipo de transporte, comunicações, construção de edifícios para fins administrativos,

² Um exemplo recente no Rio de Janeiro é que o prefeito Eduardo Paes contraiu empréstimo de 2,5 bilhões de reais com o Banco Mundial. Prefeito Eduardo Paes e diretor do Banco Mundial oficializam empréstimo para a cidade, *O globo*, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeito-eduardo-paes-diretor-do-banco-mundial-oficializam-emprestimo-para-cidade-2963455>. Acesso em jul. 2016.

atrações para o consumo e turismo como museus, shoppings, e, sobretudo, segurança. Isso para formar um ambiente urbano atrativo para os negócios.

O resultado, naturalmente, é dar a impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana (HARVEY, 2001: 177).

A produção desse novo ambiente urbano coloca as cidades numa espécie de competição urbana global. Cada vez mais elas funcionam como uma marca a ser vendida no mercado para atrair fluxos financeiros e produtivos para o espaço urbano, ainda que sob o sacrifício do resto do território nacional. O empreendedorismo urbano, que abre a cidade para investimentos do capitalismo global, além de buscar apoio na produção ou na ênfase de uma identidade local, busca implantar mecanismos de controle da sociabilidade dos indesejados das cidades – os pobres, marginalizados e excluídos. Uma imagem de prosperidade criada a fórceps escamoteia a real estrutura social da cidade. Outra forma de compreender o conjunto de mudanças que vem ocorrendo nas cidades é a análise feita por Neil Smith. O renomado geógrafo afirma que os processos de mudanças mais recentes apontam para uma crise das cidades neoliberais, o que exige um controle muito mais rígido dos ditames dessa forma social de gerir às cidades. Isso é reforçado exatamente pelo desmonte mais profundo do Estado de Bem Estar Social e com as privatizações do espaço público.

O edifício do neoliberalismo teve três pilares centrais: a exaltação do livre mercado econômico como a única moeda de interação social; a concomitante (e parcial) desregulação do projeto keynesiano de provisão de bem-estar e suporte para a reprodução social; e a santidade da propriedade privada junto à progressiva privatização de recursos sociais (SMITH, 2016).

Cabe destacar, nesse contexto, como a globalização serviu de base para o projeto neoliberal. O neoliberalismo destaca-se muito mais por suas características políticas, econômicas e sociais, entretanto, não podemos obliterar a globalização como sua dimensão histórico-geográfica. Nesse sentido, fica evidente como a globalização e o neoliberalismo foram projetos estratégicos de dominação de classe global, tendo como substrato espacial principal as cidades. O espaço urbano é a base de novas atividades

econômicas, particularmente as financeiras e os serviços e com isso tornam-se também *locus* de novos conflitos sociais.

De modo mais geral, a construção e a reconstrução de ambientes urbanos cada vez mais assume um papel central na acumulação de capital em todo mundo. Diferentes cidades experimentam essas reformas urbanas, quase sempre sofrendo espasmos decorrentes da movimentação de capital decorrente dessas reformulações – ora com os megaeventos, como o caso de Nova York, Barcelona, Pequim e, agora, Rio de Janeiro; ora com as sucessivas crises do capital. Desde a década de 1980, a política urbana neoliberal concluiu que a redistribuição da riqueza nos bairros, cidades e regiões mais pobres era inútil, e que, em vez disso, os recursos deveriam ser canalizados para os polos de crescimento empresarial mais dinâmicos (HARVEY, 2012: 70).

As reformas urbanas assumem um expediente capcioso, pois ao mesmo tempo em que a construção de ambientes urbanos é mobilizada para o capital contornar a médio e longo prazo mais uma de suas sucessivas crises, a pretensa panaceia aponta para a acumulação de elementos para amplificar as futuras crises, ou mesmo para o desvelamento de uma crise que não se resolveu. O fato é que a crise do capital possui múltiplas escalas geográficas cujas manifestações são sempre dramáticas para a população mais pobre das cidades.

Para melhor compreender a crise do capital, e portanto, a crise urbana, utilizaremos aqui o procedimento de Harvey que diferencia "três cortes na teoria da crise capitalista", elaborado na obra *Os limites do Capital* (2013). Embora seja uma análise densa e complexa, é fundamental para os objetivos deste trabalho.

O "primeiro corte" na teoria da crise capitalista se refere ao processo básico da superacumulação de capital. A crise capitalista sempre corresponde ao momento da interrupção da circulação de capital. De modo geral, um fator fundamental para a crise capitalista advém do aumento da produtividade na produção de mercadorias. Isto requer investimento tecnológico em meios de produção para aumentar a produtividade e aquecer a concorrência. Tal fato diminui a produção de valor, gerando uma queda tendencial na taxa de lucro. Neste sentido, o capitalismo criou uma base de alta produção onde não há capacidade de investimento. Resultado: crise de

superacumulação. Embora seja muito comum ouvirmos que a crise do capitalismo é apenas uma crise de superprodução e subconsumo, é necessário ter mais cuidado com processos tão complexos. A crise de superacumulação analisada por Harvey passa pelas diferentes esferas da forma social do capital. Assim, destacam-se a superacumulação de matéria-prima, ou seja, estoques excedentes; superacumulação de força de trabalho, desemprego; superacumulação de capital fixo, capacidade ociosa; superacumulação de capital (dinheiro), que se manifesta como inflação e queda dos juros; superacumulação de mercadorias, a superprodução propriamente dita (HARVEY, 2013: 270-271).

O “segundo corte” na crise destaca o papel do crédito, as funções do dinheiro no mercado de títulos e a formação do capital fictício. O sistema de crédito, embora esteja ligado à esfera de produção de valor e a mercadoria universal dinheiro, pode assumir proporções descontroladas e autônomas devido à proliferação de moedas de crédito (representações do dinheiro na forma de papéis, letras de câmbio, títulos, ações etc.). Ou seja, um sistema que possui a capacidade de encontrar diversas maneiras para a circulação de capital, seja através de investimentos futuros, empréstimos, mercado de títulos, etc. torna-se ao mesmo tempo um potencial produtor de instabilidade. Diversos ativos financeiros, como títulos do tesouro, ações etc. tornaram-se nos últimos anos a principal forma de absorção de capital excedente, assumindo até mesmo uma caráter geográfico em sua multiplicação, em virtude da urbanização que pressupõem, como é o caso dos títulos de hipoteca. O capital financeiro, em suas diversas formas creditícias, serve para adiar a crise por meio de antecipação de riquezas futuras. Temos aqui um “ajuste temporal”.

O “terceiro corte”, não menos importante, destaca de modo mais elucidativo o papel do espaço urbano e do capital financeiro para a formação e resolução das crises. Ou seja, através da manipulação do espaço urbano. Este processo, Harvey chama de “ajuste espacial”.

Uma forma de absorver o excesso de capital é investir em infraestrutura urbana a longo prazo, tal medida também absorve o excesso de força de trabalho. Isto tem sido o expediente do desenvolvimento capitalista para as cidades em todo mundo. A manutenção do funcionamento dos equipamentos urbanos – infraestrutura – requer

um gasto exagerado dos orçamentos municipais, um gasto enorme em ambiente construído. É preciso um orçamento constante para a manutenção da infraestrutura básica, o que torna o investimento em infraestrutura urbana uma saída clássica para o excesso de capital. Esse capital acumulado precisa encontrar maneiras de voltar à circulação, por isso a ajuda do Estado se faz necessária. O Estado cria formas de financiamento do consumo para força de trabalho e do ambiente construído das cidades; investimentos sociais como escolas, creches, hospitais, etc. como forma de manter a reprodução da força de trabalho. Num contexto de corte desses gastos, os investimentos tendem a se concentrar em segurança do ambiente construído. Na esteira do financiamento em infraestrutura urbana temos “a menina dos olhos de ouro” do capital financeiro: os investimentos imobiliários. Estes podem ser privados ou envolver diretamente instituições públicas, mas mesmo aqueles que são meramente privados são impactados pelos investimentos públicos, que interferem na renda imobiliária local.

Tudo isso que apresentamos até aqui produz um cenário propício para a construção de ambientes urbanos baseados muitas vezes na expectativa de ganhos futuros sem qualquer base real produtiva a longo prazo. Através do mecanismos de ampliação da renda imobiliária, investimentos podem se tornar “rentáveis” apenas pela valorização de seus títulos de propriedade. Tudo isso constitui, pelo menos nas economias capitalistas avançadas, um vasto terreno de “acumulação por espoliação”, ou seja, um mecanismo em que dinheiro é sugado para a circulação do capital tendo a finalidade de sustentar as imensas fortunas do sistema financeiro (HARVEY, 2014: 226-227). A acumulação por espoliação abre possibilidades para investimentos de capital sobreacumulado cujo resultado é a pilhagem de todo e qualquer recurso, “custe o que custar”, e a privatização de serviços de infraestrutura (água, coleta de lixo, telecomunicações, etc.).

Deste modo, uma das principais saídas que o capital encontra para absorver os excedentes de capital e postergar sua crise é a produção do espaço urbano! Entretanto, todo este processo também favorece a formação de espaços militarizados e o exemplo do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, é emblemático.

3. O caso do Porto Maravilha

Lançado oficialmente em 2010, o Porto Maravilha consiste num projeto de transformações urbanas e infraestruturais para a área portuária do Rio de Janeiro, parte da zona central da cidade. Com duração estimada de 15 anos, o projeto receberá investimentos de R\$ 8 bilhões de dólares, abrangendo uma área total de 5 milhões de m², agregando bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão.³ O projeto previa a reurbanização com reformas nas áreas de mobilidade urbana, residencial, comercial, cultural, etc. Todo esse plano de revitalização objetivava atrair empresas, serviços, atividades de lazer e uma nova camada social. A perspectiva é que haja um salto populacional de 30 mil moradores para 100 mil até o fim do projeto.⁴ Entretanto, para os objetivos desse trabalho, é importante examinar mais detidamente toda a imponência envolvendo o Porto Maravilha, destacando os reais interesses e impactos causados na cidade, trazendo à tona a relação entre capital financeiro, capital produtivo e Estado para o desenvolvimento urbano dessa área. O substrato social desse projeto é mais um exemplo de uma coalizão de empreendedores, políticos, instituições financeiras e arquitetos para promover uma operação de renovação urbana, frequentemente conduzida por corporações de desenvolvimentos semipúblicas (FIX, 2007).

³ Porto Maravilha, *Prefeitura do Rio de Janeiro*, disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/secpar/porto-maravilha>. Acesso em jul. 2016.

⁴ Em obras de revitalização, Zona Portuária ainda não atrai empreendimentos residenciais, *O Globo*, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-obras-de-revitalizacao-zona-portuaria-ainda-nao-atrai-empresendimentos-residenciais-14909397#ixzz4FZYau2ET>. Acesso em jul. 2016.



Figura 1: Divisão espacial funcional do projeto Porto Maravilha

Fonte: PREFEITURA DO RIO, 2016: 17.

Cabe ressaltar que a chamada “revitalização” do porto está diretamente relacionada ao projeto de cidade que vem sendo implantado no Rio de Janeiro num contexto de megaeventos, ou seja, um planejamento estratégico como um novo modelo de planejamento urbano que vem sendo difundido no Brasil. Inspirado em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial, o planejamento urbano estratégico deve ser adotado pelos governos locais, em razão de as cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2011). Todavia, ampliando a escala geográfica, esse projeto de cidade não necessariamente depende de algum megaevento para sua implementação, pois existem cidades que adotaram essa estratégia urbana sem ao menos sediar algum evento de importância regional ou global. São Paulo, com a operação urbana consorciada da Faria de Lima, é um bom exemplo (FIX, 2007).

Para iniciar o projeto, a prefeitura do Rio de Janeiro, durante a primeira administração de Eduardo Paes, precisou firmar uma série de parcerias público-privadas não somente para garantir a viabilidade do projeto, mas também para atrair os investimentos necessários. O resultado desta parceria implicou no surgimento da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp). Baseada numa lei complementar, cumpre a Cdurp a função de gestora da prefeitura na Operação Urbana Porto Maravilha. Cabe a esta empresa estatal a articulação entre os órgãos

públicos e privados, principalmente entre a Prefeitura e a Concessionária Porto Novo – que executa obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região do Porto do Rio.⁵ A concessionária Porto Novo foi contratada através de licitação pública para aplicar o projeto no prazo estipulado e é um consórcio formado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, OAS e Carioca Engenharia. Toda esta mobilização em torno do projeto Porto Maravilha pode ser sintetizada na chamada Operação Urbana Porto Maravilha que, conseqüentemente amplia a escala de atuação das empresas e reformula o papel do Estado nestas transformações. Essas empresas estão entre as principais construtoras que atuam no Brasil e, na “revitalização” da zona portuária, além das obras de engenharias e construção, tornaram-se responsáveis pela gestão de serviços como a iluminação pública, a coleta de lixo, a limpeza urbana e até mesmo a complementação da segurança. A Operação Urbana Porto Maravilha abrange espacialmente toda área prevista inicialmente no projeto tendo como limites as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho (Figura 2).



Figura 2: Limites geográficos do projeto Porto Maravilha
 Fonte: http://www.portomaravilha.com.br/mapa_empreendimentos.
 Acesso em jul. 2016.

⁵ CDURP, *Porto Maravilha*, disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/cdurp>. Acesso em jul. 2016.

A Operação Urbana Porto Maravilha possui uma estratégia visando alianças entre o governo nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) e empresários. Neste tipo de aliança sabe-se que os custos ficam em geral sob responsabilidade do Estado e os lucros com a empresas privadas. Em 2010, ano de lançamento do Porto Maravilha, a prefeitura acionou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a liberação de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC's), com o objetivo de atrair recursos para as obras do porto. A liberação dos CEPAC's foi bastante comemorada pelo prefeito sob justificativa de que todos os recursos para as obras na zona portuária não seriam oriundos do tesouro municipal, mas de recursos privados. Na verdade, a forma de investimento através dos CEPAC's permitiu ainda mais as conexões entre a produção do espaço, Estado e capital financeiro.

Os CEPAC'S são títulos que autorizam seus possuidores a construção em áreas de revitalização urbana. É uma forma de garantir rentabilidade e segurança financeira para o investimento. Porém, como o Porto Maravilha ainda não possuía a confiabilidade necessária aos olhos dos investidores, a Caixa Econômica Federal entrou na operação como mediadora, comprando todos os títulos disponibilizados pela prefeitura para a viabilização do projeto.⁶ Sob o risco de desvinculação entre a produção e a demanda, devido à falta de confiança no projeto, foi o governo federal, através da Caixa Econômica, que garantiu a circulação dos títulos, um expediente típico do capital de tipo fictício, que se movimenta sem levar em conta a realização do valor das mercadorias, a não ser a longo prazo (FIX, 2007). Toda verba investida pela Caixa Econômica Federal advém do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e tais práticas de securitização vem ganhando relevo no Brasil, quase sempre amparada pelo Estado.

Com essa preocupação inicial acerca da rentabilidade dos investimentos do Porto Maravilha, governo federal e municipal se articularam ainda de outras maneiras, não apenas através da compra direta dos CEPAC's pela Caixa Econômica, mas também pela mobilização de fundos de investimentos imobiliários administrados por este banco federal para a participação em empreendimentos privados. Por exemplo, um fundo da

⁶ Caixa libera R\$ 877 milhões para obras do Porto do Rio, *O Globo*, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/caixa-libera-877-milhoes-para-obras-do-porto-do-rio-2945458>. Acesso em jul. 2016.

Caixa se associou a Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários, uma incorporadora de um braço financeiro do conglomerado Vicunha (grande grupo empresarial que possui uma *holding* que administra a Companhia Siderúrgica Nacional), para construir edifícios empresariais de alto padrão na área em “revitalização”.⁷ Também um fundo de investimento imobiliário da Caixa se associou ao grupo *The Trump Organization* para a construção de um grande conjunto de torres de escritório na zona portuária. De propriedade do atual presidente dos EUA, a parceria do grupo com a Caixa Econômica está sob investigação.⁸ Isso revela um novo padrão de parceria público-privada, por meio de obscuros mecanismos financeiros.

Além dessas parcerias público-privadas, vários empreendimentos privados foram anunciados na área do Porto Maravilha, alguns deles procedendo de fundos internacionais, como o Edifício Vista Guanabara, realizado pela *GTIS Partners* e pelo *Autonomy Investimentos Imobiliários*.⁹ Este último é um fundo de investimento imobiliário inglês e a primeira, sua associada num dos primeiros edifícios inaugurados naquela área, é um grande fundo de investimento norte-americano. São fundos gestores de várias empresas, que atuam em diversos segmentos e têm enxergado nos investimentos urbanos um potencial mercado, graças aos diversos rendimentos imobiliários (lucros, juros, renda). Com atuação nas principais cidades brasileiras e do mundo, esses fundos demonstram a globalização da produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, cuja viabilização é realizada pelo Estado em suas diversas esferas, mas principalmente pelo poder local.

É importante sublinhar que este processo abre a possibilidade para um fenômeno que vem ocorrendo em várias cidades do mundo, trata-se da *gentrificação*. A gentrificação representa uma parte estratégica do “novo urbanismo global”, em que áreas degradadas dos centros urbanos tornam-se atrativas para empreendedores imobiliários e o capital

⁷ Fibra fecha parceria com fundo imobiliário do FGTS, *Valor Econômico*, disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2669538/fibra-fecha-parceria-com-fundo-imobiliario-do-fgts>. Acesso em: jul. 2016.

⁸ Procuradoria investiga irregularidades em negócios de Trump no Brasil, *Folha de São Paulo*, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1827319-procuradoria-investiga-irregularidades-em-negocios-de-trump-no-brasil.shtml>. Acesso em jul. 2016.

⁹ Realizadores, *Vista Guanabara*, disponível em <http://www.vistaguanabara.com.br/realização.html>. Acesso em jul. 2016.

financeiro e novos grupos sociais passam a morar ou consumir naquele local. Em geral o Estado comparece como o principal catalisador do processo de gentrificação, mesmo que sua atuação não seja pioneira na área em vias de “recuperação”, como ocorreu com o bairro do Soho em Nova York (SMITH, 2006). Com o Porto Maravilha, fica evidente que temos uma participação estatal desde a origem: o próprio poder público estimula a mudança de conteúdo social em determinada fração do centro do Rio de Janeiro. Embora as transformações em curso possuam elementos parecidos com o ocorrido em outras cidades do mundo, ainda achamos antecipado afirmar que a transformação do Porto possa ser definido como gentrificação.¹⁰ Entretanto, com essa finalidade de “revitalização”, torna-se evidente o papel que assume o aparato de segurança, o controle social direto e a militarização do espaço urbano. Numa área voltada para o investimento global, cuja pretensão é servir de consumo, turismo e lazer para as classes médias através museus de referência internacional e aquário *hi-tech* e que deveria também atrair moradores desse grupo social, o controle sobre “as classes perigosas” torna-se uma necessidade para a consolidação da gentrificação. Ainda mais porque na área delimitada para a “operação urbana” localizavam-se várias ocupações de sem-tetos e algumas favelas.

4. Porto Maravilha e segurança pública

O medo generalizado da violência tem colocado na ordem do dia a questão da segurança pública e isso ganha ainda mais eco quando as cidades se preparam para os megaeventos. É exigido que o Estado mobilize oficialmente todo seu aparato armado, tentando estabelecer um controle rigoroso e ostensivo do território. Nas áreas voltadas para os projetos de recuperação urbana, isso é ainda mais reivindicado, pois o controle sobre as “classes perigosas” se confunde diretamente com a garantia de retorno dos

¹⁰ É preciso ter cuidado com as comparações dadas as diferentes realidades locais: “Seria um erro considerar o “modelo nova-iorquino” como uma espécie de paradigma, e medir o processo da gentrificação em outras cidades pelos estágios que foram lá identificados. Não é isso o que estou sugerindo. Por ser um expressão de relações sociais, econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em uma cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição do seu espaço urbano (SMITH, 2006: 74).

investimentos. Portanto, a reestruturação urbana, a gentrificação e a securização¹¹ têm sido os principais processos que acompanham o *modus operandi* do capital financeiro nas cidades.

A segurança pública na cidade do Rio de Janeiro é assunto bastante tenso. Temos uma segurança pública baseada no confronto armado direto, seguindo uma metáfora de guerra cujo foco é exterminar o inimigo. A construção da política de segurança militarizada baseia-se sobretudo na política de guerra às drogas, e também aqui a base da própria concepção da “segurança pública está intrinsecamente ligada a noção de ordem” (MELGAÇO, 2010). A sensação de insegurança, a delimitação de grupos sociais alvos da polícia e o próprio medo na cidade se manifestam de diversos modos atualmente.

Primeiro, a criminalização dos pobres intitulados como “inimigos” da ordem. Quase sempre estes são negros e moradores das favelas, ou seja, há uma determinação étnica e espacial dos inimigos. Eles formam as “classes perigosas”: “nesta ‘guerra’, a identificação do inimigo obedece a critérios geográficos, sociais e raciais, que impõe às camadas mais miseráveis da população a triste generalização entre pobreza, raça e crime” (RIBEIRO, DIAS e CARVALHO, 2008: 8).¹²

Segundo, como parte desta lógica, mas atualizada em função das necessidades atuais, a política de enfrentamento direto da criminalidade, que deixa mortos por todos os lados, sobretudo entre os negros e favelados, é complementada por uma política de “controle territorial”, isto é, a chamada “pacificação” de áreas que são consideradas como o

“Nas áreas voltadas para os projetos de recuperação urbana, o controle sobre as “classes perigosas” se confunde diretamente com a garantia de retorno dos investimentos.”

¹¹ “Propõe-se aqui o conceito de “securização urbana”, fazendo um reinterpretação da palavra francesa *sécurisation*, para designar o processo de implantação de objetos e formas urbanas voltado a busca por algum tipo de segurança. Estão agrupadas assim, nesse único termo, todas as arquiteturas do medo da violência, pois ele se refere tanto à criação de espaços da exclusividade quanto a informatização do cotidiano para fins de segurança. Cabe, todavia, a ressalva de que *securizar* não significa necessariamente tornar um local mais seguro, visto que o termo concerne apenas à implantação de objetos motivada pelo anseio por segurança, não à garantia de eficiência dos mesmos (MELGAÇO, 2010: 67-68).

¹² “As políticas de segurança pública na verdade, culpam os pobres pela violência urbana ao mesmo tempo em que os criminalizam” (SOUZA, 2006: 154- 157);

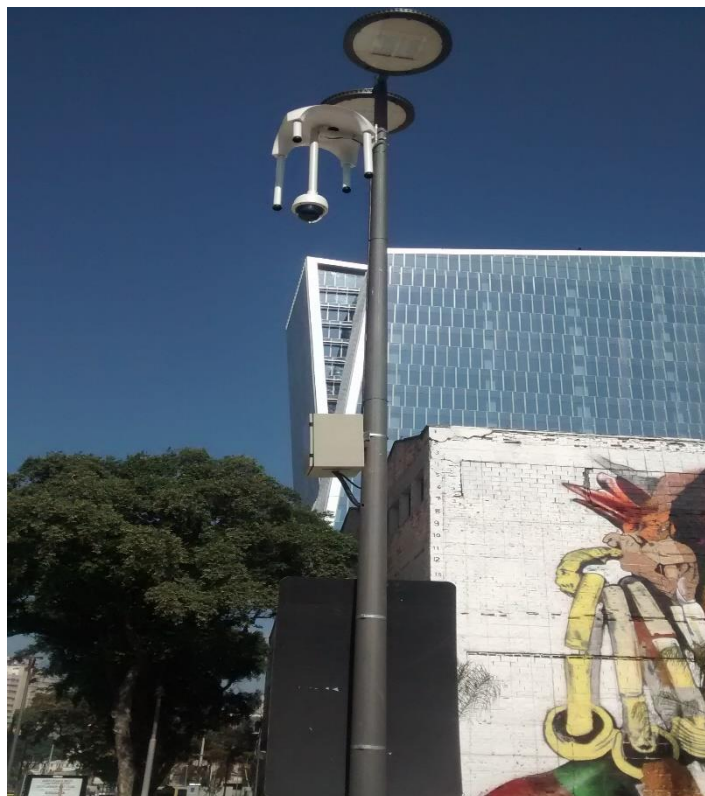
redução da violência, de onde se desdobraria a violência que afeta o restante da cidade. Embora sejam duas políticas de segurança distintas, muitas vezes elas se confundem, principalmente na instalação das “unidades pacificadoras”, com “megaoperações” que implicam diretamente numa prática de extermínio e no exacerbado aumento dos autos de resistência.

Terceiro, no “asfalto”, como ampliação da política de segurança, criam-se mecanismos de controle cada vez mais rigorosos, tecnologicamente avançados, para prevenir os crimes ou identificar e punir os criminosos.¹³ Por isso, cada vez mais entra no planejamento dos empreendimentos urbanos a questão da segurança. No entanto, quando estes produtores do espaço pensam a segurança como mais uma mercadoria, o contexto social embutido nesta mercadoria produz a separação espacial entre ricos e pobres, por meio do enclausuramento e de um transbordamento do controle sobre toda a cidade, através da formação dos espaços vigiados e securizados.

Esta dualidade econômica e geográfica existente da cidade contemporânea se intensificou, mas também foi endurecida pela infusão política de um novo regime de segurança. Comunidades fechadas, enclaves e loteamentos para os ricos, juntamente com a florescente segurança privada e transporte, são a forma para mais e mais 'urbanitas' ricos; reforço na polícia patrulhando o espaço público, vigilância, contenção e a militarização do policiamento onde antes não estava militarizado são as novas normas para muito dos pobres [das cidades] (SMITH, 2016: 11).

Essa reflexão é importante para facilitar nossa compreensão desse processo no Porto Maravilha, pois é exatamente isso que vem ocorrendo na antiga zona portuária carioca. Câmeras de segurança foram instaladas nos principais pontos do porto (Fotografia 3), pois uma das atribuições do consórcio administrador daquela área é a contribuição com a segurança urbana. Um centro de operações para o controle de tráfego, segurança e ordem urbana foi criado pela concessionária, atrelando suas funções ao Centro de Operação da Prefeitura do Rio.

¹³ Mudanças arquitetônicas para incorporar essas tecnologias, visíveis nas diversas paisagens do mundo, têm ocorrido mais em razão do medo da violência do que do crescimento da violência real. Isso acontece porque o sentimento generalizado de insegurança não é necessariamente proporcional aos riscos (MELGAÇO: 2010).



Fotografia 1: câmera de monitoramento próxima ao Edifício Guanabara, Porto Maravilha.
Foto de Thiago Sardinha, julho de 2016.

Além das câmeras de segurança espalhadas pelas ruas do Porto Maravilha – que durante os Jogos Olímpicos somavam mais de 1.400¹⁴, a segurança no local conta diretamente com diversos agentes públicos: membros da Guarda Municipal, policiais militares que realizam patrulhamento regular e os novos guardas do programa Centro Presente.

O programa Centro Presente é um reforço da segurança por meio de uma parceria público-privada, já que seus guardas são pagos pelo Sistema Fecomércio e foram autorizados pelo governo estadual a operar em parceria também com a Prefeitura do Rio. São membros dessa força policiais reformados ou ativos (em folga) e egressos das forças armadas. Não coincidentemente, o mesmo perfil das milícias que atuam em alguns territórios da cidade do Rio de Janeiro. Atuando também em outros bairros da cidade, esse programa foi inspirado no projeto *Tolerância Zero* do prefeito de Nova York,

¹⁴ Segurança na região portuária para Olimpíada terá 500 agentes e 1.400 câmeras, *Estadão*, disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,seguranca-na-regiao-portuaria-para-olimpiada-tera-500-agentes-e-1400-cameras,10000065849>. Acesso em jul. 2016.

Rudolph Giuliani (1994-2001).¹⁵ Além de garantir pelo menos a sensação de segurança, o projeto também prevê a “higienização dos bairros”, ou seja, a retirada de moradores de rua. Tal fato já pode ser registrado na cidade maravilhosa, pois somente em um ano foram mais de 20 mil moradores de rua recolhidos pelo programa somente no Centro Antigo do Rio, o que inclui parte da área portuária.¹⁶ Um dos principais locais de patrulhamento no Centro do Rio é exatamente o *Boulevard Olímpico*, inaugurado na zona portuária para os Jogos Olímpicos e onde os guardas do Centro Presente circulam principalmente por meio de bicicletas.

Além de todos esses agentes, poderíamos acrescentar a Polícia Federal, que embora não tenha a prerrogativa do policiamento urbano, tem a sua sede principal na cidade exatamente na área portuária. Isso já compõe um quadro de controle estatal rigoroso sobre uma área em processo de “revitalização”. Entretanto, o mais importante ícone da segurança pública carioca nos últimos anos, símbolo que ganhou a atenção internacional graças aos eventos na cidade, também comparece na zona portuária: a Unidade de Polícia Pacificadora.

A segurança do projeto Porto Maravilha também conta com uma UPP, localizada no morro da Providência, uma das favelas mais antigas do Rio de Janeiro, e que possui como missão também patrulhar o entorno da comunidade.

As UPPs são um projeto da secretaria de segurança do estado do Rio de Janeiro. O programa engloba parcerias entre os governos e, como sempre, parcerias com a iniciativa privada.¹⁷ Atualmente são 38 UPP's instaladas com mais de 9 mil policiais atuando, sendo responsáveis pelo policiamento de uma área total de quase 10 milhões

¹⁵ “De Nova York, a doutrina de “tolerância zero”, instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda -- a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência --, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros -- o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente” (WACQUANT, 2011: 38).

¹⁶ Operações Segurança Presente completam 1 ano, *Jornal do Brasil*, disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2016/12/01/operacoes-seguranca-presente-completam-1-ano/>. Acesso em jul. 2016.

¹⁷ Rio firma convênio para captar investimentos privados para UPPs, *Último Segundo*, disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/rio-firma-convenio-para-captar-investimentos-privados-para-upps/n1237759529849.html>. Acesso em jul. 2016.

de m². Um policiamento teoricamente orientado para a prevenção da violência juntamente com um trabalho de aproximação entre polícia e a comunidade.



Fotografia 2: Posto fixo do Centro Presente na área portuária, Praça Mauá. Fotografia de Thiago Sardinha, julho de 2016.



Fotografia 3: Agentes do centro presente patrulhando de bicicleta. Fotografia de Thiago Sardinha, julho de 2016.

Entretanto, o esforço da política de segurança do estado para a instalação das UPP's sob a luz de uma paz a qualquer custo revela que atuação policial não possui nada de inovador. Na verdade, seu *modus operandi* insiste nas velhas práticas e nos velhos conteúdos. Assim permanecem as arbitrariedades policiais em suas ações e permanece a truculência, mas agora respaldada na opinião pública que facilmente foi ludibriada pelo discurso da “pacificação”. Encarregada de policiamento numa área de 133 mil m², abrangendo os bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo, parte da área do Centro do Rio e a zona portuária, as denúncias feitas por moradores por causa do abuso policial, autos de resistência e operações desastrosas têm sido a marca da UPP da Providência. Um dos aspectos particulares dessa Unidade, entretanto, é o fato de que muitas denúncias de abuso e violência policial são o resultado das remoções realizadas no local, visando as obras do Porto Maravilha.¹⁸ A militarização dessa favela e o controle das áreas ao redor são parte, portanto, da estratégia de viabilização da “revitalização” do porto.

5. Breve conclusão

Diferentes cidades do mundo passaram ou vêm passando por transformações urbanas orientadas pelo capital financeiro. Os principais investimentos guiados por essa forma avançada do capital não utilizam o território das cidades, apenas criam ambientes favoráveis ao negócio em áreas seletivas, “estratégicas”, de modo que sejam lucrativas ou rendam juros para os agentes produtores do espaço urbano, na maioria das vezes mobilizando parcerias público-privadas. Trata-se de uma aposta em ganhos futuros que muitas vezes não conseguem se apoiar em um crescimento econômico real. Os resultados quase sempre são a crise fiscal dos governos locais e uma ampliação da crise econômica. A atual desaceleração de obras, o cancelamento de empreendimentos e a oferta de imóveis que não encontram compradores no Porto Maravilha parecem indicar que seguimos esse caminho. Entretanto, para isso, de qualquer modo, tivemos por aqui uma “higienização” do entorno empreendido e, sobretudo, a militarização do espaço

¹⁸ Declaração de Beltrame sobre remoções revolta moradores nas comunidades do Rio, *Jornal do Brasil*, <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/12/15/declaracao-de-beltrame-sobre-remocoes-revolta-moradores-nas-comunidades-do-rio/>. Acesso em jul. 2016.

urbano. Essa zona “estratégica” da cidade, devido ao aparato de segurança mobilizado, foi transformada, de certo modo, numa “prisão a céu aberto”.

6. Referências bibliográficas

FIX, Mariana. *São Paulo: cidade global?* São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Para entender O Capital, livros II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELGAÇO, Lucas. *Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnosfera da segurança*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 2010.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org). *De volta à cidade*. Editora: Annablume. São Paulo, 2006.

_____. *¿Ciudades después del neoliberalismo?* Disponível em: <http://macba.es/PDFs/neilsmith.pdf>. Acesso em jul. 2016.

PREFEITURA DO RIO. *Projeto Porto Maravilha*. Disponível em: <http://www.ademi.org.br/IMG/pdf/doc-876.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Fobópole: O medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

VAINER, Carlos. *Pátria empresa e mercadoria*. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso*. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

WACQUANT, Loïc. *Prisões da Miséria*. São Paulo: Editora Zahar, 2011.

RESENHA

O JOVEM MARX E O DEBATE SOBRE A “LEI DO FURTO DE MADEIRA”

Paulo Roberto de Andrade Castroⁱ



Resenha de: Marx, Karl. *Os Despossuídos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, 152 pp.
Tradução de tradução Mariana Echalar e Nélio Schneider.

O livro *Os Despossuídos* é composto por cinco artigos de Marx, publicados na *Gazeta Renana* entre outubro e novembro de 1842 e que tratam dos debates sobre a “Lei do furto de madeira”, desenvolvidos na Dieta Renana, a assembleia provincial da Renânia. Além dos artigos supracitados, o livro conta com qualificada introdução escrita por Daniel Bensaid. Ao apresentar e contextualizar a reflexão desenvolvida nos artigos, Bensaid ressalta a atualidade da contribuição de Marx, nesses textos da *Gazeta renana*, para a reflexão sobre o avanço das formas de propriedade privada na

ⁱ Paulo Roberto de Andrade Castro é Doutor em Sociologia (UFRJ). Atualmente realiza estágio Pós doutoral, bolsista PNPd – CAPES, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: pauloandradecastro@gmail.com.

contemporaneidade, através da apropriação privada da natureza e do conhecimento social produzido cooperativamente.

Os artigos de Marx sobre a “Lei do furto de madeira” são escritos em um momento de inflexão do pensamento de Marx. Segundo LUKÁCS,

no início de 1842, Marx, ao identificar-se com Feuerbach, por um lado, e, por outro, ao propor uma crítica da filosofia do direito de Hegel – tomou o caminho que nos anos seguintes iria levá-lo inevitavelmente à fundação do materialismo histórico (2007: 133).¹

Marx tinha apenas 25 anos quando assumiu a direção da *Gazeta Renana* e no momento que escreveu os artigos aqui resenhados. O jornal buscava realizar a unificação de todas as forças progressistas com o propósito de liquidar o absolutismo alemão. Sob o ponto de vista político, Marx era então um democrata radical. Nestes artigos, ele abordou os problemas como um jacobino, “embora nele uma consciente dialética revolucionária já houvesse tomado o lugar das ideias do “Contrato Social”” (LUKÁCS, 2006: 135). Lukács ressalta que Marx abordou os problemas como contemporâneo de lutas de classes muito mais desenvolvidas do que as que ocorreram durante a Revolução Francesa. Marx escrevia em um momento em que o proletariado começava a se apropriar da ideologia socialista. Vale notar que os textos da *Gazeta Renana* constituem a primeira oportunidade em que escreve sobre a “questão social” e os “interesses materiais”, como explicita o próprio Marx, no trecho de um texto de sua autoria, que Daniel Bensaid cita na introdução de *Os despossuídos* (2016: 13-14).

Lukács ressalta também a grande importância metodológica desses textos, através dos quais Marx desenvolve uma luta em favor “dos direitos das massas populares oprimidas”. E indica ainda que nos textos “manifestou-se de modo particularmente

¹ Louis Althusser dedicou-se à reflexão sobre a obra do jovem Marx. Embora sua interpretação seja destoante das ideias de Lukács, mobilizadas no presente trabalho, citamos aqui um trecho de seu estudo que contribui para o esclarecimento da evolução de Marx no período imediatamente posterior a escrita desses artigos -- o caminho que levou Marx à ruptura com o idealismo e a fundação do materialismo histórico. Isso nos permite acentuar a transição que Marx vivia neste período: “Quando Marx, em 1843, se dedica a leitura dos economistas ingleses, quando empreende o estudo de Maquiavel, Rousseau, Diderot, etc., quando estuda a história concreta da Revolução Francesa, não visa apenas retomar as fontes de leitura de Hegel, e confirmar Hegel por meio de suas fontes: mas, ao contrário, fá-lo para descobrir a realidade dos objetos apossados por Hegel, para lhe impor o sentido de sua própria ideologia...é um retorno para aquém de Hegel, para os próprios objetos em sua realidade” (ALTHUSSER, 1978, pp. 65).

evidente, como sua concepção do estado e do direito, embora ainda idealista, já era oposta a defendida por Hegel” (LUKÁCS, 2006: 139).

O primeiro artigo de Marx, “Tratativas da sexta Dieta Renana”, publicado em fins de outubro de 1842, é sua primeira contribuição crítica para a análise dos debates sobre “a lei do furto de madeira”. Marx anuncia na introdução do artigo que remeterá o leitor a cenas típicas que revelam o “espírito” e a “índole física” da Dieta Renana.

Marx nos apresenta fragmentos do debate sobre a lei do furto de madeira. A lei institui a criminalização de práticas sociais seculares. Trata-se do recolhimento de madeira caída nas propriedades florestais pelos camponeses. A lei passa a tratar esta prática, tolerada durante séculos e avalizada pelo *direito consuetudinário*, como furto de madeira, passível de anos de prisão, multa e indenização. Antes de abordar a crítica tecida por Marx sobre a lei e os argumentos apresentados pelos parlamentares durante o debate, é necessário registrar como ele desenvolveu seu trabalho investigativo. Marx afirma que não possuía o texto integral do projeto de lei, dispunha apenas de esboços de emendas da “Dieta Renana e sua Comissão a leis que figuram apenas como números de parágrafos” (2016: 77). Além do escasso material empírico, diz que se defrontou com um material “sem pé nem cabeça”, o que ele argumenta indicar o desprezo da Dieta Renana pela comunicação do debate da lei à província. Segundo ele, a “Dieta Renana quis prestar reverência à nossa província com seu silêncio passivo” (2016: 78). Não obstante esta forma honesta de exposição do seu método de trabalho, a leitura dos artigos possibilita a constatação de que Marx manejou com destreza o material disponível, oferecendo ao leitor uma valiosa reconstituição das discussões, a partir da qual realiza sua crítica demolidora. Demonstra com a máxima clareza que o interesse mesquinho da propriedade se sobrepõe às premissas de um direito pretensamente fundado em valores universais e racionais.

Marx adota o seguinte método de exposição: apresenta algumas falas de deputados, ressalta seus argumentos sobre alguns aspectos decisivos que envolvem o debate sobre a lei e em seguida contrapõe as respostas dos pares aos argumentos apresentados. Inicia o texto apresentando o debate sobre a categoria “furto”: um “deputado das cidades” se opõe ao uso da categoria “furto” a simples delitos referentes à exploração da madeira.

Alguns deputados da nobreza defendem a utilização da categoria, argumentando que caso esta categoria não fosse utilizada, a Dieta Renana estaria dando um sinal para a coletividade de que as práticas dos camponeses seriam toleradas. Ao final deste debate, a Dieta Renana decidiu subsumir a categoria “furto” às práticas camponesas de recolhimento de madeira ou ao ajuntamento de madeira seca e à subtração de madeira verde de árvores vivas. Com esta decisão, ressalta Marx, a Dieta Renana condena uma prática secular e lança uma “massa de pessoas sem intenções criminosas” ao “inferno da criminalidade da infâmia e da miséria” (2016: 80). Marx aponta que o código penal do século XVI considerava “furto de madeira” apenas a subtração de madeira que já estivesse cortada. A coleta de frutos para comer durante o dia era ilícita, mas punida civilmente e não criminalmente. Esta legislação é na prática ‘denunciada’ pela Dieta Renana, pela sua “humanidade exagerada” (2016: 80).

A decisão da Dieta Renana pressupõe uma determinação comum para ações com intencionalidades distintas. Marx exemplifica que ajuntar madeira seca e o mais bem planejado furto de madeira seriam ambas as ações reduzidas à “apropriação de madeira alheia”. Afirma que quem “furta a madeira cortada, furta propriedade. No caso da madeira caída no chão, em contraposição, nada é tirado da propriedade” (2016: 81). São ações diferentes que correspondem a intenções igualmente diferentes. Nesse sentido, a proclamação de furto para o recolhimento de madeira caída é uma mentira, considerando-se que nem chega a ser um delito de exploração de madeira. Aos olhos de Marx, a lei se desmoraliza perante a população. Ele ressalta ainda a irracionalidade da decisão, mostrando como o direito se deixa atravessar por interesses mesquinhos: “é um fato tão histórico quanto racional que a severidade indiscriminada anula o êxito da pena, pois anulou a pena enquanto êxito do direito” (2016: 82).

Acompanhando os debates, Marx aponta outra irracionalidade que se expressa na decisão da Dieta Renana e envolve a delimitação das penas para o furto da madeira. Lembra ele que o conceito de crime define a necessidade da pena. A pena deve ser limitada e correspondente ao crime, ao “conteúdo determinado que foi violado”. A medida desse conteúdo é o seu *valor*. O valor é a “existência burguesa da propriedade” (2016: 83).

Ao chegar neste ponto do debate da Dieta Renana, Marx identifica um aspecto de maior importância, em certa medida revelador da essência de suas deliberações referentes à lei do furto de madeira. A Dieta Renana se eximiu de determinar “*que o valor da madeira subtraída também seja usado como critério para a determinação da pena*”, como sugeriu um deputado durante o debate do parágrafo 65 da lei. Contudo, a Dieta Renana não excluiu completamente o valor da determinação da pena, explica Marx. Através de uma “individualidade poética”, a deliberação permitiu ao proprietário florestal não pedir apenas ao ladrão a restituição do valor geral, mas poder atribuir um caráter “individual” ao valor, exigindo do ladrão uma indenização especial (2016: 84).

Ao longo dos demais artigos publicados na Gazeta renana, Marx retoma e aprofunda a reflexão sobre a pena imposta aos camponeses e sobre como o Estado, com a aprovação da lei, coloca-se a serviço dos interesses particulares dos proprietários florestais. Seguindo cronologicamente a exposição da crítica de Marx nos artigos retomaremos esta questão.

No artigo de 27 de outubro de 1842, Marx desenvolve a defesa dos direitos consuetudinários da pobreza em oposição aos direitos consuetudinários da nobreza, que havia anunciado no primeiro artigo. Afirma que os direitos consuetudinários da nobreza constituem “*não direitos consuetudinários*”, que devem ser abrogados e punidos por constituírem oposição à lei. Ele considera que os direitos consuetudinários da nobreza são resquícios da época medieval, seriam exemplificadores da “falta de direito” que caracterizava esta época. As legislações modernas, produzidas pela ação do “entendimento”, caracterizam-se pela unilateralidade pela qual trataram os institutos do direito que o precedeu. Sobre a unilateralidade das legislações modernas, Marx tece algumas considerações:

A unilateralidade dessas legislações foi necessária, pois todos os direitos consuetudinários dos pobres baseavam-se no fato de que certo tipo de propriedade tinha um caráter incerto, que não a definia em absoluto como propriedade privada, mas tampouco decididamente como propriedade comum, sendo uma mistura de direito privado e direito público o que encontramos em todas as instituições da idade média (MARX, 2016: 88).

As legislações aboliram as formações híbridas e incertas da propriedade “aplicando as categorias existentes do direito privado abstrato, cujo esquema encontrou pronto no direito romano”. O “entendimento legislador” aboliu as obrigações destas formas híbridas de propriedade com as classes mais pobres. Marx aponta que o “entendimento” afirmou seu princípio de “unidade” sobre as formas híbridas, dualistas e dicotômicas do direito medieval (2016: 88). Contudo, afirma:

(...) diante dessa determinação contraditória, ele não percebeu que há certos objetos da propriedade que, por sua natureza, jamais poderão adquirir o caráter de propriedade privada predeterminada, objetos que estão sujeitos ao direito de ocupação da classe que está excluída do direito de ocupação de qualquer outra propriedade e que, na sociedade burguesa, assume a mesma posição que aqueles objetos de natureza (MARX, 2016: 89).

Marx considera que as legislações mais liberais alçaram do plano do direito privado ao plano universal os “direitos vigentes”. Ele oferece o exemplo dos conventos. Os conventos foram abolidos e suas propriedades foram convertidas em propriedade privada. Os conventos foram indenizados. Contudo, não houve qualquer compensação para os pobres que recebiam auxílio dos conventos. “Pelo contrário, um novo limite lhes foi traçado e eles foram privados de um antigo direito. Isso aconteceu em todas as transformações de privilégios em direitos” (2016: 87). Os estamentos privilegiados encontram na lei não apenas o “reconhecimento de seu direito razoável, mas muitas vezes até o reconhecimento de suas pretensões desarrazoadas” (2016: 86). Segundo Marx, apenas pode ser considerado “direito consuetudinário” aquele que “existe ao lado e fora da lei, onde o costume constitui a antecipação de um direito legal” (2016: 86).

Marx identifica nos costumes da classe pobre um “senso legal instintivo, sendo sua raiz positiva e legítima”. São “acidentes contingentes de posse” que se exemplificam na colheita de madeira caída no chão, “direitos de respiga” ou de segunda colheita. São direitos legítimos, cujo conteúdo “não oferece resistência à forma legal, mas sim à falta de forma dele próprio”. São direitos contrários ao “costume do direito positivo”, mas não ao conceito de “direito razoável” (2016: 90).

Contudo, com a lei do furto de madeira, o Estado vai além do não reconhecimento dos direitos consuetudinários da pobreza. Combate o “instinto social, achando que está

combatendo sua forma associal”. Marx denuncia que “o terreno do Estado fica minado, quando a desgraça é transformada em crime, ou o crime em desgraça” (2016: 91).

De toda forma, é o que se verifica nas decisões da Dieta Renana, ditadas pelo “interesse prático”. O Estado é degradado e posto a serviço de interesses privados mesquinhos. Esta constatação se torna mais evidente pelo fato de que a comissão da Dieta Renana propôs e fez aprovar a indicação de que o guarda florestal, funcionário do proprietário florestal, deveria ser autor da denúncia do furto e também quem determina o valor da madeira furtada. Trata-se, segundo Marx, de um “procedimento inquisitorial quando há gendarmes patrimoniais e denunciante julgando concomitantemente” (2016: 94).

Ao refletir sobre o poder conferido aos guardas florestais, Marx demonstra que na verdade conferiu-se poder desmedido aos proprietários florestais. Desvela o cinismo que permeia o debate dos parlamentares sobre a legitimidade e a crítica do contrato vitalício dos guardas florestais. Nenhum parlamentar objetou o papel do guarda florestal como denunciante e taxador da madeira considerada furtada. Alguns deputados questionaram o contrato vitalício. Alguns deles questionaram este instituto, em decorrência do fato de que pequenos proprietários não possuem os meios econômicos para manterem funcionários vitalícios. Uma fala de um deputado citada por Marx apresenta o argumento de que guardas florestais contratados vitaliciamente não estariam sujeitos ao mesmo controle rigoroso que os funcionários imperiais. O deputado citado afirma que “qualquer esporada que incite ao cumprimento do fiel dever é paralisada pela contratação vitalícia” (2016: 99). Os argumentos favoráveis ou contrários ao contrato vitalício não passam de sofistarias. Em ambos os casos o emprego dos guardas florestais estará assegurado enquanto preservarem os interesses dos proprietários. Esse é o fator decisivo que estimula o caráter de suas ações.

“Daniel Bensaid ressalta na introdução que Marx enveredava pelo caminho escarpado da economia política. Os artigos de Marx revelam o avanço da propriedade privada sobre bens de uso gratuito. No contexto do capitalismo tardio, este avanço tornou-se desmedido, por isso ele dá relevo a questões que permanecem atuais

Marx demonstra que esse debate dissimulava o objetivo de conferir garantias plenas a todos os proprietários, inclusive a parcela de pequenos proprietários, impossibilitados de manter contratos vitalícios.

A transformação da confiança efusiva e ingênua no guarda-floresta em desconfiança vociferante e crítica revela-nos o X da questão. Não foi ao guarda-floresta, mas aos *senhores mesmo* que se conferiu uma confiança gigantesca, na qual o Estado e quem viola a lei da madeira devem acreditar como se fosse um dogma (MARX, 2016: 101).

176

Marx demonstra que *esse poder* conferido aos proprietários florestais constitui um fator de degradação do Estado. Instaura-se uma lógica que:

transforma o empregado do proprietário florestal em autoridade do Estado, transforma a autoridade do Estado em empregada do proprietário florestal. A estruturação do Estado..., tudo precisa se desconjuntar para que seja rebaixado à condição de meio do proprietário florestal e para que o interesse deste apareça como a alma determinante de todo o mecanismo” (MARX, 2016:104).

No decurso de sua crítica, nas últimas páginas do artigo de 30 de outubro e no artigo de 01 de novembro, Marx aborda um dos aspectos mais nefastos e reveladores do conteúdo da lei do furto da madeira. A determinação do trabalho forçado dos condenados. A Dieta Renana decidiu autorizar o envio, à autoridade local, dos condenados para a realização dos serviços manuais nas estradas da comuna que o proprietário florestal estava obrigado a prestar à comunidade.

Apesar da objeção de alguns deputados, esta determinação do parágrafo 20 da lei foi aprovada. Marx desfere a crítica de que, com esta resolução, o prefeito é transformado em um “empregado do guarda florestal”. O prefeito perde “os meios e a dignidade de seu cargo quando é transformado de dirigente da comunidade em executor de membros isolados da comunidade, quando é transformado de prefeito em feitor” (2016: 106). Por outro lado, o infrator se converte em “capital do proprietário florestal”. A lei faz “de quem viola a lei da madeira um infrator lucrativo no qual ele pode aplicar mais comodamente seu capital, pois o infrator se converteu em capital deste proprietário”. (2016: 107). Marx também aponta como o debate sobre o trabalho forçado se desenvolve com o recurso de argumentos sofisticos. No início dos debates, quando decidiram transformar em criminosos os camponeses que recolhem a madeira caída, os

deputados argumentavam sobre a positividade da prisão para a correção dos condenados. Quando passam a discutir o trabalho forçado, os argumentos se transformam. Agora a prisão é apresentada como recurso inadequado, tendo em vista que muitas vezes a sua aplicação resulta na piora do delinquente. Os sofismas sobre a “melhora do criminoso” apenas omite o “interesse prático”, a “melhora das porcentagens”. Marx demonstra que as “razões humanas e jurídicas”, assim como os “bons motivos” e as “consequências desvantajosas”, são “os agentes mais ativos do mecanismo argumentativo do interesse” (2016: 108). Ressaltou uma série de determinações arbitrárias da lei. A exigência de que todos os cidadãos provem a procedência de sua madeira, sob a pena de ser acusado de “ladrão”, mesmo diante da objeção de que isso “poderia se tornar perigoso para muitos homens direitos”, possibilitaria a prisão de inocentes. Além disso, a atribuição da supervisão e manejo da polícia florestal como “dever dos militares” se chocava com o código criminal vigente. Estas questões demonstravam, segundo Marx, que “consequências desvantajosas” eram tudo aquilo “que traz desvantagem para o interesse do proprietário florestal” (2016: 110).

O futuro companheiro de Engels ainda ressalta a dimensão inquisitorial do processo penal. O parágrafo 34 da lei, aprovado, determina que o “acusado deve depositar os custos concernentes por inteiro e antecipadamente na corte florestal” (2016: 111). A determinação praticamente impossibilita “a ‘acareação’ do funcionário encarregado da denúncia com o acusado” (2016: 111).

A determinação das penas revela plenamente o caráter bárbaro da lei. Os proprietários florestais, além de definirem o valor a ser ressarcido pela madeira furtada – arbitrariamente, como já foi mencionado –, concedem-se o direito de auferir o valor de multas e o trabalho forçado. No artigo de três de novembro de 1842, o último, Marx trata da determinação pela lei do trabalho forçado. O proprietário florestal utiliza o ladrão “para subtrair o próprio Estado”. No parágrafo 19, ele exige o “o corpo e a vida do acusado”. Com a adjudicação para si do dinheiro das multas, o proprietário florestal legislou e reivindicou para si um direito público. Converteu o direito público em direito privado.

O princípio reconhecido, porém, é “o senso do direito e equidade na defesa do interesse do proprietário florestal”, que é diametralmente oposto ao senso de direito e equidade na defesa do interesse do proprietário da vida, do proprietário da liberdade, do proprietário da humanidade, do proprietário do Estado, do proprietário de nada além de si mesmo.

Mas já que chegamos a este ponto, que o proprietário florestal receba, em vez de um pedaço de madeira, um ex-ser humano” (MARX, 2016: 118).

É importante notar que os proprietários florestais fundam seu direito pelo trabalho forçado no dinheiro das multas, sobre o qual não possuem nenhum direito, por se tratar, como explica Marx, de uma usurpação do direito público. A compensação de seu prejuízo pela madeira furtada deve ser garantido de toda forma, inclusive dispendo da vida e do corpo do acusado.

Colocando os interesses acima de qualquer razoabilidade, os proprietários florestais, além de decidirem pelo trabalho forçado, também determinaram a diminuição da ração durante este trabalho, que devia ser reduzida a pão e água.

A Dieta Renana rebaixou todas as dimensões que envolveram o debate sobre a lei da madeira à “condição de meros meios materiais do interesse privado” (2016: 122).

Daniel Bensaid ressalta na introdução que Marx enveredava pelo caminho escarpado da economia política. Os artigos de Marx revelam o avanço da propriedade privada sobre bens de uso gratuito. No contexto do capitalismo tardio, este avanço tornou-se desmedido, por isso ele dá relevo a questões que permanecem atuais: “cálculo egoísta ou solidariedade e interesse comum, propriedade ou direito oponível a existência, quem vencerá?” (BENSAID, 2016: 73).

Sobre o avanço da propriedade privada sobre bens de uso gratuito, também vale refletir sobre o caráter destrutivo dessa falta de limites:

Por outras palavras: a economia moderna é totalitária. Ela tem uma pretensão total sobre o mundo natural e social. Por isso, tudo o que não está submetido e assimilado à sua lógica própria é para ela fundamentalmente uma espinha na garganta. E, como sua lógica consiste única e exclusivamente na valorização permanente do dinheiro, ela tem de odiar tudo o que não assume a forma de um preço monetário. Não deve haver nada mais debaixo do céu que seja gratuito e exista por natureza. A propriedade privada moderna representa somente a forma jurídica secundária dessa lógica totalitária. Ela é, por isso, tão totalitária quanto esta: o uso deve ser um uso exclusivo. Isso vale particularmente para os recursos naturais primários da terra. Sob a ditadura da propriedade privada moderna, não é mais tolerado nenhum uso gratuito para a satisfação das necessidades humanas, além das

oficiais: os recursos têm de servir à valorização ou ficar em pouso (KURZ, 2017).

À guisa de conclusão, vale dar a palavra ao jovem Marx, democrata jacobino, tratando sobre o “Direito do interesse e o interesse do Direito”. Tem muito a nos dizer ainda nos dias atuais:

O próprio direito aparece como obstáculo a validação irrefreada do interesse privado e é tratado como obstáculo. Negocia-se e barganha-se com ele, aqui e ali se mercadeja a cessão de um princípio, ele é apaziguado pela referência suplicante ao direito do interesse, dá-se um tapinha em suas costas, cochicha-se em seu ouvido que isso seriam apenas exceções e que não há regras sem exceções, procura-se compensar o direito tanto por meio do terrorismo quanto por meio da acurácia que lhe seriam permitidas contra o inimigo pela amplidão esquiva da consciência com que ele é tratado como garantia do réu e como objeto autônomo. O interesse do direito pode falar enquanto for o direito do interesse, mas deve calar assim que colide com esse segundo interesse sagrado (2016: 124).

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx – Pour Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Rio de Janeiro.
- BENSAID, Daniel. *Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 11-73.
- KURZ, Robert. *A privatização da natureza*. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz102.htm>. Acesso maio 2017.
- LUKÁCS, Gyorgy. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARX, Karl *Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres*. São Paulo: Boitempo, 2016.